

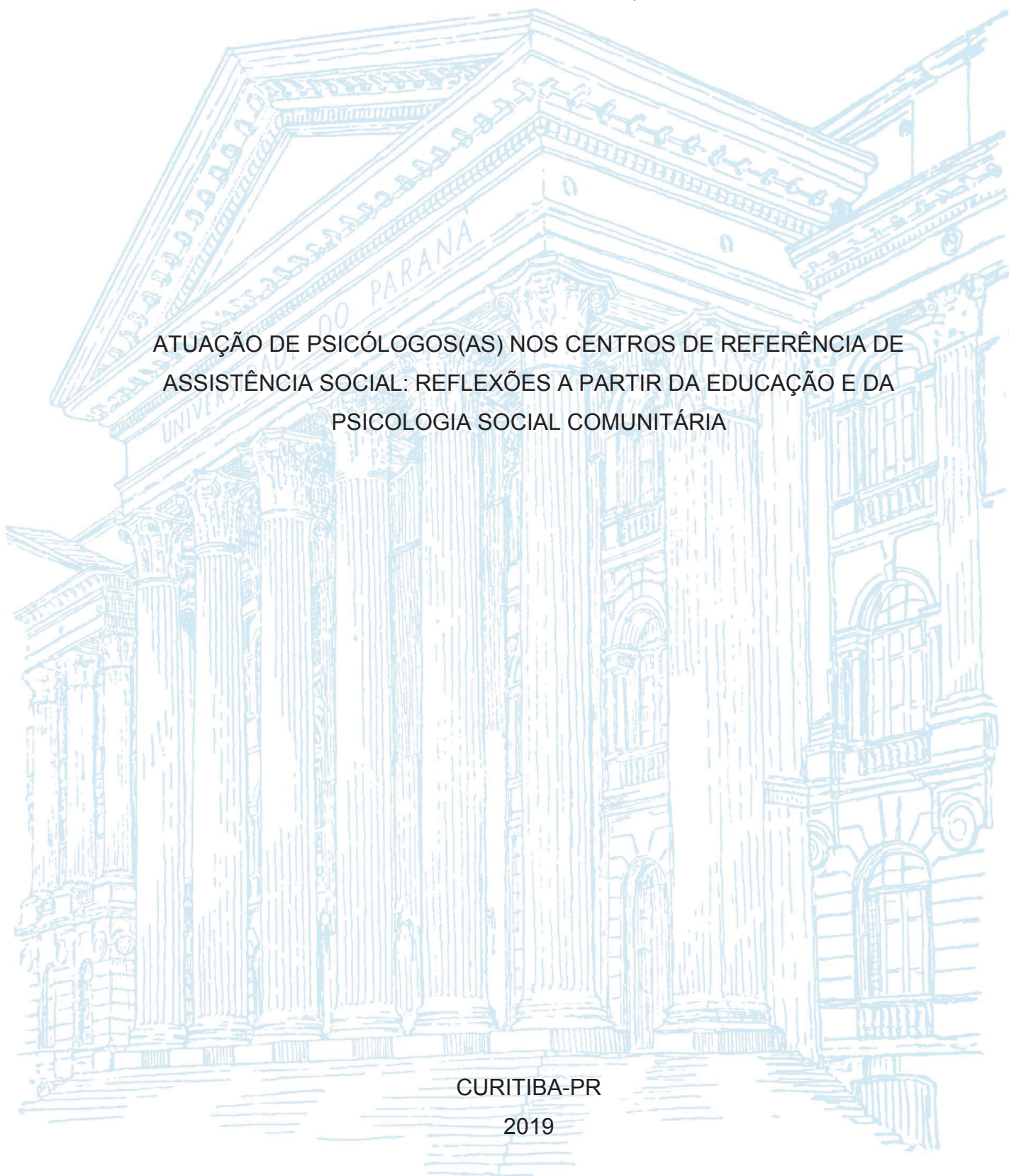
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA LOPES DE AQUINO

ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA EDUCAÇÃO E DA
PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

CURITIBA-PR

2019



GABRIELA LOPES DE AQUINO

ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA EDUCAÇÃO E DA
PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, na Linha de Pesquisa Processos Psicológicos em Contextos Educacionais, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas

CURITIBA-PR

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Aquino, Gabriela Lopes de.

Atuação de psicólogos(as) nos Centros de Referência de
Assistência Social : reflexões a partir da educação e da psicologia
social comunitária / Gabriela Lopes de Aquino. – Curitiba, 2019.
166 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Profª Drª Maria de Fátima Quintal de Freitas

1. Psicologia – Educação. 2. Assistência social. 3. Centros de
Referência de Assistência Social. I. Título. II. Universidade Federal
do Paraná.

CDD 150



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE EDUCACAO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GABRIELA LOPES DE AQUINO**, intitulada: **ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 13 de Março de 2019.

MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS
Presidente da Banca Examinadora

MARIA CRISTINA ANTUNES
Avaliador Externo (USP)

Sandra Mara Matuisk Mattos
Avaliador Externo (UNICENTRO)

Lygia Maria Portugal de Oliveira
LYGIA MARIA PORTUGAL DE OLIVEIRA
Avaliador Externo (UFPR)

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação ao meus amados pais Jorge e Zaira, que são os meus maiores e melhores exemplos de ser humano. Por todo carinho, apoio e esforço que permitem que eu possa realizar os nossos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação foi resultado de uma história que começa bem antes do ingresso no Programa de Graduação. Vários caminhos foram trilhados até que chegasse o momento da escolha de se fazer o mestrado. Nesse percurso algumas pessoas foram importantes para a construção da vontade de desenvolver uma dissertação.

Meus pais, Jorge e Zaira, sempre me ensinaram, de todas as maneiras possíveis, a importância da educação para a construção de uma vida mais justa e preocupada com questões sociais. A eles, toda gratidão por me darem os instrumentos para buscar meus objetivos.

Minha vó Edna (em lembrança), sempre deu todo o apoio que foi preciso para meus estudos. Com o ingresso no Mestrado não foi diferente, além de comemorar comigo essa conquista, ela proporcionou todas as condições necessárias da mudança para Curitiba. E que hoje comemora junto a Deus a finalização desse processo. A ela, todo meu agradecimento.

Agradeço também à vó Neuza (em lembrança), e vô Alvino, que sempre reconheceram e me ensinaram a relevância da educação, e por todo amor, carinho e apoio necessário para meus estudos.

Meu querido irmão Rodrigo, também fez parte dessa trajetória do desenvolvimento da pesquisa, companheiro que sempre está ao meu lado dando carinho e apoio. E agradeço à minha cunhada Isadora, pelos momentos divertidos e alegres fundamentais no processo de escrita da dissertação.

Zielma, minha madrinha querida, que sempre está presente em todos os momentos da minha trajetória, e que até na mudança para Curitiba contribuiu.

Meu amor, Tiago, que aceitou encarar um relacionamento à distância, me dando todo suporte emocional que eu precisava para escrever, me apoiou, me escutou, discutiu o tema comigo, dividiu as dores e delícias do processo de pesquisa.

Com o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, várias mudanças foram necessárias. Pedi demissão do meu emprego como psicóloga no CRAS, para poder estudar e pesquisar sobre ele. Me mudei de Campo Grande para Curitiba. Nesse processo, meu caminho se cruzou com algumas pessoas especiais:

Professora e orientadora Fátima Quintal, a quem eu agradeço por aceitar desenvolver a pesquisa com a temática que tanto me interessava. Por todos os ensinamentos e orientações, que além de ampliar meu conhecimento teóricos, me ajudou a enxergar o mundo com mais justiça e menos pré-julgamentos. Por me mostrar outros caminhos a serem seguidos, diferentes dos que eu imaginava ser o correto. Ensinando-me que pesquisa tem começo, meio e fim, e que não adianta começar pelo final, além de tantos outros conhecimentos.

Morgana, amiga querida, que foi quem me ajudou a suportar a distância de casa, dividiu comigo momentos tristes e felizes, de aprendizagem, de lazer e até mesmo de luta política.

Suellen, que esteve presente desde a minha chegada em Curitiba, dividindo a casa e a vida, Obrigada, Su, você foi muito importante para que a caminhada fosse mais agradável. E no último semestre a Géssica, que chegou para completar o ap 1501, com quem eu pude discutir questões da psicologia que foram importantes para o desenvolvimento da dissertação.

Aos colegas do NUPCES agradeço todas as discussões teóricas que contribuíram muito para a pesquisa, bem como pelos cafés, conversas e ajudas que foram necessárias.

Agradeço também às professoras: Dra. Maria Cristina Antunes, Dra. Lygia Maria Portugal Oliveira e Dra. Sandra Mara Matuisk Mattos por aceitarem contribuir com o estudo, ampliando as discussões e permitindo o avanço do trabalho.

Outro caminho que foi importante para que hoje eu realizasse esta dissertação foi a minha atuação como psicóloga no CRAS. E meus amigos de CRAS contribuíram para o desejo de realizar uma pesquisa com essa temática. Assim, agradeço à Rosimeire, Fran, Maria, Néia, Aline, Junia, Robson, Janine, Talita, Sol, Lucia, Flávia, Mary, Vivi, Ana e tantos outros. E à Sueli Viçoso por me permitir o trabalho no CRAS.

Às psicólogas e ao psicólogo que participaram da pesquisa, pela confiança e por dividir seus conhecimentos sobre o trabalho no CRAS.

Às minhas amigas queridas, Thaili, Érica, Alberti pela parceria e amizade, e por sempre estar presente na minha vida, e Miuke, que teve participação muito especial no desenvolvimento da pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

E já que a vida é feita por caminhos que escolhemos traçar, que os novos caminhos possam me levar a destinos tão bonitos quanto foi a caminhada do mestrado.

RESUMO

Este estudo discute a atuação de psicólogos na comunidade, tendo com lócus de atuação o contexto do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Teve como aporte teórico a Psicologia Social Comunitária. O objetivo foi analisar a prática do psicólogo inseridos nos CRAS da cidade de Curitiba(PR) e Campo Grande(MS). Trata-se de um estudo de campo, exploratório e de enfoque qualitativo. Como procedimento metodológico para coleta de dados utilizou-se a realização de entrevistas individuais com roteiro semiestruturado. Os participantes foram 7 psicólogos(as) que atuam em CRAS, sendo 5 profissionais de Curitiba(PR) e 2 de Campo Grande(MS). Os dados foram organizados e analisados com base na técnica de Análise de conteúdo, segundo Bardin (1977). Os resultados apontam que profissionais da psicologia desenvolvem ações sob o viés da área clínica e terapêutica da psicologia, trabalhos em grupos e burocráticos. Outro aspecto da atuação de psicólogos no CRAS são as relações estabelecidas com outras políticas públicas e profissionais tanto da psicologia, quanto de outras áreas. Identificou-se também que o papel do psicólogo no CRAS não está estabelecido, o que configura como uma dificuldade para a atuação desse profissional no CRAS. Os profissionais entrevistados também apontam que existem falhas e lacunas na formação acadêmica, principalmente na área social da psicologia, uma vez que se referem a uma formação voltada, prioritariamente, para área clínica, o que não subsidia a atuação no CRAS e se distancia da realidade social encontrada. Os estágios realizados durante a graduação permitiram o primeiro contato com a realidade social. Os participantes apontam que aprenderam a realizar as atividades no CRAS por meio da prática. No entanto, percebe-se que ainda há uma hierarquização na relação entre psicólogos e usuários, e que estes profissionais tendem a normatizar comportamentos dos usuários em padrões definidos *a priori*. A partir desses resultados, percebe-se que há algum distanciamento entre as práticas desenvolvidas pelos profissionais entrevistados com as práticas propostas pela Psicologia Social Comunitária.

Palavras-chave: Atuação no CRAS. Práticas psicossociais no CRAS. Psicologia Social Comunitária. Trabalho Comunitário e Psicologia no CRAS.

ABSTRACT

This study discusses the performance of psychologists in the community, within the context of the Reference Center for Social Assistance (CRAS). It has as a theoretical contribution the Social Community Psychology. The objective of the study was to analyze the practice of psychologists inserted in the CRAS of the city of Curitiba (PR) and Campo Grande (MS). This is a field study, with an exploratory and qualitative approach. As a methodological procedure for data collection, individual interviews were conducted with a semi-structured script. The participants were 7 psychologists who work at CRAS, 5 professionals from Curitiba (PR) and 2 from Campo Grande (MS). The data was organized and analyzed based on the technique of content analysis, according to Bardin (1977). The results indicate that psychology professionals develop actions based on psychology's clinical and therapeutic areas, bureaucracy and group work. Another aspect of the psychologists' work in CRAS is the relationships established with other public and professional policies in psychology as well as in other areas. It was also identified that the role of the psychologist in CRAS is not established, what constitutes a difficulty for the performance of this professional. The professionals interviewed also indicated that there are flaws and gaps in academic training, especially in the social area of psychology, since it refers to a training focused primarily on the clinical area, which does not subsidize CRAS performance and distances itself from the social reality that is present in this area. The internships during the psychology course allowed the first contact with social reality. Participants reported that they learned to carry out professional activities in CRAS through practice. However, it is noticed that there is still a hierarchy in the relationship between psychologists and users, and that these professionals tend to normalize users' behaviors in patterns defined *a priori*. From these results, it is noticed that there is some distance between the practices developed by the interviewed professionals with the practices proposed by Social Community Psychology.

Keywords: Professional performance in CRAS. Psychosocial practices in CRAS. Social Community Psychology. Psychology and community practice in CRAS.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Revistas utilizadas para a revisão de literatura	38
Quadro 2 - Unidades dos CRAS em Curitiba-PR	53
Quadro 3 - Caracterização dos(as) participantes	61
Quadro 4 - Caracterização da composição e renda familiar dos(as) participantes ...	62
Quadro 5 - Caracterização do trabalho dos participantes	63
Quadro 6 - Eixo temático Trabalho.....	65
Quadro 7 - Ações terapêuticas ou assistenciais.....	67
Quadro 8 - Grupos Realizados.....	69
Quadro 9 - Atividades dos grupos	71
Quadro 10 - Ações burocráticas.....	73
Quadro 11 - Avaliação das ações terapêutica ou assistenciais.....	76
Quadro 12 - Avaliações do trabalho do(a) psicólogo(a)	78
Quadro 13 - Avaliações do trabalho em grupo	79
Quadro 14 - Avaliações das práticas burocráticas	80
Quadro 15 - Relações com outros profissionais e políticas públicas.....	83
Quadro 16 - Idiossincrasias do(a) psicólogo(a)	87
Quadro 17 - Idiossincrasia do(a) assistente social	89
Quadro 18 - Eixo temático Educação	90
Quadro 19 - Formação voltada para a clínica	92
Quadro 20 - Formação com outros olhares.....	93
Quadro 21 - Críticas e lacunas na formação	95
Quadro 22 - Recursos utilizados para a atuação no CRAS	96
Quadro 23 - Teorias e autores estudados	98
Quadro 24 - Áreas de atuação	100
Quadro 25 - Desafios produzidos pelos estágios	101
Quadro 26 - Impactos produzidos pelos estágios	102
Quadro 27 - Aprendizagens geradas a partir dos estágios	103
Quadro 28 - Aprendizagem pela experiência	105
Quadro 29 - Aprendizagem com outros profissionais.....	107
Quadro 30- Aprendizagem por estudo	107
Quadro 31 - Buscando novas alternativas	108
Quadro 32 - Por capacitações.....	109

Quadro 33 - Eixo temático Percepções dos(as) profissionais	110
Quadro 34 - Estigmatização da pobreza	113
Quadro 35 - Estigmatização da mulher	114
Quadro 36 - Estigmatização da pessoa com deficiência	115
Quadro 37 - Estigmatização do idoso	116
Quadro 38 - Dificuldades relacionadas à educação	118
Quadro 39 - Dificuldades dos usuários	119
Quadro 40 - Percepções sobre a região	120
Quadro 41 - Percepções sobre a organização da comunidade.....	121
Quadro 42 - O trabalho que o CRAS desenvolve na comunidade	123

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CRAS – Centro de referência de Assistência Social

FAS – Fundação de Ação Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatista

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NOB/SUAS– Norma Operacional Básica

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

OSC – Organização da Sociedade Civil

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS– Política Nacional de Assistência Social

PSC – Psicologia Social Comunitária

SAS – Secretaria de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SciELO - Scientific Electronic Library Online.

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVO DA PESQUISA	18
1.1.1 Objetivo Geral.....	18
1.1.2 Objetivos Específicos	18
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20
2.1 AS POLÍTICAS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	21
2.2 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CRAS	25
2.3 A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NO CRAS	28
2.4 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA PARA A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA.....	31
3 UM LEVANTAMENTO DE PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS SOBRE A ATUAÇÃO NA COMUNIDADE.....	34
3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS REVISTAS	36
3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS TEMÁTICAS	39
3.2.1 Saúde	39
3.2.2 Saúde Mental.....	41
3.2.3 Política de Assistência Social	41
3.2.4 Intervenção no meio comunitário.....	42
3.2.5 Formação.....	43
3.2.6 Educação.....	43
3.2.7 Psicologia Social Comunitária	44
3.2.8 Atuação de psicólogos na comunidade	44
3.2.9 Centro de Referência Social - CRAS.....	45
3.2.10 Crianças e adolescentes abrigadas.....	46
3.2.11 Atendimento clínico	46
3.2.12 Políticas públicas	47
3.2.13 Pobreza	47

3.2.14 Medida socioeducativa	47
3.2.15 Violência contra mulher	48
3.2.16 População de rua.....	48
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	50
4.1 PARTICIPANTES.....	50
4.2 ANÁLISE DE DADOS: ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO	51
4.3 ANÁLISE CRÍTICA DE RISCOS E BENEFÍCIOS	52
4.4 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	52
4.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	54
4.6 INSTRUMENTO PARA COLETA DOS DADOS.....	55
5 ALGUNS RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS	56
5.1 REALIZAÇÃO DO ESTUDO PILOTO	56
5.1.1 Pré-teste do roteiro de entrevista.....	57
5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	58
5.2.1 Organização dos dados.....	58
5.2.2 Participantes da pesquisa.....	59
5.2.3 Eixos temáticos.....	64
Eixo temático Trabalho	64
A) A prática	65
a1) Ações terapêuticas ou assistenciais.....	66
a2) Grupos realizados	68
a3) Atividades dos grupos	69
a4) Ações burocráticas.....	71
B) Avaliações da prática	74
b1) Avaliação das ações terapêuticas ou assistenciais.....	75
b2) avaliações do trabalho do(a) psicólogo(a).....	76
b3) Avaliação do trabalho em grupo.....	78

b4) Avaliações das práticas burocráticas	79
C)Relações Profissionais	80
c1) Relações com outros profissionais e políticas públicas	80
D) Idiossincrasias do(a) Psicólogo(a) e do(a) Assistente Social	83
d1) Idiossincrasias do(a) psicólogo(a)	84
d2) Idiossincrasia do(a) assistente social	88
Eixo temático educação	90
A) Formação acadêmica	91
a1) Formação voltada para a clínica	91
a2) Formação com outros olhares	92
a3) Críticas e lacunas na formação	93
a4) Recursos utilizados para atuação no CRAS	95
a5) Teorias e autores estudados	96
B) Estágios	98
b1) Áreas de atuação	99
b2) Desafios produzidos pelos estágios	100
b3) Impactos produzidos pelos estágios	101
b4) Aprendizagens geradas a partir dos estágios	102
C) Aprendizagem para a atuação no CRAS	104
c1) Pela experiência	104
c2) Com outros profissionais	106
c3) Por estudo	107
c4) Buscando novas alternativas	108
c5) Por capacitações	108
Eixo temático Percepções dos(as) Profissionais	109
A) Percepção dos(as) psicólogos(as) sobre os(as) usuários(as)	110
a1) Estigmatização da pobreza	110

a2) Estigmatização da mulher	113
a3) Estigmatização da pessoa com deficiência	115
a4) Estigmatização do idoso.....	115
a5) Dificuldades relacionadas à educação	117
a6) Dificuldades dos usuários.....	118
B) Percepção dos(as) Psicólogos(as) sobre a comunidade.....	119
b1) Percepções sobre a região.....	119
b2) Percepções sobre a organização da comunidade.....	120
b3) O trabalho que o CRAS desenvolve na comunidade	121
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICE 1	136
APÊNDICE 2	163
APÊNDICE 3	165

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia é a ciência que tem como objeto de estudo o ser humano em todas as suas dimensões e inter-relações. (LANE, 1987).

No Brasil, uma das possibilidades de atuação para profissionais da psicologia é o campo das políticas públicas. Assim, busca-se realizar o estudo e a reflexão sobre as práticas psicológicas nesse âmbito, com vistas a propor ações qualificadas e que possam promover o desenvolvimento integral do ser humano e consequentemente da sociedade, bem como a promoção dos Direitos Humanos e enfrentamento às desigualdades sociais.

Freitas (2018) aponta que,

Embora hoje se encontre um aumento significativo no número de trabalhos comunitários - voluntários, filantrópicos ou mesmo do chamado terceiro setor - parecendo haver uma maior “sensibilidade” da sociedade para com os setores explorados e marginalizados, ainda não existem dois aspectos: um, de que de fato, tenha aumentado a participação de pessoas comprometidas com a transformação social e enfrentamento das condições de exploração; e outro, de que tais trabalhos comunitários tenham gerado processos de conscientização que levem ao rompimento das formas de naturalização da vida cotidiana e submissão a essa exploração. (FREITAS, 2018, p. 94)

Este estudo teve como temática a análise da atuação de psicólogos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A partir dessa temática, foi realizado um levantamento de publicações, com o objetivo de conhecer a atuação e formação de profissionais, principalmente psicólogos, na comunidade, no qual foi identificado que ainda existem lacunas na atuação desses profissionais neste campo.

Considera-se que é importante conhecer como os profissionais da Psicologia que atuam no CRAS estão desenvolvendo suas práticas para o trabalho com os membros da comunidade, bem como a formação para isso.

Freitas (1996; 2012) ressalta que a atuação do psicólogo em comunidade é anterior à consolidação da política de assistência social, ou seja, não é a política pública que garante o trabalho de psicólogos na comunidade.

Conhecer as práticas dos profissionais da psicologia que atuam no CRAS, e a formação para isso permite saber como são desenvolvidas as ações desses profissionais com os membros da comunidade.

Considera-se que, ao propor este estudo, pretende-se identificar possíveis contribuições do campo da Psicologia Social Comunitária para a atuação desses profissionais.

Destarte, a organização para tal discussão inicia-se no capítulo 2, a contextualização sobre as Políticas Públicas de Assistência Social e o CRAS, para em seguida apresentar o conceito e a discussão de comunidade e, posteriormente, tratar de como a Psicologia Social Comunitária se estabeleceu e poderá contribuir para qualificar de modo significativo a atuação de profissionais da psicologia nos serviços e ações desenvolvidos no CRAS.

No capítulo 3 é realizado um levantamento das publicações sobre atuação de profissionais em comunidades, bem como a formação para tal.

O capítulo 4 traz os procedimentos metodológicos do estudo, e para a coleta dos dados que foram analisados no estudo.

O capítulo 5 apresenta os resultados e a discussão dos dados coletados com profissionais da psicologia que atuam em CRAS.

Por fim, no capítulo 6 são realizadas algumas considerações sobre este estudo.

1.1 OBJETIVO DA PESQUISA

A presente proposta de investigação se evidencia no contexto brasileiro, no qual, cada vez mais profissionais das Ciências Humanas e Sociais estão atuando em comunidades. Assim, este estudo discute a atuação de psicólogos na comunidade tendo como locus de atuação o contexto do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), isto é, o espaço e a área territorial de inserção da unidade. Nesse sentido, o problema de pesquisa para este estudo teve como eixo debater sobre o que faz o psicólogo no CRAS e como o faz?

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a prática do psicólogo inserido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Curitiba-PR e Campo Grande-MS.

1.1.2 Objetivos Específicos

1. Descrever e analisar as atividades que o psicólogo desenvolve no CRAS;

2. Identificar como o psicólogo aprendeu a desenvolver as suas práticas no âmbito do CRAS;
3. Analisar as características centrais da prática do psicólogo no CRAS;
4. Relacionar as práticas do psicólogo no CRAS com o trabalho comunitário proposto pela Psicologia Social Comunitária.

Considerou-se importante realizar este estudo para conhecer a realidade atual da prática de profissionais da psicologia no âmbito do CRAS, com o intento de relacionar com formas diferentes de atuar da psicologia, buscando refletir sobre as possíveis ligações com uma formação no campo comunitário.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esta seção tem como eixo central apresentar pontos fundamentais para a compreensão da concepção de políticas sociais que envolvem o processo de assistência social no Brasil. Entende-se que definir política pública e especificamente as políticas sociais é necessário para compreender o que fazer e o alcance das ações das equipes que atuam nos Centro de Referência de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil.

Ainda que não se proponha, neste estudo discutir em profundidade as concepções de 'Estado' e 'Governo', e sem pretensão de adentrar nos meandros e especificidades do debate sobre a origem das políticas, sua constituição e seu papel na compleição das organizações governamentais, é necessário apresentar minimamente uma definição de política pública.

Sem deixar de registrar que a concepção de políticas públicas apresenta uma polissemia de entendimentos, tal como já foi afirmado por Souza (2006).

Souza (2006, p. 23) aponta que Laswell em 1936, emprega a expressão *policyanalysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como meio de mediar o conhecimento científico/acadêmico “com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo”. Desse modo a pesquisadora enumera a diversidade de estudos que buscam definir o termo.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como 'o que o governo escolhe fazer ou não fazer'. (SOUZA, 2006, p. 24)

Outrossim, para fins de evitar entendimentos dissonantes, neste estudo políticas será concebida como as ações que focalizam o governo como promotor e que vão exercer influências na vida dos cidadãos. Assim, como o interesse central do estudo volta-se para o foco comunitário e da assistência social, na sequência serão apresentados os elementos fundamentais para essa dimensão das políticas e necessários para esta investigação.

2.1 AS POLÍTICAS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

As Políticas Públicas de Assistência Social no Brasil constituíram-se a partir de movimentos históricos, sociais e econômicos que ocorreram no país e no mundo com o intuito de senão a sua eliminação, ao menos minimizar as desigualdades sociais. No entanto, ainda subsistem índices alarmantes de desigualdades social e econômica, como é possível verificar, por exemplo, nos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo desemprego no Brasil em 2018 apresentou a taxa de 13,1% (treze virgula um por cento) (BENEDICTO, 2018). O Coeficiente de Gini, que é a medida utilizada para identificar o índice de pobreza e desigualdade em 2017 foi de 0,567 (IBGE, 2018a), salientando que a medição do índice de Gini obedece a uma escala que vai de 0 (zero) a 1 (um), sendo o menor valor para indicar quando não há desigualdade, e o maior para indicar a desigualdade máxima.

A Agência de Notícias do IBGE (2018b), ao divulgar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(PNAD) contínua, informa que “em 2017 os 10% da população com os maiores rendimentos detinham 43,3% da massa de rendimentos do país, enquanto a parcela dos 10% com os menores rendimentos detinha 0,7% desta massa”. Diante de tal contexto, a política social se articula na tentativa de propor ações para minimizar essas desigualdades, bem como, atender a população que se situa em condições de vulnerabilidade e risco social.

Nesse sentido, pode-se considerar o que aponta Mestriner (2001) sobre a política de Assistência Social.

Longe, portanto, de assumir o formato de política social, a assistência social desenrolou-se ao longo de décadas, como doação de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, de favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que opera de forma descontínua em situações pontuais. Sempre direcionada a segmentos da população que vivem sob o signo perverso da exclusão, não cumpre a perspectiva cidadã de ruptura da subalternidade. Ao contrário, reitera a dependência, caracterizando-se como política de alívio, por neutralizar demandas e reivindicações. Desconhecendo que sua população-alvo não é minoria, mas a grande massa populacional de excluídos – nos quais se incluem segmentos do próprio mercado formal hoje tão empobrecidos – ela se volta a pequenas parcelas de indivíduos, de forma temporária ou emergencial. Usa da focalização nas piores situações, o seu comportamento usual. (MESTRINER, 2001, p. 16-17)

Esse caráter assistencialista da assistência social não permite mudanças e nem processos de conscientização, tal como aponta Lane (1996, p 28) ao afirmar

que “[...] trabalhos comunitários que, por sua origem paternalista e objetivos assistenciais, levam à manutenção de consciência fragmentada pelo idealismo e individualismo, e, de fato, impedindo qualquer avanço tanto na ação como na consciência”.

Da condição apontada cabe considerar que no Brasil a Assistência Social enquanto política pública é recente, e que uma longa jornada foi percorrida entre a promulgação da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), até a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implementado em 2004 com Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e criado como lei com a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que altera dispositivos da LOAS. E ainda há um longo caminho a ser construído no que se refere a execução de tal política. (BRASIL, 2012).

Couto (2016) aponta que,

A centralidade do Estado na garantia da política é outra novidade conceitual que não tinha precedente no caso brasileiro; o reconhecimento da responsabilidade na garantia de direitos sociais sempre foi uma lacuna na história brasileira. O atendimento às necessidades sociais da população mais pobre sempre ficaram afetadas a um papel secundário, produto de circunstâncias casuísticas, da relação com as entidades privadas e/ou filantrópicas e financiadas por renúncia fiscal, na maioria dos casos. (COUTO, 2016, p. 43)

Tal política entende que há indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Dentro de uma perspectiva histórico-social da psicologia, pode-se considerar que toda e qualquer pessoa possui potencialidades e capacidades de superação de suas necessidades, e esse processo de superação pode se tornar mais potencializado se existirem condições concretas, históricas e sociais na vida dessas pessoas que permitam tal superação.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS),

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 2005, p. 33)

Dos documentos citados apreende-se que a Política de Assistência Social visa o enfrentamento das desigualdades socioterritoriais e tem como objetivo,

- prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.

- contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2005, p. 33)

Tendo a família (matricialidade sociofamiliar) como um dos eixos estruturantes, a política de assistência social é composta por duas modalidades de atendimento socioassistencial, a primeira é proteção social básica, a qual é considerada pela PNAS como direcionada aos usuários que não tiveram seus direitos violados, e apresenta como objetivo “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecer os vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2005, p. 33).

É previsto na PNAS que se desenvolvam serviços, programas e projetos de acolhimento, convivência e socialização em que haja a articulação entre as redes de atendimento, com as demais políticas públicas. Isso teria a finalidade de defender os encaminhamentos necessários, “de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial” (BRASIL, 2005, p. 34-35).

Sobre as unidades de execução dos serviços da proteção social básica, a PNAS prevê que,

Os serviços da proteção social básicas serão executados de forma direta nos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. (BRASIL, 2005, p. 35)

O segundo tipo de atendimento socioassistencial refere-se à proteção social especial, que atende às famílias e indivíduos que estão em situação de risco pessoal e/ou social, e tiveram seus direitos violados. No documento que trata do detalhamento dos serviços que envolve o SUAS denominado Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), esclarece que

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2005, p. 37)

A NOB-SUAS/2005 representou um marco fundamental na estruturação da Política Pública de Assistência Social, promovendo um salto quantitativo na implantação de serviços socioassistenciais em todo o território nacional, tendo como base critérios de partilha transparentes e objetivos, adequados à distribuição territorial das populações vulneráveis, com a alocação equitativa do cofinanciamento federal e a possibilidade de superação das distorções regionais históricas (BRASIL, 2012). O SUAS tem como objetivo dar um caráter sistêmico e evitando desproporcionalidade na divisão de recursos destinados à assistência.

A proteção social especial se divide em duas dimensões: média e alta complexidade. Os serviços de média complexidade são aqueles que “oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos” (BRASIL, 2005, p. 38). Já os serviços de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral “moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (BRASIL, 2005, p. 38).

Dos estudos e documentos apontados é possível apresentar que as políticas sociais estão vinculadas às ações desenvolvidas pelo Estado. Porém, pode-se pensar o Estado como mantenedor das condições neoliberais. As políticas públicas contribuem, em certa medida, para a diminuição das desigualdades sociais, no entanto é necessário pensá-las criticamente, identificando suas lacunas e formas de avanços sociais. Tal como aponta, Sposati (2011) ao afirmar que,

Políticas de combate/superação/erradicação da pobreza, da extrema pobreza ou da miséria tenderão a ser focalistas e emergenciais, como propõe o velho rito neoliberal, caso não se articulem com mecanismo redistributivos que alterem a alta acumulação ou concentração de riquezas. Combater a miséria e a pobreza implica em política econômica e não só social. Supõe o enfrentamento de desigualdades sociais que se expressam, inclusive, nos acessos das políticas sociais tradicionais. (SPOSATI, 2011, p. 109)

O foco deste estudo está na prática de profissionais da psicologia que atuam nos serviços, programas e ações da proteção social básica. Assim, será considerado o CRAS como a unidade para o desenvolvimento da pesquisa. Para isso, necessário se faz entender como se fundamenta o CRAS e a prática dos profissionais que nele atuam. Para tanto na sequência desta seção apresentam-se os elementos que permitem conhecer e entender estas unidades de atenção social.

2.2 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CRAS

A organização da política social no Brasil tem como ponto de partida a criação e implantação dos serviços para o atendimento das necessidades básicas da população nas comunidades e que demarcam a garantia da seguridade social. Os CRAS são então ponto inicial do sistema, e como costuma ser identificado pelas equipes técnicas do serviço 'a porta de entrada' do SUAS.

Os documentos que estabelecem a estrutura e a organização das atividades do SUAS são as Normas Operacionais Básicas (NOB/SUAS). Conforme a NOB de 2012, que atualizou a NOB de 2005, por meio da Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012) os CRAS devem oferecer os serviços socioassistenciais com atividades continuadas voltadas para melhoria de vida, proteção social e garantia de direitos da população. Os CRAS estão localizados em áreas de vulnerabilidade social, e atende famílias e indivíduos do contexto comunitário.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) aponta que,

Em primeiro lugar, é importante considerar que o SUAS se consolida, em grande medida, pela expansão dos serviços e a oferta de benefícios socioassistenciais. A característica principal dos serviços (e sua diferença em relação aos projetos e programas) diz respeito à sua oferta contínua. Ou seja, sempre que o cidadão tiver uma necessidade de proteção de assistência social haverá um serviço para atendê-lo. Isso produz para o cidadão um sentimento de segurança a partir do qual ele pode afirmar "se eu precisar, sei que posso contar!" Essa certeza é a primeira ideia que devemos fixar quando queremos construir referência. (FERREIRA, 2011, p. 25)

Vale ressaltar que as ações e serviços do CRAS visam desenvolver as capacidades e potencialidades dos sujeitos, para promover o protagonismo e autonomia das famílias e comunidade. A PNAS afirma que,

O grupo familiar pode ou não se mostrar capaz de desempenhar suas funções básicas. O importante é notar que esta capacidade resulta não de uma forma ideal e sim de sua relação com a sociedade, sua organização interna, seu universo de valores, entre outros fatores, enfim, do estatuto mesmo da família como grupo cidadão. Em consequência, qualquer forma de atenção e, ou, de intervenção no grupo familiar precisa levar em conta sua singularidade, sua vulnerabilidade no contexto social, além de seus recursos simbólicos e afetivos, bem como suas disponibilidades para transformar e dar conta de suas atribuições (BRASIL, 2005, p. 35)

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) os serviços oferecidos são o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e, Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos

Nas diretrizes apresentadas no documento que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais o PAIF consiste no trabalho continuado com as famílias do território e tem a finalidade de,

fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico. (BRASIL, 2009, p. 6)

Outro serviço oferecido pelo CRAS é o SCFV, é destinado a todas as faixas etárias e complementa o trabalho realizado pelo PAIF com as famílias. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais descreve o SCFV como,

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com as famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivência individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009, p. 9)

No ano de 2013 o SCFV passou por um reordenamento para unificar as regras para oferta qualificada desse serviço, de modo a “equalizar a oferta do SCFV para as faixas etárias de 0 a 17 anos e acima de 60 anos, unificar a lógica de cofinanciamento e estimular a inserção do público identificado nas situações prioritárias” (BRASIL, 2013).

As atividades do SCFV devem intervir no contexto de vulnerabilidade social, proporcionando convivência e socialização para fortalecer os vínculos e prevenir situações de exclusão e risco social. (BRASIL, 2013)

De acordo com as normativas, o SCFV deve ter uma equipe formada por Técnico(a) de referência, que é profissional de nível superior que integra a equipe do CRAS para ser referência aos grupos do SCFV; pelo(a) Orientador(a) Social, que é profissional de, no mínimo, nível médio, para atuação constante junto ao(s) grupo(s); e opcionalmente, Facilitador(a) Social, sendo que este profissional deve ter formação mínima de nível médio, responsável pela realização de oficinas de convívio por meio do esporte, lazer, arte e cultura e outras. (BRASIL, 2013)

Assim, pensando na prática de profissionais que atuam no CRAS, deve-se considerar que há diferentes profissionais, com diferentes formações para desenvolverem os trabalhos com as famílias e usuários da política. A NOB-RH/SUAS caracteriza os profissionais que atuam na Assistência Social, bem como suas formações e capacitações.

De acordo com a NOB-RH/SUAS a equipe de referência do CRAS é composta de acordo com o tamanho do território, assim, para município de pequeno porte I, ou seja, com até 2500 famílias referenciadas, são necessários(as) um(a) coordenador(a), 2 técnicos(as) de nível superior, sendo um(a) assistente social e o(a) outro(a) preferencialmente psicólogo(a), e 2 técnicos(as) de nível médio. Os municípios de pequeno porte II, que são aqueles com até 3500 famílias referenciadas, devem compor a equipe do CRAS com um(a) coordenador(a), 3 técnicos(as) de nível superior, sendo dois(duas) assistentes sociais e o(a) outro(a) preferencialmente psicólogo(a), e 3 técnicos(as) de nível médio. Já os municípios médios, grandes, metrópoles e DF, para cada 5000 famílias referenciadas são necessários(as) um(a) coordenador(a), 4 técnicos(as) de nível superior, sendo dois(duas) assistentes sociais, um(a) psicólogo(a) e um(a) profissional que compõe o SUAS, e 4 técnicos(as) de nível médio. (FERREIRA, 2011).

No parágrafo único do artigo 1º da resolução n. 17, de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social, há a ratificação da equipe de referência definida pela NOBRH/SUAS e está apontada a obrigatoriedade das equipes de referência da Proteção Social Básica serem compostas por psicólogos e assistentes sociais.

2.3 A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NO CRAS

Essa seção tem como objetivo identificar e analisar a inserção e contribuição da prática psicológica no âmbito da assistência social. Contudo, para se pensar na inserção de profissionais da psicologia no CRAS considera-se importante, primeiramente, entender a presença da psicologia como profissão no campo das políticas públicas e sociais, bem como os caminhos que trouxeram a psicologia até o momento atual.

Gonçalves (2010) ao pensar a presença da psicologia no campo social, aponta que

podemos verificar seu compromisso, por um lado, com a normalização, com a adaptação, com a adequação dos indivíduos, apesar de sua diversidade, aos lugares sociais já existentes. E, por outro, tentativas de criar espaços de atuação que promovam formas de expressão social dos indivíduos questionadoras, inovadoras, que possibilitem a superação das condições que impedem o pleno desenvolvimento de sujeitos. (GONÇALVES, 2010, p.79)

Mais adiante a autora acrescenta que,

Essa intervenção no campo social esteve marcada, em certo sentido, por uma presença secundária da psicologia nas instituições sociais, de um lado. E, de outro, durante o período importante para a consolidação como profissão, por um desenvolvimento por fora das instituições conservadoras, a fim de que pudesse chegar às reais necessidades da população de maneira direta, sem intermediação de um Estado autoritário e que não tinha como objetivo atender às demandas populares. (GONÇALVES, 2010, p.79)

Freitas (2012, p. 174) chama atenção para discussões sobre as políticas públicas pensadas a partir da perspectiva psicossocial e aponta que há, pelo menos, dois aspectos a serem considerados: as esferas de “*potencialidad de cambio*” e de “*involucramiento psicossocial*”. (FREITAS, 2005, 2007, 2008^a, 2008b, 2008c, apud, FREITAS 2012)

El primero se relaciona con la potencialidad de cambio que las políticas públicas poseen para mejorar las precarias condiciones de vida de las personas y las relaciones humanas de la sociedad en general, y en particular, de los destinatarios de estas. Esta potencialidad de cambio se relaciona con la posibilidad efectiva de que las personas (y especialmente los destinatarios) se sientan partícipes e involucrados en su vida cotidiana, en el proceso de implementación, acompañamiento y evaluación de estas políticas.

El segundo aspecto se relaciona con la importancia de reflexionar respecto de las condiciones que facilitan u obstaculizan la formación de profesionales capaces de involucrarse con la realidad de su país y su gente y que estén orientados, en sus acciones cotidianas, por un compromiso ético-profesional. Esto exige reflexionar sobre las dimensiones políticas presentes

em los innumerables programas de intervención social, haciendo un análisis crítico y prospectivo sobre sus límites y posibilidades para la intervención comunitaria.(FREITAS, 2012, p. 173)

Assim, considera-se que as políticas públicas buscam melhorar as condições de vida de seus usuários, e que os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais que nela atuam devem estar comprometidos com a qualidade de vida e condições dignas para as pessoas. Nesse sentido, Freitas (2012) destaca que há possibilidades de ações e intervenções psicossociais na comunidade. Para isso, a pesquisadora ressalta que é fundamental levar em conta aspectos que ela tem assinalado *“ya que son clave em el fortalecimiento y la potenciación de las concepciones ontológicas que guían las estrategias de intervención comunitaria”* (FREITAS, 2012, p. 176).

Tais aspectos se articulam com a necessidade de *“abrir la percepción sobre la realidad y sus problemas, ampliando las fronteras de la formación profesional y los límites del campo de actuación para el cual el profesional fue entrañado”* (FREITAS, 2012, p. 176)

Mais adiante a autora afirma que *“es necesario también que los agentes comunitarios externos tengan una profunda, continua y actualizada formación en el manejo ético, tanto en su trabajo directo como en el uso de los instrumentos de intervención y de investigación”* (FREITAS, 2012, p.176)

Nesse sentido Freitas (2012, p. 177) entende que ao abordar o tema políticas públicas *“necesariamente significa reflexionar sobre su diseño e implementación, así como tomar posiciones orientadas a la defensa de los derechos humanos y de la ciudadanía de las poblaciones”*

Para tanto, ao se pensar na construção e destinação das políticas públicas, é necessário o envolvimento da população no processo tanto de elaboração, como de execução de tal política. Freitas (2012) ressalta que

Y con el hecho de que en ese proceso de difusión se consiga involucrar a la comunidad mediante su participación em cualquiera de sus etapas de realización: en la de inserción, problematización, análisis de necesidades o, incluso, en la discusión, comunicación y búsqueda de estrategias de implementación. Algunos denominan a esto “divulgación proactiva”, tal como aparece en los documentos oficiales de los organismos internacionales dedicados a la elaboración e implementación de las políticas de “reducción” de los graves problemas sociales (como la pobreza, la violencia, las enfermedades, el desempleo), y a la reducción de las distintas “vulnerabilidades” sociales.(FREITAS, 2012, p. 179-180)

Considerar esse envolvimento da população permite maior e melhor conhecimento de suas realidades e necessidades, fato que possibilitará, conseqüentemente, melhor compreensão para a intervenção. Tal como afirma Freitas (2012),

Una comprensión mejor y más clara de las condiciones en las cuales se realiza la intervención comunitaria surge cuando las problemáticas son discutidas y conocidas por la comunidad em conjunto com los profesionales, y son fruto de reflexiones conjuntas sobre sus avances y desafíos. (FREITAS, 2012, p. 180)

Esta autora ainda considera que,

En la situación opuesta, cuando la población desconoce o no entiende de qué se trata y para qué sirve una determinada propuesta de política pública, las posibilidades de participación de la comunidad se verán mermadas y sus miembros seguirán estando al margen del proceso de intervención, afectando las posibilidades de éxito de este. En este contexto, el profesional/agente comunitario es la figura que aparece como mediador o puente entre las políticas y los programas públicos y la comunidad. (FREITAS, 2012, p. 180)

Assim, fica evidente a importância da participação dos membros da comunidade no processo de intervenção na própria comunidade, sempre com respeito e considerando que os conhecimentos e saberes estão presentes em todos os envolvidos no processo, ou seja, as relações devem ser estabelecidas de maneira horizontais, evitando-se relações hierárquicas.

Freitas (2012) destaca que é importante considerar a relação entre políticas públicas e a comunidade, para isso,

la Psicología Social Comunitaria a lo largo de estas décadas puede contribuir significativamente al análisis y comprensión de las dimensiones psicosociales que son parte del proceso de implementación de las políticas públicas. Si se busca que los trabajos tengan resultados para las comunidades y contribuyan a que los destinatarios tengan una vida más digna, debe incluirse la Psicología Social Comunitaria (FREITAS, 2012, p. 180-181)

Outros estudos apontam que os trabalhos de intervenção comunitária precisam se atentar para o que se faz, como se faz e os significados desse fazer para os agentes internos e externos envolvidos no processo. (FREITAS, 2005; MARTÍN-BARÓ, 1987 e 1989; MONTERO, 1994 e 2003, apud, FREITAS 2012)

2.4 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA PARA A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA

A comunidade tem sido um espaço no qual cada vez mais psicólogos e psicólogas se inserem para atuarem, seja no âmbito das políticas públicas, em instâncias governamentais ou não governamentais, ou ainda em outras atividades presentes na comunidade (FREITAS, 2015; FREITAS, 2018). Assim, a realização desse estudo se justifica visto que tem como tema pensar e discutir a inserção desses profissionais nesses ambientes e como a Psicologia Social Comunitária poderia contribuir para a prática de tal profissional na comunidade.

Na Psicologia o interesse pela comunidade nem sempre esteve presente. Essa área de atuação foi inserida em tal ciência e profissão a partir de um processo histórico, político e econômico, quando alguns profissionais e pesquisadores do Brasil e da América Latina passaram a se preocupar com a prática da psicologia na comunidade e com tal população. (FREITAS, 1996; FREITAS, 2011; LANE, 1996.)

Freitas (1996; 2011) em seus estudos, realiza uma análise desses processos históricos, políticos e econômicos que foram importantes para o desenvolvimento de um ramo da Psicologia Social, que é denominado, hoje, de Psicologia Social Comunitária (PSC). Para tal pesquisadora,

Así cuando hoy se habla de PSC se puede decir que no tiene el mismo significado, comprensión y (re)conocimiento científico-profesional que había en las décadas de 1960 o 1970. En aquella época, las prácticas de la psicología en comunidad se iniciaban, aunque tímidamente, gracias a los esfuerzos de algunos/as psicólogos/profesores que defendían otro rol y otro lugar político/científico para la psicología. Defendían la posición de que esta psicología debería ser más sensible y comprometida con la realidad concreta de las poblaciones que, en su mayoría, no tenían acceso a los servicios suministrados en este campo. Para que esto pudiera suceder, las prácticas de intervención y las propuestas de análisis deberían conducir a un encuadre histórico-social que permitiera comprender los fenómenos comunitarios en sus dimensiones psicosociales intrínsecas a la vida humana, históricamente construida.(FREITAS, 2011, p. 92)

Ao se falar em atuação na comunidade, Freitas (1996) salienta que a expressão “trabalho em comunidade” surge “nas décadas de 40 e 50. Nesse período, o Brasil passava por mudanças no seu modelo produtivo, saindo do agropecuário e ingressando no agroindustrial” (FREITAS, 1996, p. 56).

Assim, neste contexto, são criados e desenvolvidos vários projetos, nas áreas educacional e assistencial, sob a responsabilidade e coordenação do Estado, objetivando preparar os setores para tarefas relacionadas a esse novo modelo econômico. Eram trabalhos comunitários que atendiam aos

interesses das elites econômicas do país, cujos profissionais, em sua maioria provenientes das ciências humanas e sociais, ocupavam nesses projetos funções estratégicas destinadas à prestação de serviços básicos à população. (AMMANN, 1980, apud, FREITAS, 1996, p.56-57)

No Brasil a inserção do psicólogo na comunidade ocorreu em um momento histórico em que os paradigmas tradicionais da psicologia não atendiam mais as demandas e necessidades da população. De acordo com Freitas (1996),

A partir de meados da década de 60, em alguns locais dá-se a inserção do psicólogo, com o objetivo de somar esforços e de colaborar para tornar a psicologia mais próxima à população, em geral, e mais comprometida com a vida dos setores menos privilegiados; buscando com isso uma deselitização da profissão, e as práticas vão ganhando mais significação política de mobilização e de transformação sociais. (FREITAS, 1996, p. 60)

Toma-se como referência que a Psicologia Social Comunitária pode contribuir para orientar essa prática, visando a participação da população. A pesquisadora Freitas (2014) ainda salienta que,

Promover esta discussão [da diversidade no campo da Psicologia (Social) Comunitária em termos de tipo de trabalho desenvolvido, metodologias empregadas e referenciais teórico-filosóficos adotados], em nosso entendimento, significa apontar possíveis caminhos que contribuam para um processo de politização da consciência, buscando-se uma maior participação da própria população em torno de suas necessidades imediatas e mediata. Fazer isto significa, também, detectar aspectos intrínsecos à própria dinâmica dos trabalhos desenvolvidos que podem contribuir, tanto para fortalecer como enfraquecer o aparecimento de uma consciência crítica e o desenvolvimento de formas de participação cotidiana, independente do fato dos agentes comunitários estarem comprometidos com a transformação social. (FREITAS, 2014, p.65-66)

Assim, entende-se que a prática de psicólogos na comunidade deve estar atenta às demandas, necessidades e conhecimento advindos da população, as relações estabelecidas entre profissionais e a comunidade não devem estar pautadas na hierarquia e nem em imposição de ações (FREITAS, 1998a).

Em seu estudo Freitas (1998a) aponta, então, que três aspectos devem ser considerados sobre a prática no processo de inserção na comunidade

- a. *um*, de que as necessidades da população é que devem indicar os caminhos para a prática do psicólogo em comunidade, significando, portanto, que os objetivos deveriam ser definidos *a posteriori*;
- b. *outro*, de que o trabalho implique na construção conjunta de canais e alternativas para que a população assuma seu cotidiano, fomentando relações mais solidárias e éticas e desenvolvendo uma consciência crítica;
- c. *por último*, que, apesar das incertezas e das delimitações que vão acontecendo durante o processo de inserção, o psicólogo tem, sim, um domínio específico para a sua ação, ligado aos chamados processos psicossociais que perpassam o cotidiano das pessoas, sendo que algumas ferramentas para a intervenção advêm do campo da investigação

participante e de outras disciplinas além da própria psicologia. (FREITAS, 1998a, p.180)

Alicerçando-se no apresentado nessa seção, que tratou brevemente das políticas públicas sociais e da inserção da psicologia nesse campo, na ótica da Psicologia Social Comunitária, considera-se que as políticas públicas podem contribuir com o trabalho de profissionais da psicologia nesse campo, visando a autonomia e emancipação dos sujeitos, desde que, seja realizada de forma crítica e comprometida com os reais interesses e necessidades da comunidade (MONTERO, 1996; FREITAS, 2011).

No próximo capítulo será apresentado o resultado do levantamento de publicações especializadas, realizado neste estudo, a respeito da atuação de profissionais na comunidade.

3 UM LEVANTAMENTO DE PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS SOBRE A ATUAÇÃO NA COMUNIDADE

Esse estudo, busca identificar e conhecer como tem sido a atuação de profissionais em contextos comunitários, a partir do entendimento de que as ações são múltiplas, complexas, se desenvolvem por meio de diferentes abordagens técnico-metodológicas, diferentes objetivos, bem como, realizadas em diferentes áreas, nas quais, diferentes ações são desenvolvidas na comunidade e com as pessoas que a ela pertencem.

Diante de tais considerações, este capítulo se propõe a apresentar o levantamento de publicações que tratam de estudos sobre as ações no âmbito das comunidades, bem como descrever a metodologia para tal levantamento.

O procedimento para o levantamento das publicações utilizou-se o método manual para a realização do escopo, tal como desenvolvido por Freitas e Weiland (2010). O método manual de seleção das publicações permite uma análise detalhada de todos os elementos e características dos títulos das publicações, bem como dos resumos e dos textos. Assim, a seleção não se limita a descritores e/ou palavras-chave, e sim considera-se o conteúdo de cada publicação.

O levantamento das publicações foi realizado em 6 (seis) etapas. A primeira consistiu em criar um critério de seleção que atendesse ao problema de pesquisa. O problema que este estudo visa elucidar é o que faz o psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)? Entende-se que tal instituição está inserida em comunidade e seus usuários são os membros desta. Na comunidade também estão presentes diferentes profissionais que atuam em diversas áreas, por exemplo, nas Unidades Básica de Saúde, em escolas, em Organizações da Sociedade Civil (OSC), igrejas, entre outras. É sabido que todas essas instituições podem desenvolver um trabalho com a população. Para tanto, considerou-se a necessidade de uma revisão de literatura que identificasse: como os profissionais, principalmente psicólogos, tem atuado e desenvolvido suas atividades na e com a comunidade? Foi este o questionamento que orientou a busca por estudos para o levantamento das publicações.

A segunda etapa foi a escolha dos periódicos que seriam analisados para seleção dos artigos. Foram considerados os estudos publicados em nove revistas, sendo elas:

1. Cadernos Saúde Coletiva;
2. Estudos de Psicologia (Campinas);
3. Estudos de Psicologia (Natal);
4. Interações (Campo Grande);
5. PAIDEIA (Ribeirão Preto);
6. Psicologia: Ciência e Profissão;
7. Psicologia em Estudo;
8. Psicologia & Sociedade; e
9. Psico-UFS.

A escolha desses periódicos se deu por considerar que se tratam de revistas de qualificação importante pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES)e são revistas consideradas importantes em publicações de artigos no campo da Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária, na próxima seção serão apresentados os detalhes da caracterização e critérios de escolha dos periódicos.

Na terceira etapa realizou-se, a partir de tais revistas, a separação dos sumários de todos os números e volumes que estavam disponíveis na base de dados online do Scielo¹. Foram levantados 503 sumários, nos quais foram encontradas 7529 publicações, sendo estas, artigos, editorias, entrevistas, notas e outros.

Na quarta etapa do levantamento de publicações buscou-se nos sumários das revistas, os títulos de artigos que indicassem a atuação de profissionais na/com a comunidade. Neste primeiro levantamento foram selecionados 289 artigos.

Na quinta etapa analisaram-se os resumos dos 289 artigos selecionados, também buscando identificar o trabalho de profissionais na/com a comunidade. Com a análise dos resumos foram descartados 87 artigos, por não atenderem aos critérios de seleção, ou seja, não eram publicações que apresentavam a atuação de profissionais na comunidade.

Para a sexta etapa considerou-se os 202² que atendiam ao critério de seleção para serem analisados. Com a leitura e análise dos resumos os artigos, estes foram separados em temática que os aproximavam. 16 temáticas foram criadas com a

¹A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Disponível em <<http://www.scielo.br>>

² As referências dos artigos do levantamento de publicações estão no APÊNDICE 1

análise das informações dos trabalhos apresentados nos resumos. Tais temáticas são: Saúde (46 artigos); Saúde mental (21 artigos); Política de Assistência Social (20 artigos); Formação (16 artigos); Intervenção no meio comunitário (16 artigos); Educação (14 artigos); Psicologia Social Comunitária (13 artigos); Atuação psicólogo na comunidade (11 artigos); CRAS (10 artigos); Crianças e adolescentes abrigadas (9 artigos); Atendimento clínico (6 artigos); Pobreza (5 artigos); Políticas públicas (5 artigos); Medida socioeducativa (4 artigos); População de rua (3 artigos); Violência contra mulher (3 artigos).

A seguir serão apresentadas as revistas utilizadas para o levantamento das publicações, na sequência as temáticas encontradas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS REVISTAS

Para o levantamento das publicações foram considerados periódicos importantes nas áreas de psicologia e educação. Para a escolha dos periódicos a serem analisados foi considerado aqueles que se relacionavam e eram relevantes com e para tais áreas, e que poderiam apresentar estudos com contribuições para a atuação de profissionais na comunidade.

Outro critério considerado para a escolha dos periódicos foi a localização geográfica de publicação, de modo a ter uma visão das publicações de diferentes regiões do Brasil. Assim, há periódicos nacionais (Psicologia & Sociedade; Psicologia: Ciência e Profissão); região sudeste (Paidéia; Estudos de Psicologia; Psico-USF; Cadernos Saúde Coletiva); região nordeste (Estudos de Psicologia); região centro-oeste (Interações); e região sul (Psicologia em Estudo).

Não houve um recorte temporal específico para a seleção das publicações, considerou-se todas as publicações disponíveis online em cada periódico. Assim, o período considerado em cada revista varia entre os anos de 1982 a 2017.

O periódico Cadernos Saúde Coletiva é uma publicação do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foram analisados 21 números de revistas, distribuídos em 6 volumes, entre os anos de 2012 e 2017. Foram selecionados 11 artigos dos 332 elementos presentes no sumário.

O periódico Estudos de Psicologia (Campinas) é publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. As

publicações analisadas compreendem o período de 1997 a 2017, com 76 números de revistas distribuídas em 22 volumes, e 989 elementos nos sumários. Foram selecionados 25 artigos em tal periódico.

Outro periódico analisado foi o Estudos de Psicologia (Natal), publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicobiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. As publicações online compreendiam o período entre 1997 e 2016, possuem 20 volumes e 59 números de revistas, os sumários apresentavam 760 publicações e foram selecionados 13 artigos.

No periódico Interações, publicado pela Universidade Católica Dom Bosco, foram levantados os sumários de 27 números, distribuídos em 12 volumes, durante o período de 2006 e 2017. Os sumários continham 399 publicações e foram selecionados 5 artigos sobre a atuação de profissionais na comunidade.

Os 18 artigos selecionados no periódico PAIDÉIA, da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, contemplaram as publicações online disponíveis entre os anos 1991 a 2017. Foram levantados 27 volumes e 64 números de revistas, os quais continham ao todo 824 publicações.

Psicologia: Ciência e Profissão, também foi considerado um periódico importante para o levantamento das publicações. Publicado pelo Conselho Federal de Psicologia, na base de dados online, entre os anos de 1982 e 2017, há 37 volumes disponíveis e 112 números de revistas. Os sumários apresentavam 1615 elementos publicados e foram selecionados 42 artigos que abordavam a atuação de profissionais na comunidade.

No periódico Psicologia em Estudo, do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, foram analisados 49 números de revistas, distribuídos em 15 volumes, entre os anos 2000 a 2014. Analisou-se inicialmente o título de 973 elementos nos sumários, desses foram selecionados 16 artigos que atendiam ao critério de seleção.

No periódico Psicologia & Sociedade, publicado pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), foram analisados 54 números de revistas, em 16 volumes. Os sumários apresentavam 973 publicações, e 66 artigos atendiam aos critérios de seleção.

O Periódico Psico-USF, da Universidade de São Francisco, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, analisou-se 41 números de revistas,

disponíveis em 17 volumes, entre os anos de 2001 a 2017. Os sumários continham 664 publicações e foram selecionados 6 artigos em tal periódico.

No quadro 1 pode-se identificar algumas características dos periódicos. Na primeira coluna estão relacionados os periódicos utilizados para o levantamento dos artigos publicados. A segunda coluna, Ano de Início, indica o ano das publicações mais antigas disponíveis online, no qual se iniciou o levantamento dos artigos, e, a coluna Ano de fim, indica o período mais recente em que se realizou a seleção dos artigos. Na Coluna, Quantidade total de volumes das revistas, aponta a quantidade de volumes analisados, e na sequência a quantidade de números das revistas que foram analisadas. A quantidade total de elementos dos sumários, mensura a totalidade de publicações presentes em todos os sumários analisados, vale ressaltar que neste quantitativo estão incluídos outros elementos além de artigos, como editais, entrevistas, notas e outras publicações. E por fim, a coluna Quantidade final de artigos selecionados, indica quantos artigos foram selecionados em cada revista.

Quadro 1 - Revistas utilizadas para a revisão de literatura

Revista	Ano de Início	Ano de Fim	Quantidade total de volumes das revistas	Quantidade total de números das revistas	Quantidade total de elementos dos sumários	Quantidade final de artigos selecionados
Psicologia & Sociedade	2002	2017	16	54	973	66
Psicologia: Ciência e Profissão	1982	2017	37	112	1615	42
Estudos de Psicologia (Campinas)	1997	2017	22	76	989	25
Paideia (Ribeirão Preto)	1991	2017	27	64	824	18
Psicologia Em Estudo	2000	2014	15	49	973	16
Estudos de Psicologia (Natal)	1997	2016	20	59	760	13
Cadernos Saúde Coletiva	2012	2017	6	21	332	11
Interações (Campo Grande)	2006	2017	12	27	399	5
Psico-USf	2001	2017	17	41	664	6
Total			172	503	7529	202

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS TEMÁTICAS

As temáticas foram elaboradas após a leitura e análise dos resumos, os artigos foram agrupados por temas que os aproximavam.

Os artigos foram agrupados em 16 temáticas apresentadas na sequência: Saúde (46 artigos); Saúde mental (21 artigos); Política de Assistência Social (20 artigos); Formação (16 artigos); Intervenção no meio comunitário (16 artigos); Educação (14 artigos); Psicologia Social Comunitária (13 artigos); Atuação psicólogo na comunidade (11 artigos); CRAS (10 artigos); Crianças e adolescentes abrigadas (9 artigos); Atendimento clínico (6 artigos); Pobreza (5 artigos); Políticas públicas (5 artigos); Medida socioeducativa (4 artigos); População de rua (3 artigos); Violência contra mulher (3 artigos).

3.2.1 Saúde

A temática que é composta pelas publicações que apresentam temas sobre a atuação de profissionais em contexto comunitário no âmbito da saúde é o único que apresenta publicações nas nove revistas analisadas neste estudo, totalizando 46 (quarenta e sete) artigos selecionados, as publicações aparecem entre os anos 1998 e 2017.

A revista com maior número de publicações nesta temática é Psicologia: Ciência e Profissão com 13 artigos selecionados, sendo um nos anos 2002, 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010, 2012, 2013, 2014 e 2017, dois no ano de 2011.

No periódico Psicologia & Sociedade levantou-se sete publicações, duas em 2005, e uma nos anos 2009, 2011, 2013, 2014 e 2015. Estudos de Psicologia (Natal) também publicou sete artigos que compuseram esta temática, os quais foram selecionados nos anos 1998, 2000, 2001, 2008, 2010, 2014 e 2015.

Em Psicologia em Estudo foram selecionados cinco publicações, presentes nos anos 2001, 2005, 2010, 2011 e 2012. Também apresentando quatro publicações, encontrou-se no periódico Estudos de Psicologia (Campinas) artigos nos anos 2000, 2007, 2012 e 2016.

O periódico Paidéia apresenta 4 publicações, totalizando uma nos anos de 2001 e 2005, e duas em 2009. No Cadernos de Saúde Coletiva, três artigos são selecionados para a temática saúde, encontrados nos anos 2013, 2014 e 2017. Em

Psico-USF, seleciona-se dois estudos, um em 2007 e outro em 2017. E no periódico Interações, apenas um artigo, em 2017.

Alguns assuntos são elucidados nesta temática, principalmente no que se refere a atuação de profissionais da psicologia da área da saúde com a comunidade e os usuários. Um dos assuntos centrais que podem ser identificados nos artigos é a relação da Psicologia com o Sistema Único de Saúde (SUS) (BENEVIDES, 2005; LIMA, 2005; SCARCELLI, JUNQUEIRA, 2011; FREIRE, PICHELLI, 2013; BOING, CREPALDI, 2014.). Há artigos que se relacionam às práticas vinculadas à Estratégia de Saúde da Família (CAMARGO-BORGES, CARDOSO, 2005; COSTA, ET AL, 2014; PAULA, ET AL, 2017), bem como a inserção e atuação de psicólogos no Programa de Saúde da Família (CARDOSO, 2002; BITTENCOURT, MATEUS, 2006). Também aparecem estudos com assuntos relacionados à prática profissional nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) (ARAÚJO, GALIMBERTTI, 2013; CELA, OLIVEIRA, 2015).

Destacam-se também estudos que discutem a prática psicológicas nos serviços de Política Pública de Saúde e da Atenção Básica à Saúde (DIMENSTEIN, 1998; DIMENSTEIN, 2000; DIMENSTEIN, 2001; CABRAL, SAWAYA, 2001; FRANCO, MOTA, 2003; SOARES, 2005; BARBOSA, MENDES, 2005; ANDRADE, SIMON, 2009; CARVALHO, BOSI, FREIRE, 2009; FARIA, SCHNEIDER, 2009; FREIRE, PICHELLI, 2010; BERNARDES, GUARESCHI, 2010; LISBOA, ET AL, 2011; CINTRA, BERNARDO, 2017).

Outro assunto também apresentado nesta temática foi o atendimento e atuação de profissionais com os usuários dos serviços. (MORE, LEIVA, TAGLIARI, 2001; RASERA, ISSA, 2007; AZAMBUJA, ET AL, 2007; RASERA, ROCHA, 2010; LOURENÇO, ET AL, 2012; BARROS DA CUNHA, BENEVIDES, 2012; NUNES, OLIVEIRA, VIEIRA, 2013; PEREIRA, BARROS, 2015). Alguns artigos trazem assuntos referentes a atuação do psicólogo na área hospitalar (ARAUJO, ARRAES, 2000; TONETTO, GOMES, 2007; AVELLAR, 2011; AZEVEDO, CREPALDI, 2016).

E, evidenciou-se também artigos que apresentavam a atuação dos e com os Agentes Comunitários de Saúde. (PUPIN, CARDOSO, 2008; BRIGAGÃO, GONÇALVES, 2009; SANTOS, CASTRO, 2011; KODA, ET AL, 2012; PINHEIRO, GUANAES-LORENZI, 2014; SILVA, ET AL, 2014; PEDRAZA, SANTOS, 2017; ANDRADE, CARDOSO, 2017).

3.2.2 Saúde Mental

Os artigos que compõem a temática Saúde Mental encontram-se entre os anos 2004 e 2017, totalizando 21 publicações. Seis destas estão no periódico Cadernos Saúde Coletiva, três em 2012, um em 2013 e dois em 2015. Outros seis artigos dessa temática estão publicados em Psicologia & Sociedade, um em 2005, dois em 2011 e três em 2013. Em Psicologia: Ciência e Profissão há três estudos sobre a temática, publicados nos anos de 2004, 2009 e 2012. No periódico Psicologia em Estudo foram levantados dois artigos, em 2004 e 2009. Em Psico-USF também há dois estudos, um em 2013 e outro em 2016. E na revista Paidéia há um estudo publicado em 2007.

Nesta temática os assuntos centrais que se destacam são as experiências e as características das práticas da atenção primária à saúde (BOARINI, BORGES, 2009; MINOLETTI, ROJAS, HORVITZ-LENNON, 2012; MINOZZO, COSTA, 2013; CAMPOS JUNIOR, AMARANTE, 2015); as reflexões sobre a reforma psiquiátrica (DIMENSTEIN, 2004; DE TILIO, 2007; SILVA, OLIVEIRA FILHO, 2013; THIENGO, et al, 2015), e também do Acompanhamento Terapêutico (PITIÁ, 2013, FIORATI, 2013). Outro assunto que se destaca é a prática do psicólogo neste campo de atuação, e as suas implicações (FIGUEIREDO, RODRIGUES, 2004; EIDELWEIN, 2005; SALES, DIMENSTEIN, 2009; ZURBA, 2011; DIMENSTEIN, MACEDO, 2012; GUIMARÃES, OLIVEIRA, YAMAMOTO, 2013). Identifica-se, também, estudos sobre os processos de intervenção em contexto comunitário na área de saúde mental (MOREIRA, CASTRO-SILVA, 2011; STASTNY, 2012; BURRONE, 2012; LUMERMAN, CONOVER, 2013; ABREU, MIRANDA, MURTA, 2016).

3.2.3 Política de Assistência Social

Nesta temática foram selecionados 20 artigos, os quais estão entre 2006 e 2017. O periódico que apresenta maior publicação de artigos que compreende a temática das Políticas de Assistência Social é Estudos de Psicologia (Campinas) com sete publicações, sendo uma em 2011, uma em 2013, duas em 2014, duas em 2016 e uma em 2017. Em Psicologia & Sociedade cinco artigos foram levantados, um publicado no ano de 2011, dois em 2013, um em 2015 e um em 2017. No periódico Psicologia: Ciência e profissão encontram-se quatro estudos, publicados nos anos 2006, 2008, 2015 e 2017. Há dois artigos em Psicologia em Estudo, um

em 2014 e outro em 2010. Nos periódicos Psico-USF e Cadernos Saúde Coletiva, há apenas um artigo publicado em cada, nos anos 2014 e 2015, respectivamente.

Os assuntos identificados nos artigos abordam alguns aspectos da atuação de profissionais na área da assistência social como política pública. Um dos assuntos abordados é a concepção dos percursos e processos da Assistência Social (BENELLI, 2016; SANTOS, HECKERT, CARVALHO, 2017). Identifica-se também artigos que discutem atuação do profissional da psicologia, a construção de suas práticas e o trabalho que desenvolve na assistência social (MOTTA, SCARPARO, 2013; AFONSO, et al, 2013, BENELLI, 2014; CORDEIRO, SATO, 2017; MIRON, GUARESCHI, 2017).

É possível identificar também alguns artigos que apresentam a atuação nos serviços assistenciais com os andarilhos. (NASCIMENTO, JUSTO, 2014a; NASCIMENTO, JUSTO, 2014b, NASCIMENTO, JUSTO, 2015). Outro assunto também discutido nesta temática é a atuação com crianças e adolescentes a partir dos dispositivos da Assistência Social (FRIZZO, SARRIERA, 2006; ALBERTO, et al, 2008; SEQUEIRA, MONTI, BRACONNOT, 2010; SIQUEIRA, DELL'AGLIO, 2011; BENELLI, COSTA-ROSA, 2011; BENELLI, COSTA-ROSA, 2013; TAVARES, 2014; PINTO JUNIOR, CASSEPP-BORGES, SANTOS 2015; MACEDO, PESSOA, ALBERTO, 2015; FARAJ, SIQUEIRA, ARPINI, 2016)

3.2.4 Intervenção no meio comunitário

Na temática Intervenção no meio comunitário foram encontrados 16 artigos, publicados entre os anos de 1999 a 2017. Em tal temática, há dez artigos publicados no periódico Psicologia & Sociedade, nos anos de 2002, 2005, 2007, 2010, 2011, dois artigos em 2015 e três artigos em 2016. No periódico Interações há três artigos publicados nos anos de 2007, 2015 e 2017. E nos periódicos Paidéia, Psicologia em Estudo e Estudos de Psicologia (Campinas) há um artigo publicado em cada um deles, respectivamente nos anos de 1999, 2000 e 2012.

Alguns estudos publicados inseridos na temática de intervenção na comunidade apontam projetos e ações de intervenção na comunidade (LAMB, PINTO, CNOP, 2000; TRAVERSO-YÉPEZ, PINHEIRO, 2002; LAPERRIÈRE, ZÚÑIGA, 2007; TAVARES, et al, 2011; FEIJO, MACEDO, 2012; LACAZ, LIMA, HECKERT, 2015; ARNDT, CUNHA, VOLPI, 2016). Outras publicações apontam

estudos com os membros da comunidade (ALCALDE, LE BOURLEGAT, CASTILHO, 2007; WESZ JUNIOR, 2015; VASCONCELLOS, VASCONCELLOS SOBRINHO, 2017). Também é possível identificar artigos que trazem a reflexões e apontamentos sobre intervenção (GILBERT, 1999; CASAS, 2005; ANSARA, DANTAS, 2010; LOPES, NASCIMENTO, 2016; SILVA, SARRIERA, 2016; SILVA, CARVALHAES, 2016)

3.2.5 Formação

Na temática sobre a formação para a atuação na/com a comunidade, foram selecionadas 16 publicações, entre os anos de 1991 e 2016. Tais estudos estão nos seguintes periódicos: *Psicologia & Sociedade*, com cinco artigos publicados nos anos 2006, 2008, 2009, 2012 e 2014; *Psicologia: Ciência e Profissão*, com quatro artigos, em 2005, 2008, 2013 e 2014; dois artigos em *Estudos de Psicologia (Campinas)*, publicados em 1997 e 2016; dois artigos na revista *Estudos de Psicologia (Natal)*, um em 1997 e outro em 2012; *Paidéia*, com duas publicações, em 1991 e 1996; e um artigo publicado no periódico *Psicologia em Estudo*, no ano de 2013.

Nos artigos selecionados que compõem esta temática, verifica-se como assuntos centrais as características de teoria e práticas na formação em Psicologia (PRETTE, 1991; MENDOZA, 1997; NASCIMENTO, MANZINI, BOCCO, 2006; FERREIRA NETO, 2008; FERRARINI, CAMARGO, 2012; HUNING, et al, 2013; SILVA, YAMAMOTO, 2013; SILVA NETO, GUZZO, 2016); as características estruturais da formação em psicologia (JAPUR, 1996; YAMAMOTO, SIQUEIRA, OLIVEIRA, 1997; SOUZA, SOUZA FILHO 2009; LIMA, SOUZA, 2014); também é possível verificar estudos que apontam reflexões para a formação de um pensamento crítico (MORTADA, 2005; ALBERTO, 2012); e uma formação para as demandas sociais (SILVEIRA, NARDI, 2008; AMENDOLA, 2014)

3.2.6 Educação

A temática Educação foi composta por 14 artigos, publicados entre 1993 e 2017. As publicações dos estudos encontradas foram cinco artigos na revista *Paidéia*, nos anos 1993, 1995, 1997, 2000 e 2009. Cinco publicações em *Psicologia: Ciência e Profissão*, em 2002, dois artigos em 2003, 2010 e 2013. Dois artigos em

Psicologia & Sociedade, sendo um em 2006 e outro em 2017. Uma publicação no periódico Psicologia em Estudo, em 2003. E na revista Estudos de Psicologia (Campinas) foi selecionado um artigo, sobre a atuação em comunidade de profissionais no campo da educação, no ano de 2015.

Como assuntos centrais presentes nos artigos pode-se considerar os aspectos da atuação de psicólogos nas escolas, as características e especificidades de seu trabalho. (MACHADO, et al, 1993; ALVES, 1995, BAZON, 1997; SANTOS, 2002; CUNHA, BETINI, 2003; MARTINS, 2003; MACARINI, MARTINS, VIEIRA, 2009; DADICO, SOUZA, 2010; YAMAMOTO, et al, 2013; MEZZALIRA, GUZZO, 2015). E outro assunto presentes nos trabalhos é a educação em contextos comunitários (ZAGO, 2000; ZANELLA, 2003; PETERS, GONÇALVES, TIZZEI, 2006; MOREIRA, GUZZO, 2017)

3.2.7 Psicologia Social Comunitária

Esta temática foi composta por artigos fundamentados na Psicologia Social Comunitária. Foram selecionados 13 artigos, e as publicações desta temática estão entre 2001 e 2016. Destes, cinco artigos estão no periódico Psicologia & Sociedade, publicados nos anos, 2003, 2007, 2008 e dois artigos em 2016. Em Psicologia: Ciência e Profissão há quatro publicações, sendo uma em 2001, uma em 2008 e duas em 2012. Também foram identificados quatro artigos na revista Estudos de Psicologia (Campinas), dois publicados em 2013 e dois em 2015.

Os artigos presentes na temática Psicologia Social Comunitária discutem os aspectos teóricos-metodológicos da Psicologia Social Comunitária (MARTINS, 2003; LIMA, 2012; GONÇALVES, PORTUGAL, 2012; BURTON, 2013; FREITAS, 2015; MONTERO, 2015; GONÇALVES, PORTUGAL, 2016). Os demais artigos referem-se para as práticas em Psicologia Social Comunitária (RAMMINGER, 2001; SCARPARO, GUARESCHI, 2007; RAMOS, CARVALHO, 2008; GAMA, KODA, 2008; KAFROUNI, 2013; CONTI, 2016)

3.2.8 Atuação de psicólogos na comunidade

Nesta temática foram levantados 11 artigos publicados entre os anos de 1997 e 2012. Destes, quatro artigos estão no periódico Estudos de Psicologia (Natal) publicados nos anos 1999, 2010, 1997 e 2008. Selecionou-se três artigos em

Psicologia & Sociedade, sendo um publicado em 2007 e dois em 2009. Outros dois artigos sobre a atuação de psicólogos na comunidade estão publicados no periódico Psicologia: Ciência e Profissão em 2011 e 2012. Identificou-se um artigo que aborda esta temática no periódico Psicologia em Estudo no ano de 2001; e um em Estudos de Psicologia (Campinas) em 2012.

Um dos assuntos que unem os artigos dessa temática é a atuação do psicólogo comprometida com o social (MARTIN-BARO, 1997; BOCK, 1999; YAMAMOTO, et al, 2001; SAWAIA, 2009). Também são discutidos as práticas e limites de trabalho no “terceiro setor” (YAMAMOTO, 2007; PAIVA, YAMAMOTO, 2010). Também são apresentados estudos que discutem formas de intervenção, experiências e ferramentas possíveis para a atuação no contexto comunitário, a partir de várias técnicas-metodológicas. (ROCHA, KASTRUP, 2008; LARA JUNIOR, RIBEIRO, 2009; FUENTES-ROJAS, 2011; JURDI, AMIRALIAN, 2012; AMARAL, GONCALVES, SERPA, 2012)

3.2.9 Centro de Referência Social - CRAS

Esta temática reúne dez artigos referentes ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), as publicações levantadas estão entre os anos de 2010 a 2017. Cinco artigos são encontrados na revista Psicologia & Sociedade nos anos 2011, 2012, 2014, 2016 e 2017. Quatro estudos foram levantados no periódico Psicologia: Ciência e Profissão, em 2010, 2013, 2015 e 2017. E um artigo, foi selecionado no periódico Psicologia em Estudo em 2011.

Os assuntos centrais que podem ser destacados nesta temática são a atuação, práticas e ações de profissionais da psicologia no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (SILVA, CORGOZINHO, 2011; MACÊDO, et al, 2011; SENRA, GUZZO, 2012; OLIVEIRA, et al, 2014; MACEDO, et al, 2015). Alguns artigos também discutem as relações profissionais estabelecidas tanto com as equipes de trabalho, como com a comunidade (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010, ROMAGNOLI, 2016; PEREIRA, GUARESCHI, 2017). Pode-se destacar, também, estudos que abordam a perspectiva dos usuários sobre os profissionais e serviços (SOBRAL, LIMA, 2013; ANDRADE, MORAIS, 2017)

3.2.10 Crianças e adolescentes abrigadas

Foram selecionados artigos nesta temática, entre 2000 e 2017. Destes, cinco artigos foram publicados na revista *Psicologia & Sociedade*, um em 2010, dois em 2014, um em 2015 e um em 2017. Na revista *Paidéia* selecionou-se dois artigos, um em 2000 e o outro em 2009. Em *Estudos de Psicologia (Campinas)* foi identificado um artigo, somente no ano de 2011, e na revista *Psicologia: ciência e profissão*, havia um artigo com a temática, no ano 2007.

Nesta temática pode-se perceber que os assuntos centrais que aparecem nas publicações discutem as práticas dos cuidadores de instituições de abrigos de crianças e adolescentes (OLIVEIRA, MILNITSKY-SAPIRO, 2007, TINOCO, FRANCO, 2011, GUEDES, SCARCELLI, 2014; PATIAS, et al, 2017). Também há artigos que discutem as práticas dos pais sociais nestas instituições (TEIXEIRA, VILLACHAN-LYRA, 2015; MOREÉ, SPERANCETTA, 2010). Outro assunto discutido entre as publicações é a interação entre a família e a instituição (BAZON, 2000; VASCONCELOS, YUNES, GARCIA, 2009; LEMOS, et al, 2014)

3.2.11 Atendimento clínico

Encontrou-se seis artigos relacionados à temática Atendimento Clínico, publicados entre os anos de 1999 a 2016. Três artigos estão no periódico *Psicologia & Sociedade* nos anos 2005, 2012 e 2013; dois em *Estudos de Psicologia (Campinas)* em 1999 e 2005; e um em *Psicologia: Ciência e Profissão* no ano de 2016.

Um dos assuntos discutidos nos artigos que compõe esta temática é a atuação de profissionais da psicologia no contexto comunitário sob a perspectiva da intervenção clínica (COSTA, BRANDÃO, 2005; CAMBUY, AMATUZZI, 2012). O estudo de Cardoso (1999) analisa a experiência clínica através da psicoterapia de grupo, enquanto Lazzarotto, Carvalho, Becker (2013) propõe o Acompanhamento Juvenil para discutir os processos de institucionalização vividos em medidas socioeducativa e protetiva. Vieira Filho (2005) aborda em seu estudo a prática do psicólogo clínico no contexto da reforma psiquiátrica, enfatizando a importância da cultura e do cotidiano. E, Diogenes, Pontes (2016), discute as contribuições da Gestalt-terapia no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF), bem como à sua principal ferramenta de processo de trabalho, a Clínica Ampliada (CA).

3.2.12 Políticas públicas

Esta temática é composta por cinco artigos que abordam a atuação de profissionais em comunidade sob a perspectiva da política pública, as publicações estão entre os anos de 2005 e 2011. No periódico *Psicologia & Sociedade* há duas publicações, uma em 2005 e outra em 2011. Nos periódicos, *Psicologia: Ciência e Profissão*, *Estudos de Psicologia (Campinas)* e *Cadernos Saúde Coletiva*, foi levantado uma publicação em cada uma delas, respectivamente nos anos 2013; 2014 e 2015.

Os artigos dessa temática apresentam a discussão sobre as práticas psicológicas nas políticas públicas (CRUZ, HILLESHEIM, GUARESCHI, 2005; PERUCCHI, et al, 2011; GESSER, 2013; REIS, et al, 2014), bem com a percepção de gestores municipais para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes (VIEIRA, et al, 2015).

3.2.13 Pobreza

Nos periódicos analisados selecionou-se cinco publicações que abordavam sobre a atuação de profissionais na comunidade sob a perspectiva da pobreza. Tais estudos concentram-se entre 1998 e 2014. Na revista *Paidéia* tem-se dois artigos publicados, em 1998 e 2004. Em *Psicologia & Sociedade*, há dois estudos, um em 2010 e outro em 2012. E em *Interações*, há um artigo no ano de 2014 que aborda a temática.

Os artigos selecionados que abordam a temática da pobreza apresentam assuntos como o aspecto cotidiano e as relações estabelecidas pela pobreza (GOMES, 1998, FERNANDES, 2004). E outro assunto presentes nos demais artigos é o trabalho realizado com a população pobre (DANTAS, OLIVEIRA, YAMAMOTO, 2010; ACCORSSI, GUARESCHI, 2012; RUSCHEINSKY, MARTINEZ, 2014)

3.2.14 Medida socioeducativa

Nesta temática levantou-se quatro publicações entre os anos de 2006 e 2013, sendo encontradas nos periódicos *Psicologia & Sociedade*, com dois artigos, um em

2006 e o outro em 2011; Psico-USF com um artigo em 2013; e Psicologia em estudo com uma publicação no ano de 2008.

Os artigos desta temática apresentam a discussão sobre o atendimento e a atuação profissional com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (GALLO, 2008; MONTE, et al, 2011); aponta também uma discussão com as famílias de adolescentes nesse contexto (SOUZA, COSTA, 2013), e uma análise das mudança de práticas socioeducativas entre funcionários da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo (FEBEM-SP) (Lima, 2006).

3.2.15 Violência contra mulher

Na temática violência contra a mulher, totalizam três artigos publicados nos periódicos analisados, que apontam o trabalho profissional em comunidade com mulheres vítimas de violência. Os estudos concentram-se em 2009 e 2012, sendo que no periódico Paidéia há uma publicação no ano de 2009, e em Psicologia & Sociedade há dois estudos, um em 2009 e outro em 2012.

Os assuntos discutidos nos artigos que compõem esta temática são referentes à estratégias e propostas para atendimentos de mulheres vítimas de violência (PEDROSA, 2009; PORTO, BUCHER-MALUSCHKE 2012). E o posicionamento de profissionais diante das possibilidades de atendimento aos homens autores de violência (GRANJA, MEDRADO 2009)

3.2.16 População de rua

Nesta temática foram levantados três estudos que apontavam o trabalho de profissionais com a população de rua. Estes concentraram-se entre 2008 e 2015, sendo um publicado em 2008 na revista Psicologia em Estudo, e dois no periódico Psicologia & Sociedade, em 2010 e 2015.

Os artigos apresentados nesta temática discutem a prática com crianças e adolescentes em situação de rua (BOTELHO, et al, 2008; MORAIS, et al, 2010; MACERATA, PASSOS, 2015).

Considerando tais temáticas, pode-se pensar que os artigos levantados se relacionam a quatro campos, sendo: Saúde, Políticas Públicas, Atuação de profissionais em contextos comunitários e Educação.

Em síntese as temáticas que estão no campo da saúde são: Saúde; Saúde Mental e Atendimento Clínico. Os artigos que compõem esta área abordam a atuação de profissionais da psicologia na área da saúde com a comunidade, tanto no campo das políticas públicas de saúde e saúde mental, como pela ótica clínica da psicologia.

As temáticas Política de Assistência Social, CRAS, Políticas Públicas, e Medida socioeducativa estão relacionadas ao campo das Políticas Públicas, e apresentam, principalmente, assuntos relacionados à atuação de profissionais com os usuários das políticas socioassistenciais. Identifica-se também que esta atuação está voltada para pessoas que vivem em comunidade, crianças e adolescentes, e andarilhos.

A prática dos profissionais em contextos comunitários é identificada nas temáticas: Intervenção no meio comunitário, Atuação de psicólogos na comunidade, Crianças e adolescentes abrigadas, Pobreza, Violência contra a mulher, e População de rua. Os assuntos discutidos nesse campo referem-se, prioritariamente, a projetos e ações de intervenção na comunidade e com os membros desta, bem como uma atuação voltada para o social. Percebe-se que as práticas estão destinadas a crianças e adolescentes abrigadas, população pobre, mulheres vítimas de violência doméstica e população de rua.

O campo Educação pode ser identificado a partir das temáticas: Formação, Educação e Psicologia Social Comunitária. Os assuntos abordados nestas temáticas apresentam teorias e práticas na formação em Psicologia para uma atuação crítica e comprometida com o social. Destacam-se também assuntos relacionados à educação em contextos comunitários.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir apresentam-se os procedimentos metodológicos desenvolvidos para a investigação desse estudo.

O estudo consiste em uma pesquisa de campo qualitativa de caráter exploratório.

De acordo com Gil (2010, p.41) as pesquisas exploratórias têm o objetivo de “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, além de “o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

Gil (2010) caracteriza o estudo de campo como “a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo” (GIL, 2010, p. 53).

4.1 PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa foram sete (7) psicólogos(as) que atuam há no mínimo 1 (um) ano em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) nos municípios de Campo Grande-MS e Curitiba-PR, do sexo masculino e feminino.

A proposta inicial era realizar o estudo com psicólogos(as) apenas no município de Curitiba-PR, com profissionais lotados em CRAS nos cinco núcleos regionais de maior densidade demográfica, sendo eles: Portão (7351,61 hab/km²), Cajuru (6025,55 hab/km²), Pinheirinho (5969,75 hab/km²), Matriz (5725,33 hab/km²), e Boqueirão (4957,62 hab/km²). No entanto a Fundação de Ação Social (FAS), que coordena e implementa a política de assistência social em tal município, exigiu que o estudo fosse realizado com 5 profissionais indicados pela Fundação.

Diante dessa exigência da Fundação, e visando garantir o sigilo dos participantes, mais dois profissionais do município de Campo Grande-MS foram convidados a participar da pesquisa.

Outra informação fornecida pela Fundação foi de que não há psicólogos atuando em CRAS nos núcleos regionais Boqueirão e Pinheirinho, portanto para substituir o profissional dessas regionais, também participaram profissionais da

psicologia que atuam em CRAS das regionais Boa Vista (3978,47 hab/ km²) e CIC-Cidade Industrial de Curitiba (2907,09 hab/km²).

Os(as) profissionais compõem as equipes técnicas de referência das unidades, e estão vinculados à Diretoria de Proteção Social Básica da Fundação de Ação Social (FAS) do município de Curitiba-PR, ou à Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) do município de Campo Grande-MS.

Estabeleceu-se um ano como o tempo mínimo de atuação do psicólogo no CRAS para que os profissionais possam relatar sobre a atuação, serviços e demandas desenvolvidos.

O contato inicial com os(as) profissionais foi realizado por telefone, no qual os participantes foram convidados a participar do estudo e informados sobre a pesquisa. Ao aceitarem fazer parte do estudo, os participantes escolheram um dia, horário e local para a realização da entrevista individual.

O segundo contato com os participantes ocorreu no horário e local escolhido pelos mesmos, no qual o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE 2) foi lido e explicado aos participantes, e estes concordaram em fazer parte da pesquisa assinando o TCLE. Após o aceite com a assinatura de tal documento foi iniciada a entrevista individual.

A pesquisa respeitou os procedimentos éticos definidos pelo Conselho Nacional de Saúde, por meio da Resolução Nº 466/12/CNS e Resolução 510/16/CNS. Foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/SD) da Universidade Federal do Paraná em 09 de julho de 2018, e aprovado em 29 de agosto de 2018, sob o CAAE 93508618.8.0000.0102.

4.2 ANÁLISE DE DADOS: ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

As entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas integralmente. Os dados presentes nas falas dos participantes foram organizados e analisados com base na técnica de Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977), criando-se categorias com base nos elementos/conteúdos expressos nas falas dos participantes.

4.3 ANÁLISE CRÍTICA DE RISCOS E BENEFÍCIOS

Este estudo permitiu conhecer como os profissionais da psicologia que atuam em CRAS estão desenvolvendo suas práticas para o atendimento e acompanhamento dos membros da comunidade. Identificou-se aspectos da atuação dos profissionais para atendimento e acompanhamento dos usuários e população.

Quanto aos benefícios diretos aos participantes, o estudo permitiu que estes realizassem a reflexão crítica sobre suas práticas, dos processos de aprendizagem de sua atuação nas unidades do CRAS, bem como as lacunas existentes em tal prática.

Outro benefício possível aos participantes da pesquisa foi a colaboração do estudo para o debate junto aos profissionais sobre o compromisso com a prática, possibilitando a reflexão e (re)avaliação da prática.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em um ambiente onde apenas pesquisadora e participante estavam presentes, deixando este confortável para expor suas opiniões e respostas.

Os arquivos gravados e transcritos, estão armazenados em local seguro, de acesso apenas às pesquisadoras, e sob guarda e responsabilidade destas, por um período de 5 anos após o término da pesquisa, conforme Resolução 466/2012/CNS.

4.4 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) situados na cidade de Curitiba-PR e Campo Grande-MS.

Os CRAS, são unidades governamentais de âmbito municipal responsáveis pela oferta de serviços continuados de Proteção Social Básica às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social em seu contexto comunitário, visando a orientação e o fortalecimento do convívio familiar e comunitário.

Em Campo Grande-MS a seleção dos participantes se deu por conveniência, na qual as pesquisadoras já tinham contato com os profissionais e os convidou para participarem do estudo.

Em Curitiba-PR, a seleção dos participantes foi realizada pela Diretoria de Proteção Social Básica da Fundação de Ação Social (FAS). A FAS é o órgão público

responsável pela gestão da política de Assistência Social no município. De acordo com o art. 41 da Lei 11712/2006,

§ 1º Compete a Fundação de Ação Social - FAS coordenar e implementar a política de assistência social no município, para a proteção social de famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social, mediante os seguintes objetivos:

I - implantar e implementar serviços de proteção social, tendo como foco a família e o território onde está inserida e como estratégia a atuação descentralizada, interinstitucional e intersetorial;

II - prestar apoio técnico e financeiro às entidades e organizações de assistência social, mediante a formalização de convênios e outros instrumentos congêneres, com a consequente fiscalização, para consecução dos objetivos previstos no Plano Municipal de Assistência Social;

III - articular e monitorar as ações desenvolvidas pela rede sócio-assistencial de forma a aprimorar os serviços de acordo com as diretrizes da Política Municipal de Assistência Social. (BRASIL, 2006)

Os CRAS situados em Curitiba-PR que fizeram parte da pesquisa foram escolhidos conforme a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Curitiba. Existem 39 unidades de CRAS em Curitiba-PR e estão divididas entre 10 núcleos regionais, sendo elas: Cajuru; Boqueirão; CIC; Boa Vista; Bairro Novo; Santa Felicidade; Portão; Tatuquara, Pinheirinho; e Matriz. Em Curitiba-PR participaram da pesquisa cinco unidade que estão presentes nos núcleos regionais.

No quadro 2 é possível visualizar os núcleos regionais, as unidades e a densidade demográfica de cada regional.

Quadro 2 - Unidades dos CRAS em Curitiba-PR

Núcleo Regional	Densidade Demográfica da Regional (hab/km²)	Quantidade de Unidades	Nomes das Unidades	Quantidade de Profissionais da psicologia atuando
Portão	7351, 61	2	CRAS Parolin	1
			CRAS Fazendinha	2
Cajuru	6025,55	5	CRAS Iguaçu	-
			CRAS Uberaba	-
			CRAS Cajuru	1
			CRAS Acrópole	1
			CRAS União Ferroviária	-
			CRAS Rua da Cidadania Pinheirinho	-
Pinheirinho	5969,75	2	CRAS Novo Mundo	-
			CRAS Vila Torres	2
Matriz	5725,33	2	CRAS Matriz	-

Núcleo Regional	Densidade Demográfica da Regional (hab/km ²)	Quantidade de Unidades	Nomes das Unidades	Quantidade de Profissionais da psicologia atuando
Boqueirão	4957,62	4	CRAS Alto Boqueirão	-
			CRAS Iguape Cidadania	-
			CRAS Boqueirão	-
			CRAS Vila São Pedro	-
Boa Vista	3978,47	5	CRAS Atuba	2
			CRAS Pilarzinho	-
			CRAS Cachoeira	-
			CRAS Boa Vista	1
Bairro Novo	3231,25	4	CRAS Bairro Alto	-
			CRAS Bairro Novo	-
			CRAS Madre Tereza	-
			CRAS Xapinhã	1
Santa Felicidade	2347,88	3	CRAS Umbará	-
			CRAS Bom Menino	1
			CRAS Rua da Cidadania Santa Felicidade	1
			CRAS São Braz	-
CIC - Cidade Industrial de Curitiba	2907,09	5	CRAS Barigui	1
			CRAS Nossa Senhora da Luz	-
			CRAS Vila Sandra	-
			CRAS Vila Verde	1
Tatuquara	1997,56	7	CRAS Corbélia	1
			CRAS Monteiro Lobato	-
			CRAS Pompéia	-
			CRAS Rio Bonito	1
			CRAS Santa Rita	2
			CRAS Caximba	-
			CRAS Laguna	-
			CRAS Dom Bosco	-

Fonte: Fundação de Ação Social; <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=75> ;
<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/arquivos/regionais>.

4.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Psicólogos(as) das unidades de CRAS do município de Curitiba-PR e Campo Grande-MS que atuam há 1 (um) ano ou mais na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, que aceitaram participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4.6 INSTRUMENTO PARA COLETA DOS DADOS

Os dados foram coletados por meio da realização de entrevistas individuais adotando um roteiro parcialmente estruturado. Inicialmente o roteiro foi estruturado em cinco eixos. A partir deste roteiro parcialmente estruturado inicial, foram realizadas duas entrevistas de pré-teste para testagem do instrumento; e a partir das sugestões dos membros da banca de qualificação o roteiro de entrevista foi reformulado (APÊNDICE 3), apresentando os seguintes eixos:

- I. Dados pessoais - sobre a formação em Psicologia, sobre o trabalho no CRAS, sobre a composição da renda familiar;
- II. Aspectos da atuação no CRAS;
- III. Aspectos do trabalho no CRAS;
- IV. Formação Profissional;
- V. Atuação e papel do psicólogo no CRAS.

5 ALGUNS RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS

Este estudo utilizou a técnica de entrevista para produção de dados. Tal técnica é definida por Gil (2012) como,

a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mas especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2012, p. 109)

O autor mencionado também salienta que este método é indicado para obter informações sobre o que as pessoas sabem, acreditam e fazem (GIL, 2012). Considerando tais apontamentos, o roteiro de entrevista deste estudo foi definido tendo como alicerce os objetivos geral e específicos do estudo, assim, buscou-se entender o que os psicólogos do CRAS fazem, como fazem, como aprenderam a fazer e qual a compreensão do trabalho do profissional de psicologia no CRAS.

A estrutura do roteiro foi pensada a partir do que Gil (2010, p 105) classifica como entrevista parcialmente estruturada, ou seja, “quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistado vai explorando ao longo de seu curso”.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro parcialmente estruturado. O instrumento foi elaborado pelas pesquisadoras visando atender os objetivos do estudo, para tanto foi dividido em eixos que abordasse os aspectos da atuação do psicólogo no CRAS.

Em um primeiro momento foram realizadas duas entrevistas para verificar o instrumento, as entrevistas de pré-teste. A partir dessas entrevistas o roteiro foi adaptado para atender melhor aos objetivos da pesquisa.

Nesta seção serão apresentados os elementos que se evidenciaram nas entrevistas realizadas com os(as) participantes do estudo.

5.1 REALIZAÇÃO DO ESTUDO PILOTO

Foram realizadas duas entrevistas com dois profissionais da psicologia com objetivo de testar o instrumento, bem como proceder um ensaio inicial do processo de análise dos conteúdos manifestados pelos participantes entrevistados.

Uma parte importante para a validação do instrumento de produção de dados é o seu pré-teste. Para Gil,

O pré-teste não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento. Não pode trazer nenhum resultado referente a esses objetivos. Ele está concentrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretendem medir. (GIL, 2010, p 107)

Para Gil (2010), o que se pretende avaliar com o pré-teste de entrevistas é, saber se a pessoa que respondeu as questões teve dificuldades ou algum constrangimento ao fazê-lo, ou até mesmo se algum termo lhe pareceu confuso. O autor ressalta que os aspectos importantes a serem considerados nessa etapa são a clareza e precisão dos termos; quantidade de perguntas; formas das perguntas; ordem das perguntas; e selecionar a melhor maneira da introdução do instrumento.

5.1.1 Pré-teste do roteiro de entrevista

O primeiro passo para o pré-teste do instrumento desta pesquisa consistiu em “selecionar indivíduos pertencentes ao grupo que se pretende estudar” (GIL, 2010, p. 107). Assim, foram selecionados dois psicólogos que atuavam em CRAS no município de Campo Grande, MS.

A seleção dos participantes para o pré-teste do instrumento de produção de dados se deu por conveniência, no qual foi indicado à pesquisadora o contato telefônico dos participantes.

As entrevistas de pré-teste foram realizadas após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (CEP/SD), e a autorização da FAS para abertura de campo para a realização do estudo.

O contato inicial com os psicólogos que participaram do pré-teste foi realizado por telefone convidando-os para participarem do estudo. Estes serão identificados como Participante A e Participante B. Ambos aceitaram o convite. Com o aceite para participar da pesquisa, foi combinado melhor dia e horário para realização a entrevista. A entrevista com o Participante A foi realizada no CRAS em que o este atuava, já com o Participante B, o local de realização da entrevista foi na residência deste.

As entrevistas tiveram 20 minutos de duração cada, foram gravadas com o consentimento dos participantes e logo após a sua finalização foram transcritas integralmente.

Ambos os psicólogos atuam em CRAS do município de Campo Grande-MS, há 1 ano e 3 meses, e o vínculo empregatício é estatutário. O participante A, do sexo masculino, 34 anos de idade, é formado em psicologia em 2013 por uma instituição particular e possui mestrado em saúde pública, exerce outra ocupação, além do trabalho no CRAS, na área clínica e sua renda familiar é composta por 5 salários mínimos.

O participante B, do sexo feminino, com idade igual a 31 anos, formou-se em psicologia no ano de 2012 em uma universidade pública federal, não possui pós-graduação e nem exerce outra ocupação além do trabalho no CRAS, a renda familiar é composta por 8 salários mínimos.

A partir das entrevistas de pré-teste realizadas foi possível perceber que o roteiro de entrevista ainda precisava de algumas adequações em relação à estruturação das questões, bem como a inserção de novas perguntas que indicassem sobre a relação do profissional com os usuários do CRAS.

Todas as alterações foram possíveis a partir da entrevista de pré-teste, pois é no momento empírico da pesquisa, em que se tem contato com os participantes que é possível observar e confrontar as percepções e ideias dos pesquisadores com o que de fato o participante da pesquisa apresenta.

É nesse momento da pesquisa de campo em que são colocadas à prova as ideias dos pesquisadores, uma vez que as relações com outros seres humanos se constituí tanto pela singularidade, quanto pela pluralidade de cada um, contribuindo assim para o processo de formação e transformação da pesquisa.

5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção serão apresentados os dados extraídos das entrevistas gravadas com os psicólogos participantes deste estudo.

No tópico a seguir serão apresentadas a organização e análise das entrevistas realizadas com os(as) 7 psicólogos(as) que aceitaram participar da pesquisa.

5.2.1 Organização dos dados

Esta seção apresenta os procedimentos utilizados para organização das informações presentes nas entrevistas.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 30 de novembro e 29 de dezembro de 2018. Foram gravadas 7 entrevistas com psicólogos que atuam em CRAS na cidade de Curitiba-PR e Campo Grande-MS, com duração média de 57 minutos cada, sendo que a de menor tempo decorrido foi 35 minutos e 43 segundos, e a entrevista com maior tempo de duração alcançou 1 hora, 55 minutos e 46 segundos.

Para a organização foram realizadas as seguintes etapas:

- a) A escuta das gravações de todas as entrevistas;
- b) Transcrição integral de todas as entrevistas, respeitando inclusive a forma coloquial das falas dos participantes;
- c) Primeira leitura das transcrições, afim de compreender as informações contidas nas entrevistas;
- d) Segunda leitura das transcrições, buscando elementos que expressassem as ideias e colocações dos participantes e que fossem importantes para a compreensão dos aspectos da atuação do psicólogo no CRAS, bem como da formação para tal;
- e) Organização das informações contidas em cada entrevistas, destacando os pontos mais relevantes de cada e agrupando os elementos que se aproximavam;
- f) Organização dos indicadores, ou seja, partes das falas dos entrevistados que indicam um determinado conteúdo presente nos discursos;
- g) A partir dessa organização das informações identificaram-se os conteúdos dos discursos presentes nas entrevistas;
- h) Os conteúdos foram organizados em eixos temáticos.

As análises de tais eixos temáticos e os conteúdos serão discutidos no decorrer deste capítulo. A seguir serão apresentados os resultados referentes aos(às) participantes da pesquisa.

5.2.2 Participantes da pesquisa

Os(As) participantes da pesquisa foram profissionais da psicologia que atuavam há mais de um ano em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Curitiba(PR) e Campo Grande(MS). Foram entrevistados 7 psicólogos, sendo 5 profissionais que atuavam em CRAS na cidade de Curitiba (PR) e 2 na cidade de Campo Grande (MS).

A seleção dos participantes que atuavam em CRAS de Curitiba-PR foi realizada pela Fundação de Ação Social (FAS) que é responsável pela gestão da Assistência Social neste município. A indicação dos nomes dos profissionais a serem entrevistados foi uma exigência da Fundação e atendê-la foi o que garantiu o acesso aos profissionais.

Dessa forma, a Fundação indicou o nome e contato de 5 psicólogas que atendiam ao critério de seleção especificado no projeto protocolado na FAS, ou seja, profissionais que atuam no mínimo há 1 (um) ano em CRAS.

Como a seleção dos participantes da cidade de Curitiba-PR foi realizada pela Fundação da gestão dos CRAS, houve a necessidade de uma nova estratégia para coleta dos dados visando a garantia do sigilo dos participantes, que consistiu na ampliação do número de participantes, bem como a expansão para outro município. Assim, mais dois profissionais da psicologia que atuavam em CRAS no município de Campo Grande (MS) foram convidados para fazer parte do estudo.

A seleção dos participantes que atuavam em CRAS do município de Campo Grande (MS) se deu por conveniência com profissionais que a pesquisadora tinha o contato e que aceitaram participar do estudo, os profissionais também atuavam há mais de um ano em CRAS.

Todos os entrevistados participaram de modo voluntário após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e formalizaram a participação com a assinatura do documento.

Os(as) participantes são 7 profissionais de psicologia que participaram da pesquisa. A maioria (6 participantes) são mulheres, as idades estão entre a faixa etária de 31 e 53 anos. 5 participantes são formados há mais de 10 anos, prioritariamente em instituições de ensino privadas (6 dos 7 participantes). 5 participantes possuem pós-graduação *LatoSensu*, 1 realizou pós-graduação *LatoSensu* e *StrictoSensu*, e 1 não possui pós-graduação. Tais informações estão apresentadas no quadro 3.

Quadro 3 - Caracterização dos(as) participantes

Participante	Idade	Sexo	Instituição de formação	Ano de formação	Outra graduação	Especialização
P1	35	F	Privada	2006	Não	- Gestão Pública; - Política do SUAS.
P2	42	F	Privada	2003	Não	- Psicologia Transpessoal.
P3	53	F	Privada	1990	Não	Extensão: - Família Sistêmica; - Educação Infantil
P4	42	F	Privada	2000	Não	- Pedagogia Empresarial; - Metodologia de enfrentamento à violência e exploração sexual, tráfico de pessoas
P5	34	F	Privada	2007	Não	-Metodologia de enfrentamento à violência contra criança e adolescente; -Psicopedagogia; -Assistência Social pelo CFP
P6	34	M	Privada	2013	Sim – Administração	- Gestão de Pessoas; - Mestrado Psicologia da Saúde
P7	31	F	Pública	2012	Não	Não

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

A renda familiar dos participantes oscila entre 4 e 12 salários mínimos, no entanto, as rendas iguais ou acima de 8 salários mínimos (de 5 participantes) são compostas por 2 pessoas que trabalham, enquanto as menores rendas (2

participantes) são provenientes do trabalho de apenas um indivíduo. Essas características são apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 - Caracterização da composição e renda familiar dos(as) participantes

Participante	Composição familiar	Quantas pessoas trabalham	Renda familiar
P1	4 pessoas	2 pessoas	10 Salários mínimos
P2	1 pessoa	1 pessoa	4 Salários mínimos
P3	4 pessoas	2 pessoas	5 Salários mínimos
P4	4 pessoas	2 pessoas	12 Salários mínimos
P5	3 pessoas	2 pessoas	10 Salários mínimos
P6	1 pessoa	1 pessoa	5 Salários mínimos
P7	4 pessoas	2 pessoas	8 Salários mínimos

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

Sobre a atuação na Assistência Social, 4 dos 7 participantes atuam há 10 anos ou mais, sendo 12 anos o maior tempo de atuação, enquanto os outros 3 participantes atuam há menos de 3 anos. No entanto, ao observar a atuação especificamente em CRAS, passa-se a ter uma maior quantidade de participantes: 5 que atuam há menos de 10 anos. Todos são funcionários estatutários. A carga horária de atuação varia entre os que fazem 30h (5 participantes) e de 40h a 50h (2 participantes) semanais.

Apenas 2 participantes exercem ocupação além do trabalho no CRAS, sendo que essa atuação está voltada para a área clínica da psicologia. Tais informações são apresentadas no quadro 5.

O fato de todos os entrevistados serem funcionários estatutários chama a atenção por ser uma orientação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, no entanto é possível perceber conforme o estudo de Senra e Guzzo (2012) que essa não é uma realidade em todos municípios, na qual ainda há a terceirização e ausência de concurso público.

Em alguns municípios, a contratação de muitos psicólogos oficializa-se por meio de ONGs, sob a justificativa de impedimentos fiscais e legais pelos gestores municipais e a ausência de concursos públicos para o cargo. A

inserção profissional, articulada dessa forma, precariza o serviço público, além de assumir contornos de desvalorização da categoria profissional com baixos salários e alta rotatividade de profissionais. (SENRA, GUZZO, 2012, p. 295-296)

O Censo SUAS 2017³ apresenta que dos 10101 psicólogos que atuam em CRAS no Brasil, apenas 4053 são estatutários, os demais possuem outros vínculos não permanentes (4617), CLT (733) ou cargo comissionado (698). Ou seja, quase 60% dos psicólogos inseridos em CRAS não são funcionários estatutários.

Outra característica dos participantes dessa pesquisa que condiz do Censo SUAS 2017 é que a maioria dos entrevistados atuam em CRAS há menos de 10 anos, fato que também é representado pelo Censo SUAS 2017, o qual apresenta que 97,26% dos psicólogos atuam há menos de 10 anos em CRAS. Tais informações são apresentadas no quadro 5.

Quadro 5 - Caracterização do trabalho dos participantes

Participante	Tempo na FAS/SAS	Tempo em CRAS	Carga horária por semana no CRAS	Contrato de serviço	Exerce outra ocupação
P1	10 anos	10 anos	40h	Estatutário	Não
P2	10 anos	3 anos e 6 meses	30h	Estatutário	Não
P3	12 anos	12 anos	30h	Estatutário	Não
P4	2 anos e 9 meses	2 anos e 9 meses	Na teoria 40h Na prática 45h a 50h	Estatutário	Não
P5	10 anos	5 anos	30h	Estatutário	Sim – Consultório
P6	1 ano e 4 meses	1 ano e 4 meses	30h	Estatutário	Sim – Clínica
P7	1 ano e 4 meses	1 ano e 4 meses	30h	Estatutário	Não

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

Apresentada a caracterização dos participantes, o tópico seguinte discute os eixos temáticos e os conteúdos presentes nas falas dos entrevistados.

³ disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>

5.2.3 Eixos temáticos

A leitura e organização das entrevistas permitiu identificar os conteúdos presentes nos discursos das psicólogas e do psicólogo entrevistados. Esses conteúdos foram organizados em temas que os aproximavam, e os temas foram organizados em eixos temáticos.

Com a leitura das transcrições das entrevistas percebeu-se que as falas dos profissionais participantes desse estudo envolviam, principalmente, assuntos relacionados ao trabalho que estes desenvolviam no CRAS, à educação destes para a atuação como psicólogos do CRAS e à percepção destes sobre os usuários e a comunidade. Assim, como forma de organização das falas dos profissionais e orientação da análise dos dados apresentados nas entrevistas, estabeleceu-se três eixos temáticos: Trabalho, Educação e Percepções dos(as) profissionais. Estes três eixos temáticos possuem conteúdos que lhes são relacionados, os quais foram agrupados em temas.

Cada um dos temas obtidos nos eixos temáticos é composto por conteúdos presentes nos discursos dos participantes, os quais foram identificados a partir de indicadores extraídos das entrevistas com os psicólogos(as).

No eixo temático *Trabalho* foram levantados três temas: A prática; Avaliações da Prática; Relações Profissionais; Idiossincrasias do(a) Psicólogo(a) e do(a) Assistente Social.

No eixo temático *Educação*, três temas foram elucidados: Formação Acadêmica; Estágios e Aprendizagem para a Atuação no CRAS.

O eixo temático *Percepções dos(as) Profissionais* é apresentado em dois temas: Percepção dos(as) Psicólogos(as) sobre os(as) Usuários(as); Percepções dos(as) Psicólogos(as) sobre a comunidade.

A seguir serão apresentados os conteúdos e os indicadores de cada tema dos eixos temáticos.

Eixo temático Trabalho

O eixo temático Trabalho foi composto por quatro temas que se relacionam ao trabalho desenvolvidos pelos profissionais da psicologia que atuam em CRAS participantes deste estudo: A prática; Avaliações da Prática; Relações Profissionais; e, Idiossincrasias do(a) Psicólogo(a) e do(a) Assistente Social. A seguir serão

apresentados os conteúdos presentes nos temas que compõem o eixo temático Trabalho.

Uma visão geral dos conteúdos e temas deste eixo aparece no quadro 6.

Quadro 6 - Eixo temático Trabalho

Tema	Conteúdo
A) A PRÁTICA	a1) Ações terapêuticas/assistenciais; a2) Grupos realizados; a3) Atividades dos grupos; a4) Ações burocráticas
B) AVALIAÇÕES DA PRÁTICA	b1) Avaliações das ações terapêuticas ou assistenciais; b2) Avaliações do trabalho do(a) psicólogo(a); b3) Avaliações do trabalho em grupo; b4) Avaliações das práticas burocráticas
C) RELAÇÕES PROFISSIONAIS	c1) Relações com outros profissionais e Políticas Públicas
D) IDIOSSINCRASIAS DO(A) PSICÓLOGO E DO(A) ASSISTENTE SOCIAL	d1) Idiossincrasias do(a) psicólogo(a): O olhar; A conduta As atribuições; O contexto d2) Idiossincrasias do(a) assistente social: O olhar; As atribuições; O espaço que ocupa no CRAS

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

A) A prática

Os participantes da pesquisa indicam que as atividades que desenvolvem no CRAS são referentes aos serviços que estes executam. Assim, tais profissionais apontam que as práticas estão relacionadas à: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Família Paranaense/Família Curitibana; Adolescente Aprendiz/FAS

Aprendiz/ Mercado de Trabalho/Mundo do trabalho/Mobiliza; Rede de Proteção; Demandas de Conselho Tutelar, CREAS, Ministério Público, OSCs e outras políticas públicas; Sistema de Condicionalidades (SICON); e, Coordenação do CRAS.

Os elementos dos discursos sobre as práticas que estes profissionais desenvolvem indicam conteúdos que permeiam o trabalho do psicólogo nos CRAS. Os conteúdos das ações dos psicólogos são: Ações terapêuticas ou assistenciais; Grupos; Atividades dos grupos; Ações burocráticas

a1) Ações terapêuticas ou assistenciais

É possível identificar no discurso dos participantes que estes desenvolvem atividades que estão voltadas a um atendimento clínico e individualizante tais como, acompanhamento, atendimentos, conversas para conscientizar a família, escuta qualificada; orientações, sensibilização e encaminhamento para psicoterapia.

Percebe-se na fala dos(as) participantes que consideram que não se deve fazer psicoterapia no espaço do CRAS, tal como é orientado pelo Conselho Federal de Psicologia (CREPOP, 2008). No entanto, as ações que realizam apontam para um atendimento individual e muitas vezes voltado para a necessidade de uma psicoterapia.

No individual, faz essa escuta, né? dependendo, faz algum encaminhamento, por que o que acontece é que as vezes a comunidade vem, e por saber que você é psicólogo, já quer fazer consulta, ai, né? a gente tem que orientar que tem que buscar a unidade de saúde, porque essa questão de terapia, ai realmente não é com a gente, então a gente faz essa escuta, e faz o encaminhamento também para o que for da necessidade da pessoa. (P1)

[...]se a pessoa não percebe que a família tá tendo dificuldades que que ela já fez para mudar, né? Então realmente eu acho que essa parte vem bem do nosso olhar do psicólogo, né? não é um trabalho terapêutico, mas é de trazer uma reflexão para família de coisas que podem estar sendo melhoradas, né? dentro da família. (P3)

[...]como no CRAS a gente não faz trabalho psicoterapêutico, então a gente tem que saber muito bem a linha de até que ponto você pode estimular ali uma troca pra não aprofundar uma coisa que você não vai dar conta de fechar, porque não é um grupo terapêutico, né? [...] que eu acho que psicólogo acaba tendo mais feeling pra isso, o momento de cortar, e de repente assim, [...]. Porque eu faço muito sensibilização pra encaminhamento pra psicoterapia, porque as pessoas ainda têm muito preconceito com psicoterapia. (P5)

Este atendimento clínico também é destacado no estudo realizado por Oliveira, et al (2014), os quais apontam como resultado uma inadequação dessa prática.

[...]depreende-se que mais que uma inadequação ao espaço do CRAS, a aplicação da clínica tradicional por alguns psicólogos enfrenta desafios epistemológicos que provocam, entre outros danos, a crença de que o profissional pode oscilar entre perspectivas teóricas incompatíveis para atender clinicamente aos indivíduos em determinado intercurso de tempo, configurando uma perspectiva instrumentalista dessas teorias. (OLIVEIRA, et al, 2014, p. 109)

As falas dos participantes indicam uma constante necessidade de realizar encaminhamentos para psicoterapia, no entanto, essa demanda leva a uma patologização das demandas dos usuários. Andrade e Romagnoli (2010) chama a atenção para essa tendência, e salienta que,

Além disso, é preciso estar atento à tendência de patologizar e de achar que, em todas as queixas apresentadas, o sujeito carece de fazer terapia. Essa tendência em psicologizar é um percurso que os saberes psi – Psicologia, psiquiatria e psicanálise – têm percorrido desde suas fundações no Brasil. (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010, p. 615)

Na fala de um dos participantes, fica evidente à tendência da patologização dos usuários.

[...]talvez tenha que cuidar, e eu cuido muito, com essa coisa de patologizar. Tem vezes que você vai ver um esquizofrênico na frente, eu digo “não, vamos lá!” as vezes você tem que bater na tecla que é um esquizofrênico para ele ter atendimento na unidade de saúde do lado, senão não tem. Então, né? as vezes o diagnóstico é necessário, as vezes a gente tem que fazer assim, porque do modo como a gente tá a demanda não é bem vista, né? (P2)

O quadro abaixo apresenta os indicadores das falas dos participantes das atividades que caracterizam ações terapêuticas e ou assistencialistas, expondo em quais serviços são realizadas.

Quadro 7 - Ações terapêuticas ou assistenciais

INDICADORES	SERVIÇOS
ACOMPANHAMENTO	Demandas de Conselho Tutelar, CREAMS, Ministério Público, OSCs; Adolescente Aprendiz/FAS Aprendiz/ Mercado de Trabalho/Mundo do trabalho/Mobiliza; PAIF; SCFV; SICON
ATENDIMENTO	PAIF; SCFV; SICON

INDICADORES	SERVIÇOS
CONHECER A FAMÍLIA	PAIF;
CONVERSA PARA CONSCIENTIZAR A FAMÍLIA	SICON
DISCUSSÃO DOS CASOS DA N.O. EM REUNIÕES MENSAIS COM A REDE DE PROTEÇÃO	Rede de proteção
ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS	Demandas de Conselho Tutelar, CREAS, Ministério Público, OSCs; Família Paranaense/Família Curitibana; Adolescente Aprendiz/FAS Aprendiz/ Mercado de Trabalho/Mundo do trabalho/Mobiliza; PAIF; Rede de proteção
ESCUTA QUALIFICADA	Adolescente Aprendiz/FAS Aprendiz/ Mercado de Trabalho/Mundo do trabalho/Mobiliza;
ESTUDO SOCIAL/AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA	PAIF;
INSERIR COMO PRIORITÁRIO	Demandas de Conselho Tutelar, CREAS, Ministério Público, OSCs
ORIENTAÇÕES	Adolescente Aprendiz/FAS Aprendiz/ Mercado de Trabalho/Mundo do trabalho/Mobiliza; PAIF; SCFV
PLANO DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR	PAIF;
RESPONDER RELATÓRIOS	Demandas de Conselho Tutelar, CREAS, Ministério Público, OSCs
SENSIBILIZAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PARA PSICOTERAPIA	PAIF;
VISITAS DOMICILIARES	Demandas de Conselho Tutelar, CREAS, Ministério Público, OSCs; Família Paranaense/Família Curitibana; Adolescente Aprendiz/FAS Aprendiz/ Mercado de Trabalho/Mundo do trabalho/Mobiliza; PAIF; SCFV

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a2) Grupos realizados

Entre as atividades que os profissionais entrevistados neste estudo desenvolvem estão as ações realizadas coletivamente e em grupos. Tais atividades realização de trabalho em grupo, reuniões coletivas, reuniões de acolhida em grupo, realização de oficinas com as pessoas do território do CRAS. De acordo com os entrevistados, tais atividades têm enfoque preventivo, de autonomia e de inclusão.

[...]então, o serviço do psicólogo é, como eu já tinha comentado, acaba ficando muito focado nas partes dos grupos (P1)

O integrante que está no Serviço de Convivência, então, ele vai estar participando desse grupo, tem um enfoque preventivo também, de autonomia (P3)

[...]existe muita resistência de trabalho coletivo, tá? Nos CRAS, e os CREAS também, existe muita resistência, e eu já vi muito psicólogo com resistência de trabalho coletivo, muito. (P5)

[...]as oficinas normalmente são oficinas temáticas a partir das demandas que a gente identifica no território, né? então, a gente senta, todos os técnicos, assistentes sociais e psicólogos e nós vemos no final do mês qual foi a demanda que mais apareceu, ah foi de documentação civil?! Ah foi de violência?! Ah, foi de realmente escassez de alimento?! Ah, foi de desemprego? Ah, foi de problemas mentais ou emocionais?! Então, com base nesse levantamento, a gente elabora então as oficinas com essas famílias. [...] Então a oficina tem esse caráter informativo, de como lidar com a situação, de como os vínculos podem ajudar e ser um fator de suporte, para a família, né? que enfrenta essa temática. (P6)

O quadro abaixo apresenta os indicadores das atividades em grupo e em quais serviços são realizadas.

Quadro 8 - Grupos Realizados

INDICADORES	SERVIÇOS
DIAGNÓSTICO DA NECESSIDADE DO GRUPO	PAIF
ENFOQUE PREVENTIVO, DE AUTONOMIA E/OU INCLUSÃO	SCFV
REALIZAR OFICINAS COM AS DEMANDAS IDENTIFICADAS NO TERRITÓRIO	PAIF
REALIZAR TRABALHOS EM GRUPO	Família Paranaense/Família Curitibana; PAIF
REUNIÃO DE ACOlhIDA EM GRUPO	PAIF
REUNIÕES COLETIVAS	Adolescente Aprendiz/FAS Aprendiz/ Mercado de Trabalho/Mundo do trabalho/Mobiliza

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a3) Atividades dos grupos

Os participantes do estudo apontam que as atividades realizadas nos grupos têm um caráter lúdico e de lazer, e que nem sempre os psicólogos participam de forma direta nos grupos, as temáticas discutidas nos grupos são trabalhadas a partir

do que é levantado no grupo. No entanto, há profissionais que definem o tema a ser trabalhado no grupo previamente e sem a participação do grupo, enquanto outros apontam que desenvolvem as atividades em conjunto com os integrantes do grupo, como é possível perceber nas falas.

Serviço de Convivência, o grupo em si acontece semanal, nesse grupo existe uma educadora que acompanha e o instrutor, [...] a gente viu que tem algumas coisas interessantes para trabalhar no planejamento, [...] a gente colhe algumas informações, alguns interesses deles, de alguma temática, e também em cima das temáticas que a gente quer trazer. [...] Então, a gente aproveita algumas datas específicas para nos ajudar nesse reforço [...] de temas importantes [...] na consciência negra [...] histórias africanas [...] leitura de poemas, [...] então, elas fizeram essa vivência, [...] eu entro lá converso, [...] a gente trouxe um assunto que foi a importância do equilíbrio entre dar e receber dentro de casa, dentro da família, [...] então eu atuo mais no planejamento junto com a Educadora, em alguns momentos para levar [...] o meu conhecimento juntos à temática que a gente definiu. (P3)

[...] grupos PAIF, quando tem mulheres, normalmente, o tema da violência doméstica ele surge espontaneamente delas, né? a gente tem, o nosso objetivo assim, fazer uma acolhida, e daí fazer um levantamento de demanda delas, de temas que elas tem interesse de que a gente trabalhe com elas, né? porque eu acho que trabalho com comunidade é bem isso, não adianta a gente pegar e impor o nosso pronto ali pra eles, sendo que não é a demanda deles, então primeiro encontro acaba sempre sendo uma acolhida e um diagnóstico de qual que é a necessidade ali, né? (P5)

Há participantes apontam que não atuam de forma direta nas atividades do grupo, mas sim no apoio e planejamento das atividades e acompanhando os integrantes que necessitam de atendimento individual.

[...] eles puxam mais pelo lúdico que é o CRAS, é o lúdico, aí continuam, vem vindo. Então eu fiquei mais de referência, acho que pelo que eu já tive de trabalho na FAS que eu tive na especial, tive trabalhando direto com vítimas de violência, então assim, ficou mais acordado no decorrer do caminho que os educadores tocariam o grupo e se surgisse uma situação que a família não tivesse colaborando, tivesse faltando, surgisse alguma outra situação, eu iria estar visitando e organizando a família assim. (P2)

O integrante que está no Serviço de Convivência, então, ele vai estar participando desse grupo, tem um enfoque preventivo também, de autonomia, né? então no caso, hoje eu trabalho mais com terceira idade, né? então elas têm, fazem algumas atividades mais ligado artesanato que é uma área que eles gostam muito, então essa área a gente tem um instrutor contratado que faz, e eu e a, e eu como psicóloga e a Educadora do CRAS, que é uma Educadora Social, também concursada, a gente vai conversar mais sobre outras temáticas que sejam interessantes para esse grupo, né? A gente programa visitas, passeios, visitas a Museu, saídas (P3)

Nos grupos eu não participo ativamente, então, como os grupos eu participo na organização das atividades, no pensar o que vai ser feito, quem executa é o orientador social. Então eu participo nos bastidores, né? eu sento junto com ela e a gente pensa aquilo, a gente faz na verdade um planejamento anual. (P7)

No quadro abaixo é possível identificar os indicadores que apontam as atividades desenvolvidas nos grupos pelos profissionais participantes do estudo.

Quadro 9 - Atividades dos grupos

INDICADORES	SERVIÇOS
APOIO PARA AS ATIVIDADES EM GRUPO	Adolescente Aprendiz/FAS Aprendiz/ Mercado de Trabalho/Mundo do trabalho/Mobiliza
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO EDUCADOR SOCIAL/ORIENTADOR SOCIAL	SCFV
ATIVIDADES LÚDICAS, ARTESANATO, PASSEIO, RODA DE CONVERSA	SCFV
PARTICIPAÇÃO EM ALGUMAS ATIVIDADES	SCFV
PLANEJAMENTO DAS AÇÕES JUNTO COM O EDUCADOR SOCIAL/ORIENTADOR SOCIAL	SCFV
REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES	Família Paranaense/Família Curitibana
TRABALHAR TEMAS ESPECÍFICOS NOS GRUPOS	PAIF
TRABALHAR TEMAS QUE SÃO LEVANTADOS NOS GRUPOS	SCFV

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a4) Ações burocráticas

Também fazem parte da prática dos psicólogos que atuam em CRAS ações burocráticas, que não precisam, necessariamente, ser psicólogo para desenvolvê-las. Administrar sistemas de informação, realizar inscrições e desligamento de integrantes dos serviços, assuntos relacionados à coordenação e administração de CRAS. Neste estudo foram entrevistados dois profissionais que ocupavam cargo de coordenação do CRAS, fato que demonstra que além de cargos técnico de nível superior, os profissionais da psicologia também estão ocupando cargos de coordenação. As ações de caráter burocrático fazem parte do cotidiano tanto de coordenadores como de profissionais da equipe técnica.

Romagnoli (2016) também aponta como resultado de seu estudo as ações burocráticas no CRAS, tal autora afirma que

Nas atividades a serem desenvolvidas, os profissionais se queixam do excesso de prontuários para atualizar e do plano de ação da secretaria municipal de assistência social para preencher, que passou a ser semestral e não anual, como antes, e no qual todas as ações devem ser colocadas no computador. Como no CRAS se faz cadastro diariamente, aumenta-se todo o dia o número de usuários, todavia não se aumenta o número de funcionários, nem administrativos e nem da equipe técnica que deve exercer também funções burocráticas. A equipe acredita que toda essa burocracia a desvitaliza, a atrela a trabalhos administrativos e tira o tempo das intervenções a serem feitas com as famílias. (ROMAGNOLI, 2016, p. 156)

Ansara e Dantas (2010) apontam as ações burocráticas como desafios teóricos-práticos da intervenção na comunidade, destacando a posição dos profissionais em relação ao poder público e a interferência na prática.

Os profissionais funcionam como mediadores da relação entre o poder público e a população marginalizada. Em meio às exigências burocráticas dos Programas de Governo e às solicitações concretas da população excluída, eles afirmam perder de vista a dimensão política da sua prática cotidiana e a noção de direito e cidadania que permeia sua relação com as comunidades. (ANSARA; DANTAS, 2010, p. 100)

Os profissionais entrevistados apontam atividades que desenvolvem que são burocráticas, como apontam as falas dos participantes

[...]faz a escuta, faz a entrevista, né? [...] então, no caso do psicólogo, né? faz a escuta do adolescente e da família, ele tem que ter todos os documentos, a gente faz as orientações e inscrição do adolescente e mais pra frente somos nós que encaminhamos, fazemos visita, né? conhecemos um pouco da realidade da família. (P1)

Então esse SICON a gente tem que inserir nesse sistema, eu quanto técnico posso avaliar se eu devo proteger essa família da condicionalidade, digamos assim, se eu se eu devo é... proteger essa família pela própria falta que ela tá tendo. (P3)

Então, há momentos em que a gente, em que eu preciso sair dessa função e ir para serviços específicos, no caso a execução, é.... nós temos um efetivo bastante reduzido, então se é necessário ir pra recepção, vai pra recepção, se precisar fazer um atendimento, vai pro atendimento. Toda a articulação da rede, dos parceiros, as instituições também são contatos e relações que a coordenação precisa tá atenta[...] mas nós precisamos estar preparados para assumir qualquer serviço dentro do equipamento, sabe? Então, há, claro, um predomínio das horas da execução principal, isso sem dúvida nenhuma, né? mas... falar que só se faz isso, não! Nós não temos essa condição, hoje. (P4)

[...]daí no SICON sim, eu tenho que a cada dois meses tá acompanhando essas famílias, eu faço visita, chamo para atendimento e tenho que alimentar o sistema, né? e eu também atendo os recursos de condicionalidade (P5)

O que eu menos gosto de fazer são os atendimentos ou acompanhamentos mais burocráticos digamos assim. E que não necessariamente precisaria

ser feito pelo Técnico, são orientações muito básicas e automáticas, e que não precisariam ser feitas, acho que por nós. (P6)

Então eu gosto de organizar essa parte, eu tenho trabalhado para organizar a documentação que a gente faz encaminhamentos para o, para o ... Do que a gente tem de acompanhamento das famílias, das referenciadas, eu gosto de fazer esse acompanhamento, de fazer o resgate daquilo que a gente já fez de atendimento de famílias. (P7)

No quadro 10 podem ser identificadas as ações burocráticas da prática dos psicólogos entrevistados.

Quadro 10 - Ações burocráticas

INDICADORES	SERVIÇOS
ACOMPANHAR SCFV QUE OCORREM FORA DO AMBIENTE DO CRAS (OSCS, IGREJAS, PARCEIROS)	SCFV
ARTICULAÇÃO COM A REDE DE PROTEÇÃO	PAIF
ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS QUE ESTÃO EM DESCUMPRIMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO BENEFÍCIO BOLSA FAMÍLIA	SICON
AVALIAÇÃO DA PROTEÇÃO DA CONDICIONALIDADE PARA CONTINUAÇÃO DO BENEFÍCIO	SICON
COORDENAÇÃO DE UMA REDE DE PROTEÇÃO	Rede de proteção
DEFERIMENTO OU INDEFERIMENTO DA JUSTIFICATIVA DA FAMÍLIA	SICON
DETECTA UM CASO DE VIOLAÇÃO	Rede de proteção
ENCAMINHAMENTOS DE DOCUMENTOS DO CRAS (FOLHA DE FUNCIONÁRIO, RELATÓRIO DO MDS, RELATÓRIO DE FREQUÊNCIA, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DAS TERCEIRIZADAS)	Coordenação
EXECUTAR OUTROS SERVIÇOS (RECEPÇÃO, ATENDIMENTO)	Coordenação
FAZER/NÃO FAZER ENTREGA DE BENEFÍCIO EVENTUAL	PAIF
FAZER NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA (N.O.)	Rede de proteção
IDENTIFICAR SE A FAMÍLIA PODE SER INSERIDA EM OUTROS SERVIÇOS	Família Paranaense/Família Curitibana
INSCRIÇÃO	Adolescente Aprendiz/FAS Aprendiz/ Mercado de Trabalho/Mundo do trabalho/Mobiliza
MONITORAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CRAS	Coordenação

INDICADORES	SERVIÇOS
OFERECER OS PROGRAMAS DO CRAS E DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	PAIF
OLHAR AMPLIADO PARA TODO O FUNCIONAMENTO DO CRAS	Coordenação
PREENCHER CADASTRO	Adolescente Aprendiz/FAS Aprendiz/ Mercado de Trabalho/Mundo do trabalho/Mobiliza
PREENCHIMENTO DO DOCUMENTO DE RECURSO DAS CONDICIONALIDADES	SICON
READEQUAR O PLANEJAMENTO QUANDO NECESSÁRIO	Coordenação
RECEBER AS DEMANDAS	Demandas de Conselho Tutelar, CREAS, Ministério Público, OSCs
RECURSO DE CONDICIONALIDADE	SICON
REGISTRAR OS INTEGRANTES DO GRUPO NO SISTEMA	SCFV
REPRESENTANTE DA REDE DE PROTEÇÃO	Rede de proteção
SELEÇÃO E ENCAMINHAMENTO DOS PRIORITÁRIOS PARA AS VAGAS	Adolescente Aprendiz/FAS Aprendiz/ Mercado de Trabalho/Mundo do trabalho/Mobiliza

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

B) Avaliações da prática

O tema Avaliações da prática foi identificado a partir das falas dos(as) participantes ao relatarem o que gostam ou não gostam de fazer na atuação no CRAS, bem como os aspectos positivos e negativos da prática do psicólogo no CRAS.

Os elementos dos discursos sobre a avaliação que estes profissionais fazem das suas práticas indicam conteúdos de avaliações sobre as ações terapêuticas ou assistenciais; avaliações do trabalho do(a) psicólogo(a); avaliações do trabalho em grupo; e, avaliações das ações burocráticas.

A seguir serão apresentados os indicadores presentes em cada conteúdo.

b1) Avaliação das ações terapêuticas ou assistenciais

Os(as) participantes desse estudo apontam qualificações da prática do psicólogo no CRAS que indicam ações terapêuticas, individualizantes, ou assistenciais, de transmissão de conhecimento aos usuários.

Percebe-se que a concepção que os psicólogos possuem sobre a atuação no CRAS permeia um atendimento das questões subjetivas dos usuários, em um atendimento clínico e individual, e algumas vezes patologizando-os. Também é possível identificar uma atuação voltada para a normatização de comportamento das famílias atendidas. Como pode ser observado nos seguintes trechos:

o vínculo também que a gente cria, né independente de ser no individual ou de ser no coletivo, né? as famílias precisam muito, eu acho, que desse apoio, né? (P1)

de positivo, talvez, seja a nossa visão de acolher, de... porque de sensibilizar, quer queira, quer não, existe na equipe, por mais boa que seja, discriminação... seleção de família, se ela é boa se não é... isso vai se criando. (P2)

Que eu adoro contar pros psicólogos que estão se formando, que é estar perto da população, é conversar com a população, é escutar as histórias de vida. Sempre que a gente tem esse momento, a gente já tá enriquecendo a pessoa. [...] Às vezes, não é nem resolver um serviço em si, mas é perceber que a gente chegou num ponto, às vezes, da conversa que vai trazer uma luz pra aquela pessoa onde ela sai dali diferente. Empoderada, que ela sai dali consciente de que ela pode resolver, ou consciente de que não é responsabilidade dela resolver aquilo (P3)

O psicólogo ele traz pra dentro da Política de Assistência a... questão do indivíduo, mas também da leitura do coletivo, dos processos subjetivos que acontecem, né? é um profissional que está é... preparado, talvez um pouco mais eu diria, pra olhar pro subjetivo, pra olhar o que está acontecendo para além do que está se vendo e pra além do que está se ouvindo, né? de identificar as demandas de pensar estratégias, de como a gente trabalha o subjetivo, de como a gente trabalha os aspectos emocionais. A gente não consegue trabalhar esses aspectos, porque a Política de Assistência Social não está voltada para isso.(P4)

[...]a gente tem um olhar mais especializado pra identificar um transtorno mental pela nossa formação, então assim, eu não vou atender o transtorno mental, mas eu vou conseguir identificar e vou conseguir encaminhar. A gente tem um olhar pra problema de aprendizagem porque a gente teve na formação, então não vou tratar, não vou trabalhar, mas eu posso encaminhar. A gente tem um olhar pra dificuldade de desenvolvimento, [...] a questão de sensibilizar pra psicoterapia, acho que a gente consegue ser mais eficiente nisso pra um tratamento psicológico porque a gente, né? tem a formação, consegue sensibilizar melhor. (P5)

Esses resultados corrobora a discussão que Macêdo, et al. (2015) faz das ações dos profissionais de psicologia nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os quais apontam para ações que “ainda se encontram notadamente

ligadas a tecnologias oriundas de um modelo clínico tradicional, pautadas em perspectivas teóricas que fundamentam análise individualizante e descontextualizada.” (MACÊDO, et al., 2015, p. 820)

Freitas, (2015) ao refletir sobre a prática de profissionais da psicologia afirma que,

Espera-se que esse profissional, em sua prática, atenda a três demandas: atue de maneira não mais individual e psychologizante; integre equipes de trabalho multiprofissional; e incorpore como objeto de investigação aqueles fenômenos sociais que pareçam pouco relevantes à psicologia tradicional. Estas demandas, por si só, apresentam desafios intrínsecos ao processo de formação, visto que a Psicologia, ao longo dos anos, trabalhou exatamente ao contrário. Em outras palavras, trabalhou de modo a adotar modelos de psicologização das relações e da vida cotidiana, além de ter se posicionado como se fosse um “sujeito único” hegemônico na sua prática, seja quando da produção de conhecimentos, seja quando das decisões sobre o quê fazer com o seu objeto de trabalho e investigação. (FREITAS, 2015, p.523)

O quadro 11 apresenta alguns indicadores do conteúdo do discurso que avalia as ações terapêuticas ou assistenciais.

Quadro 11 - Avaliação das ações terapêutica ou assistenciais

indicadores
Acompanhamento das famílias; Ajudar por escutar; Atendimento individual/pontuais; Conhecer; conscientizar; Contato com a família; conversar com a população; discriminação com as famílias; disponibilizar-se; empoderar; escuta qualificada; escutar histórias de vida; Estar com a população; Formar vínculo; identificar as demandas; interferir na vida da pessoa; leitura do coletivo; leitura dos processos subjetivos e individuais; Olhar diferente; Olhar para a autonomia da família; Olhar para a família; Olhar para a subjetividade; Olhar para as relações familiares; Olhar para identificar transtornos mentais, situações subjetivas ; Olhar para o todo; Ouvir a pessoa; pensar estratégias; proporciona ampliação das capacidades das famílias; reconhecimento das famílias do seu desenvolvimento; Saber a realidade; ser um pouco invasiva; Trazer conforto; Trazer luz para a população; ver a evolução da família; Visão de acolher; Visita domiciliar.

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

b2) avaliações do trabalho do(a) psicólogo(a)

Os discursos dos participantes trazem aspectos relacionados à avaliação destes sobre o trabalho dos(as) profissionais de psicologia no CRAS, apontando dificuldades e lacunas na compreensão dos psicólogos sobre o papel deste nos espaços que ocupam na Assistência Social, porém com o compromisso de fazer o melhor com as ferramentas disponíveis com os entendimentos sobre a sua atuação.

[...]às vezes o psicólogo talvez não saiba muito bem seu papel dentro do CRAS, [...] eu lembro que desde quando eu entrei na FAS, é... tinha muita

discussão do que que era para o psicólogo [...] a gente tenta sempre dividir um pouco dos trabalhos e separar isso, [...]mas eu acho que ainda falta talvez um pouco de definição nesse sentido [...], existem dúvidas até na questão da atuação mesmo essa de elaboração de relatórios, que o psicólogo pode que não pode, diferentes, [...] do serviço social. (P1)

A principal dificuldade que eu acho que enfrentei inicialmente foi a consolidação do papel do psicólogo dentro do CRAS, então é uma coisa que eu acho que ainda fica um pouco difusa para as pessoas e para os próprios profissionais, né? do que que eu faço aqui, né? para onde eu vou? Então a gente trabalha muito próximo com o assistente social, que também tem as atribuições ali, então fica um pouco confuso, às vezes, quando a gente chega.. (P6)

Até por que eu não sei o que um psicólogo tem para fazer em um CRAS. [...] Mas eu acho que qualquer profissional, [...] tenho que tentar atender da melhor forma possível aquele usuário. E aí? Será que eu tenho que ser psicóloga para atender? [...]Mas eu tenho que atender da melhor forma, e eu tenho que atender é, é ... de acordo com a política. (P7)

Considerando o que foi apontado pelos(as) participantes da pesquisa, é possível pensar que o papel do papel do psicólogo na assistência social, ainda se apresenta como um desafio para a profissão. Bock (1999) salienta que,

A década de 80 trouxe novos desafios aos psicólogos. A pequena, mas significativa, abertura do mercado de trabalho no serviço público de saúde colocou aos psicólogos e às suas entidades desafios muito grandes. Era preciso “reinventar” uma Psicologia que permitisse contribuir e responder às necessidades daquela população, com a qual não estávamos habituados a trabalhar (BOCK, 1999, p. 320)

Freitas (2015) também destaca que,

A cada nova formulação de políticas sociais e diante da ampliação de campos nos quais a Psicologia se insere, este parece ser um desafio perene que tem apresentado questões sérias ao processo de formação. Trata-se de um desafio implacável colocado a todos(as) aqueles(as) que se preocupam com o papel e compromisso sociais da profissão, entendendo-a como um fator importante, também, para a superação de formas de exclusão e injustiças sociais existentes no mundo e sociedade contemporâneos. (FREITAS, 2015, p. 522)

Martin-Baró (1997) traz contribuições sobre pensar o “*quefazer*” do psicólogo, e aponta o pensamento sobre o papel do psicólogo no sentido de,

Não obstante, há uma tarefa importante que o psicólogo deve cumprir e que requer tanto o reconhecimento objetivo dos principais problemas que afligem os povos centro-americanos como a definição da contribuição específica do psicólogo em sua resolução. Pois se o psicólogo, por um lado, não é chamado a intervir nos mecanismos socio-econômicos que articulam as estruturas de injustiça, por outro é chamado a intervir nos processos subjetivos que sustentam e viabilizam essas estruturas injustas; se não lhe cabe conciliar as forças e interesses sociais em luta, compete a ele ajudar a encontrar caminhos para substituir hábitos violentos por hábitos mais racionais; e ainda que a definição de um projeto nacional autônomo não

esteja em seu campo de competência, o psicólogo pode contribuir para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva, que responda às exigências mais autênticas dos povos. (MARTIN-BARÓ, 1996, p.22)

No quadro 12 é possível identificar os indicadores presentes no conteúdo de avaliações do trabalho do(a) psicólogo no CRAS

Quadro 12 - Avaliações do trabalho do(a) psicólogo(a)

indicadores
Compromisso de fazer o melhor possível
Dificuldades de atuação
Dúvidas sobre a atuação
Falta de definição do papel
Não saber o trabalho do psicólogo
Não ter clareza do papel do psicólogo
Não ter clareza do trabalho do psicólogo
Posicionamento neutro do psicólogo

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

b3) Avaliação do trabalho em grupo

A avaliação do trabalho em grupo também foi um conteúdo presente nos discursos dos participantes da pesquisa. A realização de grupos, como já apontado, é uma das práticas dos profissionais de psicologia no CRAS, e os entrevistados fazem qualificações a respeito dessa atuação, tanto positivas, como negativas, como é possível observar nos trechos:

[...]teve um grupo que a gente fez [...] que partiu de um fórum que teve junto com o CRAS, que eram mães que tinham perdido os filhos pela violência, que começou pela rede de proteção e veio pro CRAS nesse sentido: "que que vamos fazer a mais?", aí os familiares participaram de audiência pública, [...] e passeios e conversas, só que assim, parou de vir respostas que elas estavam precisando, aí foi desmotivando o grupo. (P2)

E daí era um trabalho que a gente focava muito a questão do coletivo, a questão do social, mas tinha um viés do empreendedorismo social por trás. [...] A sensibilização ela era assim, a gente gosta de usar muito atividade meio, eu gosto muito de fazer isso no CRAS, porque assim, atividade meio ela chama muito as pessoas, daí quando elas estão ali pela atividade meio você consegue trabalhar o resto, porque eu sou da seguinte opinião, as pessoas tem que estar aqui pra gente trabalhar. E eu não consigo pensar que você vai ter que partir do pressuposto que elas já têm uma pré-consciência da importância daquilo, não. Elas têm que estar aqui pra você sensibilizar da importância daquilo. (P5)

A partir desses trechos das entrevistas é possível identificar que estes(as) profissionais entrevistados(as) gostam do trabalho em grupo, e que eles utilizam

ferramentas para a participação das pessoas no grupo, uma vez que as pessoas precisam estar presentes para que o objetivo do grupo seja atingido.

Os indicadores do conteúdo da avaliação do trabalho em grupo podem ser observados no quadro 13.

Quadro 13 - Avaliações do trabalho em grupo

indicadores
Trabalho coletivo
Trabalho com dinâmica de grupo
Trabalho com grupos
Trabalho do serviço de convivência

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

b4) Avaliações das práticas burocráticas

A burocracia está presente na atuação dos profissionais da psicologia que atuam em CRAS, e os participantes desse estudo realizam uma avaliação das práticas burocráticas presentes no dia a dia.

Para estes(as) psicólogos, a burocracia e a quantidade de trabalho afetam o desempenho e qualidade do trabalho desenvolvido, seja para discutir um caso com a equipe, seja para dar continuidade em projetos com a população do território, ou até mesmo para iniciar um projeto que não é demanda da população. Esses trechos das falas dos(as) entrevistados retratam tal aspecto.

[...]eu acho que poderia ser mais positivo se tivesse mais discussão de caso, que não é o que acontece no corre-corre, na falta de técnico, você fica atuando como outro, então a troca é de dupla, a troca é na correria(P2)

[...]é no serviço público[...] tem muitas mudanças, então, por exemplo, eu to atuando, as vezes, num local, tenho que, sou convidada a trabalhar em outro local, é... ou atuo num serviço que, é... deixa de ser prioridade naquela gestão, então deixa de vir curso, [...] um incentivo e a gente tem que passar a fazer outra coisa, né? (P3)

acho que nós temos dificuldades de atuação, né? por questões muitas vezes é... de nós temos uma demanda muito maior do que a nossa capacidade de atendimento (P4)

Não gosto, é... dessas coisas a toque de caixa, que daí eu tenho que atropelar um trabalho que eu queria fazer com qualidade, né? [...] e eu não gosto disso, não gosto de fazer de conta que to fazendo um negócio e fazer com má qualidade. (P5)

E eu não gosto de ter que sair para fazer visita quando eu não preciso de fazer visita, as vezes eu tenho coisa para organizar dentro da unidade, mas a chefe, por achar que o carro está na unidade ela quer que a gente saia,

então tem coisas para fazer na unidade que seriam muito mais produtivas para o serviço e a gente tem que sair por ela acha que o carro tem que estar na rua. (P7)

No quadro 14 estão apresentados os indicadores do conteúdo das avaliações das práticas burocráticas.

Quadro 14 - Avaliações das práticas burocráticas

Indicadores
Administrar situações difíceis; Atendimentos burocráticos; Autonomia para trabalhar; Coisas a toque de caixa; Demanda maior do que a capacidade de atendimento; Desorganização das informações; Escassez de material para trabalhar; Estrutura física; Falta de capacitação; Falta de discussão de caso; Falta de espaço; Falta de investimento; Falta de reunião de equipe; Falta de técnico; Falta de tempo; Fazer visita por questões burocráticas; Metas a serem cumpridas; Mudança de equipe; Mudanças no serviço público; Não conseguir fazer o serviço e ter resultado; Questões burocráticas; Serviço deixar de ser prioridade na gestão; Tentar organizar documentação; Ter que interromper um trabalho que estava sendo feito; Transferência de um lugar para outro

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

C)Relações Profissionais

Os participantes da pesquisa apresentam como tema em suas falas durante a entrevista a relação que estabelecem com outros profissionais, ressaltando tanto a importância, quanto as tensões e conflitos das relações entre profissionais de diferentes áreas de atuação e de outras políticas públicas e órgãos da Assistência Social. O conteúdo identificado nessas relações é: Relações com Outros Profissionais e Políticas Públicas, que é apresentado na sequência.

c1) Relações com outros profissionais e políticas públicas

A partir da leitura e análise das entrevistas com os(as) psicólogos(as) participantes desse estudo, fica evidente que para a atuação no CRAS é necessário a relação com profissionais de diferentes áreas, tanto na unidade do CRAS, como em outros órgãos da Assistência Social e diferentes políticas públicas. Porém essa relação pode ser marcada pela ampliação da capacidade de discussão das atuações, mas também por tensões e conflitos entre os profissionais e órgãos públicos.

Há momentos nas falas dos(as) participantes que a atuação conjunta dos psicólogos com outros profissionais aparece como positiva, e de ampliação das possibilidades de atuação.

Então a gente tenta fazer esse trabalho interdisciplinar mas nem sempre é possível, [...] sempre que possível a gente está atuando em conjunto é bem importante porque um complementa o outro né então olhar psicólogo é muito diferente do lado do assistente social estão sempre que a gente consegui juntar, as vezes fazer uma visita em conjunto, ou pelo menos ter um tempo pra gente sentar e conversar a respeito de um caso, isso é muito válido, isso é muito importante. (P1)

[...] essa ferramenta que o psicólogo traz com ele quando encosta num colega assistente social as possibilidades se ampliam muito de atuação, não fica cada um no seu quadrado, né? [...] (psicóloga e assistente social) elas trabalham muito juntas, é como se fosse um só, dialogando por olhares, [...] muitas vezes diferentes[...] Então, eu hoje não consigo imaginar o SUAS sem um profissional da psicologia, reconhecendo que, obviamente, o dono da casa, vamos dizer, é o profissional da assistência social, mas ele fica muito limitado sem, ele, ele precisa ser completado, assim como nós, não existiria SUAS só o psicólogo aqui dentro, você não consegue. (P4)

eu e uma assistente social, [...] a gente trabalha muito em parceria, então assim, se ela tá atendendo uma família que ela percebe que ela percebe que precisa de um auxílio meu pra alguma questão, ou ela me chama, ou encaminha pra mim, ou a gente atende em conjunto, se eu to fazendo o atendimento de uma família e percebo que ela tem a necessidade de um benefício a gente atende junta ou eu encaminho. (P5)

Há colocações que indicam um conflito entre psicólogos e profissionais de outras áreas, como é possível perceber na seguinte fala.

eu brinco que psicólogo é uma tarefa muito difícil, porque qualquer área que a gente entra que não é a clínica a gente tá brigando com alguém, na área social a gente briga com o assistente social, na escola com o pedagogo, no hospital com enfermeira e médico. Entende? Eu já trabalhei em hospital, eu to tão cansada dessa batalha por espaço, de ter que ficar mostrando como a gente é importante, e quando a gente quando entrou na FAS foi bem isso. Eu tive muita dificuldade com as assistentes sociais que eu trabalhei, elas não deixavam eu fazer nada, então “não, você não pode fazer o acompanhamento de família porque você vai fazer psicoterapia, como se qualquer atendimento individual do psicólogo fosse psicoterapia”, tem gente que até hoje pensa assim, né? “Você não pode fazer visita domiciliar” eu não podia, eles não me deixaram nem ter uma sala, pra não correr o risco de você fazer psicoterapia, mas na verdade era “pera aí esse trabalho aqui é meu, você é psicólogo, o que tá fazendo aqui?” é... não deixavam eu fazer nada! (P5)

A fala de P5 aponta uma dificuldade de outras áreas do conhecimento compreenderem o fazer psicológico, atrelando-o ao modelo clínico tradicional. Sobre esse aspecto, Andrade e Romagnoli (2010) aponta que no estudo desenvolvido encontraram resultados semelhantes a esse, ao apontarem que,

Atendendo o projeto da modernidade, a Psicologia é compreendida, em determinadas circunstâncias, como saber que é realizado em um espaço fechado, no setting tradicional do campo psi. A comunidade e os

profissionais de outras unidades governamentais questionam a atuação do psicólogo quando este trabalha sob outra ótica, e não aceitam que o psicólogo não possa diagnosticar, fazer atendimento clínico e criticam a prática não convencional como se isso fosse o que a Psicologia tem a oferecer independentemente da realidade em que sua prática se insere. Essa relutância emerge nas falas dos psicólogos que relatam as dificuldades de atuar em espaços públicos, realizando visitas domiciliares, fazendo intervenções durante aulas e cursos, dentre outros, e atuando fora do modelo tradicional. Nesse sentido, percebemos um saber endurecido em sua forma identitária, composto por linhas duras, concomitantemente à atuação para além do espaço formal da Psicologia. (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010, p.610)

Outra questão apontada pelos profissionais entrevistados foi a articulação entre a rede socioassistencial, que algumas vezes aparece articulada, realizando reuniões e discutindo casos, mas em outros momentos parece haver uma desarticulação dessa rede, onde não se tem de fato uma interação para atendimentos dos usuários.

é difícil que o trabalho do CREAS, [...] não deram espaço para eles se organizar, de estudar, [...] então como pede justiça pro CREAS o natural é que o CREAS está respondendo MP, que que sobra? O trabalho pro CRAS, as vezes liga pessoa do CREAS: “conhece tal família? que que tá fazendo”, quer que a gente escreva pra eles, não é assim que funciona. [...] Então, assim, eu faço muita contra referência que até reclamo, as vezes nem tem, eu to fazendo mais pra pessoa ter ciência, não sei se vai dar andamento (P2)

o adolescente é um adolescente assim, que a gente encaminhou pra várias coisas e não ia, não ia, inclusive, eu fui na instituição porque eles excluíam ela do processo, sabe? As instituições deveriam incluir nosso público, mas não, nosso público é excluído. (P5)

O que que eu sinto que a... que essa rede não está funcionando por que é meio que um ping pong com o usuário, eu percebo muito isso, que está sendo muito ping e pong [...] Então é assim, não se tem esse trabalho em rede[...] A gente é instruído a fazer, mas esse fazer que está sendo dito, nas referências ... Aquilo que está sendo posto, o que vem a ser a política, não está sendo efetivo na prática. (P7)

Andrade e Romagnoli (2010), também chamam a atenção no estudo desenvolvido pelas autoras, para o desafio da articulação da rede socioassistencial. Para as autoras esse desafio,

diz respeito à necessidade de consolidação da articulação da rede socioassistencial, que, embora seja regulamentada pela política do CRAS e das políticas públicas em geral, ainda não se sustenta no cotidiano, mantendo a desarticulação dos trabalhos desenvolvidos nos diversos setores públicos. (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010, p 614)

Em Curitiba-PR as participantes do estudo apontam que há reuniões mensais com a rede socioassistencial para discussão de casos de violação de direitos que são inseridos na Notificação Obrigatória (N.O.).

Notificação Obrigatória, que é um documento para preencher assim, tipo de violência, o que aconteceu, e tem um aspecto de sigilo, tem assim... código para unidade notificadora, então os órgãos da FAS tem um código, o da saúde tem outro, e aí vai uma cópia pro Conselho, uma cópia para Saúde e assim, acaba na rede, porque quem pega as notificações é a pessoa responsável pela rede no nosso núcleo. Então, ela que distribui, ela lê, faz em uma planilha, tem o coordenador local da rede, que é responsável pela essa planilha. Ai Conselho Tutelar também participa da rede[...]. A Educação, então vai assim, vai escola, vai creche, e aí é discutido o caso, [...] se tem alguma contribuição para fazer, se tem algum planejamento para essa família. (P2)

Essa NO ela vai para um sistema. [...] nos territórios nós fazemos reuniões, então, mensais, estabelecidas com data, com calendário, e participam toda a rede de proteção local, que essa rede de proteção [...]. Então nessa rede de proteção, se eu fiz uma NO que ela entrou nessa rede, a gente vai conversar sobre a situação e, às vezes, então à saúde pode me dar uma orientação [...]. E aí na reunião de rede a gente sempre vai conversar sobre esses casos são vários casos. (P3)

Eu participo das reuniões de rede de proteção, [...] o nosso CRAS é muito participativo na rede, sabe? É.. uma vez por mês tem reunião de rede, e as vezes vai demandar visita e acompanhamento. Normalmente rede de acompanhamento exige um acompanhamento mais individualizado porque tem questões mais sigilosas mesmo, né? (P5)

No quadro 15 é apresenta os indicadores de conteúdo Relações com outros profissionais e políticas públicas

Quadro 15 - Relações com outros profissionais e políticas públicas

indicadores
Complementa o trabalho do assistente social
Demandas de outras políticas ou órgãos acima
Demandas do Ministério Público
Dependência de outras circunstâncias (políticas, pessoas)
Dificuldade de mobilização da rede de proteção
Encaminhar para outras políticas
Fragilidade do trabalho intersetorial
Trabalho da rede de proteção
Trabalho interdisciplinar

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

D) Idiossincrasias do(a) Psicólogo(a) e do(a) Assistente Social

Na fala dos(as) participantes da pesquisa fica evidente a distinção do fazer do psicólogo e do assistente social. Assim, um conteúdo de depreende das entrevistas

são as idiossincrasias do(a) psicólogo e do(a) assistente social, no qual os(as) profissionais entrevistados(as) apontam características das atuações dessas duas profissões, tais como o olhar e as atribuições dos profissionais dessas áreas do conhecimento, bem como a conduta e o contexto dos profissionais da psicologia, e o espaço que o assistente social ocupa no CRAS.

d1) Idiossincrasias do(a) psicólogo(a)

Os(as) psicólogos(as) que participaram do estudo apontam em suas falas aspectos relacionados ao olhar que o(a) psicólogo tem para realizar sua prática no CRAS, que está voltado para as questões subjetivas, emocional e comportamental dos sujeitos, fato que reforça o modelo clínico tradicional da psicologia, e algumas vezes assistencialista. As falas dos participantes, apontam que

[...] o psicólogo em si, tem um diferencial até para as pessoas chegarem falando das suas realidades (P1)

[...] (o psicólogo) tem uma outra visão, ele, ele a parte do comportamento, a parte do emocional mesmo de cada pessoa, né? das situações acho que ele consegue captar de uma forma diferente. (P1)

Tem a minha chefe, também é psicóloga, coordenadora, então tem um olhar sensível (P2)

[...] então se eu saísse do CRAS? Acho que o serviço ia ser tocado, mas não sei se com o mesmo olhar, entende? Ai depende da técnica, eu vejo assim, que um grupo que é feito por um é diferente, um grupo que eu faria seria diferente. [...] Se eu pegar naquele grupo que eu digo que é mais tocado por educador, eu acho que fica numa coisa mais... não que eles não criem vínculos, mas fica numa coisa mais concreta, né? no objetivo que tem que atingir. Eu acho que o meu é mais vínculo, né? (P2)

Mesmo que eu atenda num serviço específico oferecido no CRAS, eu vou estar tendo esse olhar pro todo da família e contribuindo com a proteção e autonomia dessa família. (P3)

[...] (o psicólogo) é um profissional que está [...] preparado, talvez um pouco mais eu diria, pra olhar pro subjetivo, pra olhar o que está acontecendo para além do que está se vendo e pra além do que está se ouvindo, né? de identificar as demandas de pensar estratégias, de como a gente trabalha o subjetivo, de como a gente trabalha os aspectos emocionais. A gente não consegue trabalhar esses aspectos, porque a Política de Assistência Social não está voltada para isso, mas nós temos condições de identificar quando esses processos estão interferindo, predominando, impactando uma determinada dinâmica, né? (P4)

Eu acho que a nossa vantagem como psicólogo é que a gente tem esse olhar da subjetividade. [...] esse olhar pra subjetividade que o psicólogo tem é diferente e contribui pra um coletivo. (P5)

a gente tem um olhar mais especializado pra identificar um transtorno mental pela nossa formação, então assim, eu não vou atender o transtorno mental, mas eu vou conseguir identificar e vou conseguir encaminhar. A gente tem um olhar pra problema de aprendizagem porque a gente teve na formação, então não vou tratar, não vou trabalhar, mas eu posso encaminhar. A gente tem um olhar pra dificuldade de desenvolvimento (P5)

Então, essa sutileza a gente tem como psicólogo. A gente tem isso, então é você achar formas de criar vínculo fora do tradicional (P5)

A gente vê que é uma visão, é um olhar bem diferente. Diferente no sentido de proporcionar uma ampliação também. De quem é a família, do que essa família pode, é capaz. Como a gente pode então atuar junto a elas. Naquilo, não no viés do assistencialismo, nem na culpabilização, no familismo, mas de uma maneira completa e integral, olhando a subjetividade, a potencialidade dessa família, né? a história dessa família, todo o... as nuances de cada família, de cada composição, vão tendo dentro dessa realidade. (P6)

As condutas que os profissionais devem tomar também são representadas nas falas dos(as) entrevistados(as), apontando que devem ser livres de preconceitos e julgamentos, mas sim de uma forma respeitosa e ética. Tal posicionamento se evidencia nos seguintes trechos das entrevistas.

Eu acho que o psicólogo ele não pode julgar, né? ele tem que ouvir, ele tem que acolher aquela família sem preconceito nenhum, né? Sem misturar suas crenças, né? é... enfim, preconceito, né? você atender por igual. Por igual no sentido de... sem julgar, né? aquela pessoa não é diferente de você, não é nem mais, nem menos que você, né? então essa pessoa tem que se sentir acolhida, né? até porque se ela tá ali, é porque ela está precisando ser ouvida, né? e isso é fundamental. (P1)

pra mim, quando você pega as normativas de assistência social, eu acho que tá em mim, né? você não discriminar, você aceitar, você acolher, você se apresentar, você apresentar para a família, então isso é o meu cotidiano (P2)

E a área social você vê que a pesquisa participante, né? que é a nossa principal ferramenta, você tá envolvido, você não é neutro. Você tem que tá consciente das tuas questões, pra você saber o que é teu, mas neutralidade não... a gente interfere na vida dessas pessoas. [...] Claro, nunca perdendo de vista a ética, acho que é o nosso viés principal, você tem que ter em vista ética, mas é isso que eu acho fantástico trabalhar em área social. (P5)

Mas eu tenho que atender da melhor forma, e eu tenho que atender [...] de acordo com a política ... Eu tenho que atender essa pessoa... Eu tenho que atender essa pessoa desconstruída dos meus preconceitos, [...] E gora, se tem que ser psicóloga para isso? (P7)

Sobre as atribuições do(a) psicólogo(a), os participantes apontam que o profissional da psicologia não tem algo que seja específico da profissão na política de Assistência Social. Nas entrevistas são relatados que as atribuições do psicólogo estão voltadas para trabalhos que promovam a proteção, desenvolvimento e

autonomia das famílias e pessoas do território. Mas a forma como são apresentadas essas percepções, muitas vezes, cai na armadilha de uma visão hierárquica da relação entre profissionais e usuários. Tal como é possível ilustrar com os seguintes trechos

creio eu que faz muita diferença ter o psicólogo aqui dentro, porque a gente implementa coisas, a gente traz esse novo olhar, a gente puxa para ações mais em grupo, a gente gosta de atuar em grupo, quer dizer, pelo menos eu gosto. (P3)

o psicólogo ele precisa contribuir nesse sentido, sem esquecer de olhar pra quais são as condições individuais que cada um tem de transitar, né? nessas dimensões. [...] buscar todos os serviços que forem possíveis para que as pessoas e as famílias consigam fazer a superação. (P4)

E tem outras também, outras situações de dificultadores como a dificuldade da criação de um projeto de vida, do rompimento desses desse ciclo de pobreza mesmo, ou até de inferioridade enquanto aos seus aspectos mais subjetivos mesmo, né? Então existe uma repetição aí, a gente vê isso muito claro aí, uma repetição das realidades familiares e olhar para isso, muitas das vezes se incomodar com isso é um processo que não é tão tranquilo tão fácil de ser percorrido por eles. Eu acho que é isso. (P6)

Os(as) participantes da pesquisa também apontam como idiossincrasias do psicólogo o contexto, no qual este atua de fazendo a leitura dos processos subjetivos e coletivos, para além da vulnerabilidade material. Na fala dos participantes esse aspecto aparece da seguinte maneira

perceber que tem um determinado contexto subjetivo, emocional, é... no individual e no coletivo (P4)

ele precisa fazer a leitura dos processos individuais, né? subjetivos individuais, coletivos, por exemplo, quando eu falo coletivo, nós temos aqui uma demanda de haitianos. Leitura do coletivo haitianos, como que eles funcionam? Dentro de uma leitura comunitária. Então, indivíduo Gabriela, dentro de um grupo x, dentro de uma comunidade y, dentro de um cenário x, né? o psicólogo ele precisa contribuir nesse sentido, sem esquecer de olhar pra quais são as condições individuais que cada um tem de transitar, né? nessas dimensões. (P4)

eu acho que a psicologia, ela traz o, traz como fundamentais para pensar mesmo o território, né? muito além, é, é, é simplesmente da vulnerabilidade material em si, como diversas outras que eu acho que é interessante a nossa participação como psicólogos. (P6)

Assim, fica evidente que a concepção que os(as) participantes tem das idiossincrasias do psicólogo está relacionado às percepções subjetivas e emocionais dos sujeitos e dos contextos em que atuam, já as dos(as) assistentes sociais, estão voltadas para as questões materiais (as idiossincrasias do(a) assistente social será

discutida no tópico a seguir). Andrade e Romagnoli (2010) também apontam em seu estudo resultados próximos a essa discussão, ao apontarem que,

Para a Psicologia, direcionam-se demandas que dizem respeito às questões emocionais e às relações familiares, ficando para o serviço social as questões de encaminhamentos, acesso e orientações sobre direitos, benefícios e documentos, ou seja, cada disciplina impede que a outra se aproxime de seu território, mantendo-se uma afastada da outra, resguardada pelo seu especialismo, seus procedimentos e técnicas. (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010, p.612)

O quadro 16 apresenta os indicadores das idiossincrasias dos(as) psicólogos(as).

Quadro 16 - Idiossincrasias do(a) psicólogo(a)

Conteúdo	indicadores
O olhar	A visão do psicólogo qualifica o trabalho; Olha mais para o subjetivo; Olhar o todo da família; Olhar para a subjetividade; Olhar psicológico; Olhar sensível; Olhar voltado para o comportamento; Olhar voltado para o emocional; Olhas as condições individuais de cada indivíduo
A conduta	Acolher a família sem preconceito; Atender da melhor forma possível o usuário; Atender de acordo com a política; Atender desconstruída dos preconceitos; Atuação que não seja tendenciosa e preconceituosa; Ética; Não discriminar; Não julgar; Respeitar o outro; Saber não colocar a sua verdade
As atribuições	Ajuda a diversificar a frente de atuação; Atuar em todas as frentes; Batalha por espaços; Buscar todos os serviços que forem possíveis para que as pessoas consigam fazer a superação Conduzir os grupos e coletivos; Contribuir com a proteção e autonomia da família; Foco em desenvolvimento comunitário para a autonomia das pessoas; Formação de vínculo; Formação de vínculo fora do tradicional; Não tem uma atribuição específica; Observação; Ouvir; Produzir incomodação dentro da família, para desenvolverem problematizações das situações e rompimento dos laços vivenciados “daninos” e disfuncionais; Puxa para ações mais em grupo; Reafirmar sua contribuição dentro da assistência social; Reforçar a visão do território e situações vivenciadas pelo público atendido, fornece contribuições para a prática e produção acadêmica; Trazer reflexão para a famílias de coisas podem ser melhoradas
O contexto	A psicologia traz como fundamento pensar o território além da vulnerabilidade material; Consegue captar de forma diferente; Fazer a leitura dos processos subjetivos individuais e coletivos; Leitura coletiva dentro de uma leitura comunitária; Percebe melhor o contexto subjetivo, emocional, individual e coletivo; Pessoas falam de suas realidades; Sabe atuar no contexto subjetivo, emocional, individual e coletivo

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

d2) Idiossincrasia do(a) assistente social

Enquanto as idiossincrasias dos psicólogos são atribuídas pelos participantes desse estudo aos aspectos subjetivos, as dos(as) assistentes sociais estão relacionadas às questões objetivas, materiais e econômicas.

Os(as) psicólogos entrevistados também apresentam em suas falas aspectos do olhar do assistente social, o qual é voltado para a avaliação socioeconômica, como é possível identificar nas seguintes falas:

eu acho que o serviço social fica muito voltado a questão de renda, da parte mais material (P1)

Eu acho que a nossa vantagem como psicólogo é que a gente tem esse olhar da subjetividade, né? Não que o assistente social não tenha, mas eu acho que a gente é mais preparado pra isso, assim como eles tem mais o olhar da avaliação social. Eu não sei como foi a tua formação, mas na minha formação a legislação foi nula, foi horrível. Então assim, eu pra qualquer coisa que tenha legislação eu recorro a ela porque ela sabe muito mais do que eu, a formação dela nisso é muito boa, o que eu sei de legislação é porque eu tenho que ir atrás, mas eu não tenho um aprofundamento. (P5)

Sobre as atribuições do(a) assistente social, os participantes do estudo apontam que a prática desses profissionais está relacionada com os benefícios socioassistenciais e garantia dos direitos dos usuários. Já a questão de acolhimento e percepção das questões subjetivas varia de profissional para profissional.

[...] ela (assistente social) acolhia muito bem, pegava muito bem, conhecia muito bem, eu digo “não preciso estar aqui contigo”, a outra já nem tanto, então eu ajudava um pouquinho mais (P2)

[...] quando não tem o psicólogo fica aquela coisa fechada no atendimento só do benefício. Não posso dizer que isso seja só mérito do psicólogo, porque existem muitas assistentes sociais que gostam também de trabalhar em grupo, que sabem trabalhar em grupo, que oferecem esse olhar também ampliado. Então, eu não posso dizer que seja só do meu papel, da minha profissão, né? Mas, então, varia muito desses profissionais que estão dentro do CRAS (P3)

[...] enquanto o assistente social ele vai fazendo a manutenção aqui, né? dos mínimos sociais (P4)

(Se não houvesse psicólogo no CRAS) Eu acho que correria o risco do CRAS ser um equipamento [...] dele oferecer, dele ter apenas um atendimento reativo, eu só atendo se me procurar e só atendo dentro do que eu tenho de... o que eu tenho para oferecer? [...] Tem cesta básica? Tem vale transporte? eu quero isenção pra não sei o que... é só o pedir, né? a demanda de algo concreto, material. Eu acho que seria [...] mais difícil pra equipes alcançarem ou dar start nos processos de autonomia, né? de protagonismo, né? acho que seria mais difícil. [...]. Até fazer a leitura de todos os elementos que perpassam, acho que esse limitador poderia fazer

com que elas recaíssem ou ficassem predominantemente em atendimentos reativos. (P4)

[...] eu acho que se tivesse só o profissional de uma área. ... [...]eu acho assim o risco de você cair no apagar incêndio o tempo todo é maior. Por que, assim, elas têm as atribuições do benefício eventual. A demanda do benefício eventual é muito grande. Então o risco de ela ficarem afogadas praticamente nisso é grande, entendeu? Então eu acho que corre o risco de você ter que atender uma demanda de urgência e você talvez não, não qualificar em outras frentes, não, não vou saber te explicar isso sabe. Eu acho que o psicólogo ajuda a diversificar a frente de atuação. Acho que é mais isso assim. O trabalho vai acontecer? Vai. Mas daí até que ponto você vai ter um trabalho de transformação, de qualidade... se você não tiver uma equipe interdisciplinar, entendeu? Você corre o risco de só apagar incêndio, assim como se não tivesse assistente social aqui, a gente ia perder a outra vertente de suprir a necessidade básica que é direito, que é fundamental e também é emergente, agora vamos votar pra pirâmide de Maslow básica, se você não suprir aquele básico, você não vai conseguir fazer um trabalho de desenvolvimento comunitário pessoal e de grupo se você não suprir o básico (P5)

Também é representado nos discursos dos(as) participantes o espaço que o(a) assistente social ocupa no CRAS, muitas vezes apontado com fundamental para o funcionamento CRAS, sem o qual os serviços deixariam de acontecer.

Então, que nem, então o CRAS pode funcionar sem o psicólogo, né? Ele não pode funcionar sem o assistente social, mas eu acho que ele é fundamental, né? justamente por ter esse outro olhar, né? a formação, uma formação complementa a outra, então todo CRAS tem que ter, né? Pelo menos um psicólogo por CRAS, né? Aqui a gente tem, mas eu sei que isso não é uma realidade de todos, infelizmente. (P1)

(se não houvesse psicólogos no CRAS) Acho que o serviço ia ser tocado, mas não sei se com o mesmo olhar, entende? Ai depende da técnica, eu vejo assim, que um grupo que é feito por um é diferente, um grupo que eu faria seria diferente. (P2)

Então, eu hoje não consigo imaginar o SUAS sem um profissional da psicologia, reconhecendo que, obviamente, o dono da casa, vamos dizer, é o profissional da assistência social, mas ele fica muito limitado sem, ele, ele precisa ser completado, assim como nós, não existiria SUAS só o psicólogo aqui dentro, você não consegue. (P4)

Os indicadores do conteúdo idiossincrasias do(a) assistente social estão apresentado no quadro 17.

Quadro 17 - Idiossincrasia do(a) assistente social

Conteúdo	indicadores
O olhar	Olhar da avaliação social; Olhar voltado para parte de renda e material

Conteúdo	indicadores
As atribuições	Alguns conseguem perceber o contexto subjetivo, emocional, individual e coletivo; Alguns não conseguem acolher bem; Alguns trabalham em grupo; atendimento reativo, de oferecer; atendimento só de benefícios; entrega de benefício eventual é uma atribuição específica do assistente social; faz a manutenção dos mínimos sociais
O espaço que ocupa no CRAS	Alguns limitam a atuação do psicólogo; O CRAS não pode ficar sem o assistente social; O dono da casa

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

Eixo temático educação

Este eixo apresenta conteúdos sobre as formas de educação e aprendizagem dos(as) profissionais da psicologia participantes desse estudo para a sua atuação no CRAS. Observa-se que essa aprendizagem para a prática é decorrente de um processo constante e contínuo, o qual tem início desde sua graduação até a sua atuação prática. Assim, os dados são discutidos e analisados a partir dos temas Formação Acadêmica, Estágios, e Aprendizagem para Atuação no CRAS. A seguir serão apresentados os conteúdos presentes nos temas que compõem o eixo temático Educação.

Uma visão geral dos conteúdos e temas deste eixo aparece no quadro 18.

Quadro 18 - Eixo temático Educação

Tema	Conteúdo
A) FORMAÇÃO ACADÊMICA	a1) Formação voltada para a clínica; a2) Formação com outros olhares a3) Críticas e lacunas na formação; a4) Recursos utilizados para atuação no CRAS; a5) Teorias e autores estudados
B) ESTÁGIOS	b1) Áreas de atuação; b2) Desafios produzidos pelos estágios; b3) Impactos produzidos pelos estágios; b4) Aprendizagens geradas a partir dos estágios

TEMA	Conteúdo
C) APRENDIZAGEM PARA A ATUAÇÃO NO CRAS	c1) Pela experiência; c2) Com outros profissionais; c3) Por estudo; c4) Buscando novas alternativas; c5) Por capacitações

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

A) Formação acadêmica

O tema Formação Acadêmica foi identificado a partir dos elementos presentes nas falas dos(as) participantes dessa pesquisa, os quais foram agrupados em conteúdos a partir de elementos que se aproximavam. Os conteúdos presentes nos discursos dos participantes apontam para uma Formação voltada para a clínica; Formação com outros olhares; Críticas e lacunas na formação; Recursos utilizados para atuação no CRAS; e, Teorias e autores estudados. Tais conteúdos serão analisados a seguir.

a1) Formação voltada para a clínica

Os participantes da pesquisa, em suas falas, apontam que a formação na graduação é, prioritariamente, voltada para a atuação clínica, e alguns relatam que não pensavam em outra área além da clínica. Como é possível identificar nos seguintes trechos das entrevistas

[...] confesso para você que no tempo de faculdade eu não pensava em trabalhar na área social, até porque quando eu entrei na faculdade eu era muito nova, como a maioria eu acho que é. Então a gente só pensa em trabalhar na parte clínica, e não pensa muito nessa parte da comunitária mesmo, né? (P1)

[...] certeza a parte da escuta, da escuta qualificada é algo que a gente vê desde o início da faculdade, né? (P1)

[...] muita gente chegou (no CRAS), se deparou com a realidade e não deu conta e saiu, porque tava preparado pra atuação clínica, né? eu tive outros tipos de atuação na faculdade, mas o foco clínico individual é muito forte, e a gente não é preparado pra atuar com essa população, não sei se está melhorando. (P5)

Mas uma coisa que é muito forte na nossa formação é a formação de vínculo, né? então, é.. já aconteceu aqui de pessoas que já eram atendidas por assistente social de entrarem na minha sala e pela forma que eu

conduzi a conversa abriram coisas que nunca abriram pra ninguém, entendeu? Então, não é um atendimento clínico, mas a gente é muito treinado na escuta, então a nossa escuta ela é qualificada, a gente é muito treinado na nessa questão da entrevista mais aberta, né? eu não sei, a gente tem uma especialização mais nisso, né? (P5)

Esses trechos de entrevistas apontam que durante a graduação em psicologia o olhar voltado para a formação de vínculos, diagnóstico de doenças psíquicas, pensar o sujeito a partir da sua individualidade, é o que predomina na formação.

No estudo realizado Macêdo, et al (2015) com psicólogos que atuam em CRAS no Ceará apresenta resultados semelhantes a esse apontando também para uma formação acadêmica voltado para a clínica e que não prepara para a atuação no CRAS, tal como exposto pelos autores em seu artigo.

No que diz respeito à formação acadêmica em Psicologia, as falas revelaram que os profissionais consideram que ela não prepara para atuar no CRAS, uma vez que se depararam, ao longo da graduação, com uma formação voltada para uma atuação focada numa perspectiva individualizante, com viés clínico e com disciplinas puramente teóricas, o que fez com que esses profissionais só viessem conhecer o CRAS quando passaram a trabalhar em tal política. (MACÊDO, et al, 2015, p.816)

No quadro 19 é exposto os elementos indicadores desse conteúdo.

Quadro 19 - Formação voltada para a clínica

indicadores
Conhecimento de transtorno mental; Conversar; Diagnóstico; Escuta qualificada; Formação de vínculo; Formação prepara para a atuação clínica; Gestalt terapia; Não pensava em trabalhar na área social e comunitária; Olhar psicológico; Só pensava em trabalhar na clínica; Treinado em entrevista aberta; Treinado para a escuta.

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a2) Formação com outros olhares

Os participantes também apontam que além da área clínica, outros saberes são construídos durante a formação, e que são importantes para a atuação no CRAS. Como é possível identificar nos seguintes fragmentos das entrevistas.

[...]tem esse olhar psicológico, né? não adianta, talvez tenha que cuidar, e eu cuido muito, com essa coisa de patologizar. (P2)

Então, eu vou desde pensar de como tá a relação dessa mãe com o bebê, com a gestação, então tudo isso eu aprendi na minha formação, né? o desenvolvimento da criança, o desenvolvimento de um bebê, né? de todas as fases da vida. (P3)

a minha formação na área de psicologia social ela foi medonha, foi horrível, foi muito fraca, eu sei que a Federal ela tem uma formação um pouco mais forte na área social, mas todo mundo teve dificuldade, todos os psicólogos tiveram dificuldades (P5)

Nossa tudo, gente, que nem eu falo, gente eu uso desenvolvimento infantil, eu uso meu conhecimento de transtorno mental, de psicologia educacional, gente, tudo. (P5)

Então esse ser humano enquanto um ser em formação, um processo de vir a ser, isso para mim isso é uma verdade, uma realidade mesmo. Então ver a família nesse desenvolvimento e nesse processo de vir a ser, nada acabado, nada finalizado eu acho que é uma das grandes coisas que me ajudam, é uma visão que ajuda muito no meu trabalho aqui no CRAS. (P6)

Os elementos indicadores desse conteúdo estão no quadro 20.

Quadro 20 - Formação com outros olhares

indicadores
Cuidado com patologizar; Desenvolvimento do bebê, da criança, em todas as fases da vida; Desenvolvimento infantil; Pensar na relação mãe-bebê, gestação; Psicologia educacional; Ver a família num processo de vir a ser; Visão do ser humano enquanto um ser em formação

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a3) Críticas e lacunas na formação

Os profissionais entrevistados fazem críticas em relação à formação no curso de psicologia, apontando lacunas em sua formação, as quais precisam ser superadas a partir de estudos para atender às demandas da atuação prática no CRAS. Os trechos a seguir exemplificam essas críticas e lacunas na formação.

a faculdade, é... ela não dá essa visão da realidade mesmo, como que é o trabalho na prática, sabe? Então, quando eu entrei eu não sabia que eu vou fazer direito, né? (P1)

Claro que a graduação te dá uma base, mas talvez até pela maturidade, por tudo, né? As Pós que a gente faz, [...] acabam sendo mais, mais ricas mesmo, né? Por que já é algo direcionado pra, pra nossa atuação mesmo, né? Então no meu caso, que daí eu fiz de Gestão de Pessoas, né? e... e voltado pra política mesmo do SUAS, então são coisas assim, que a gente sabe, porque já tá bastante tempo aqui trabalhando na política de assistência, mas sempre tem coisas novas ali para aprender para ter um respaldo, né? uma coisa a gente não... a gente faz cursos, né? tem as nossas capacitações bastante, mas a pós você consegue ir mais a fundo, né? e... a parte da gestão de pessoas que eu fiz antes também, eu achei que foi bastante válido, não foi assim, específico da política, mas eu acho que nesse aspecto, na primeira pós que eu fiz acabou entrando mais essa questão da psicologia, do que especificamente essa segunda pós que foi na política da assistência mesmo. (P1)

Normativas que vinham, a gente sempre lia, mas acho que as normativas que vem em termos de SUAS sempre são amplas, elas não são bem focadas, né? nos psicólogos, você tem que buscar sua teoria e ver, né? o que que vai colocando ali. (P2)

Então eu acho que quanto mais a gente fragmentar a formação mais enfraquecidos nossos colegas vão sair. Eles, eles, a coisa de especializar, há de se ter ganho, de alguma maneira, talvez na questão da qualificação, mas é o todo que dá condições, é o holístico mesmo que vai dar condições de você trabalhar com todas essas variáveis. (P4)

[...] a minha formação foi muito fraca na área social. Muito eu tive que correr atrás por conta, né? e eu percebi que não era só eu, porque logo que a gente entrou a gente foi recorrer ao Conselho, “pelo amor de Deus, ajudem a gente aqui” e o Conselho não sabia respaldar a gente também, então eu espero, que também eu já estou há 11 anos aqui, que as formações tenham mudado. Mas a minha formação foi um ponto negativo. Então, eu tive que correr muito atrás sozinha, sabe? De livros, de estudo, de especialização, tive que correr muito atrás sozinha. E eu acho a nossa formação muito básica nessa questão de legislação, de direitos, eu acho que isso falta pra gente. E é um dos pontos negativos também, é... eu acho que vai muito do profissional, eu vi muitos profissionais que não conseguiram se adaptar ao trabalho social, na área social, é... tem profissionais que tentam fazer a atuação clínica, mas não vai conseguir, mesmo que queira, além de não poder, não vai conseguir. (P5)

eu tive outros tipos de atuação na faculdade, mas o foco clínico individual é muito forte, e a gente não é preparado pra atuar com essa população. (P5)

Na graduação eu acho que o conhecimento da Psicologia Social e comunitária ele é bem raso assim, uma coisa muito por cima, não dá o devido suporte teórico até pra gente dar conta da demanda, né? (P6)

Resultado semelhante a este foi encontrado na pesquisa de Adrade e Romagnoli (2010) que também aponta para uma formação distante da realidade vivenciada por profissionais em sua prática, tal como afirmam as autoras.

A Psicologia, não raro, se encontra habitada, então, por um abismo entre o saber acadêmico, adquirido na graduação e divulgado em livros e pesquisas, e a realidade vivida no cotidiano, como foi colocado pelos profissionais entrevistados. Em nosso estudo, percebemos que a formação do psicólogo e a realidade brasileira ficam desvinculadas, pois, no âmbito da formação, há uma hegemonia na ênfase clínica voltada para o atendimento às camadas sociais com grande poder aquisitivo, como foi colocado por grande parte dos entrevistados. (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010, p.611)

Paiva e Yamamoto (2010, p. 155), em seu estudo com psicólogos que atuam em instituições sem fins lucrativos, salienta a fragilidade da formação em psicologia, que enfatiza as áreas tradicionais, apontando como resultado do estudo “a formação precária em Psicologia Social, mas pela ênfase dos cursos em áreas tradicionais e a falta de disciplinas na área social”, tal como colocado nos discursos dos psicólogos entrevistados.

Sobre a relação entre a formação em psicologia e o trabalho com a comunidade, Freitas (1998a) aponta que há dois polos

De um lado, há o profissional de psicologia, com sua formação e os conhecimentos adquiridos, com os instrumentais que aprendeu e adotou como recursos para os seus trabalhos, e com a sua visão sobre o mundo e o homem. De outro, encontra-se a comunidade, os setores da população, com sua dinâmica e características próprias, inserida em um contexto sócio-políticogeográfico, e vivendo em um tempo histórico determinado. Esta comunidade vive uma conjunção de forças, pressões e desafios das mais diferentes naturezas e, tendo ou não clareza concreta disto, muitas vezes influencia e apresenta limitações e, também, desafios ao cenário ideológico dominante, quando, por exemplo, tenta sobreviver e resistir na sua luta cotidiana (Cordero & Hermosilla, 1996; Lane & Sawaia, 1995; Montero, 1994a; Serrano & Collazzo, 1992). (FREITAS, 1998a, p.177)

Os elementos que indicam o conteúdo sobre as críticas e lacuna na formação são apresentados no quadro 21.

Quadro 21 - Críticas e lacunas na formação

indicadores
A graduação dá uma base As normativas do suas são amplas Contato com a área social foi através de um profissional que trabalhava em comunidade Formação fragmentada, diferente da prática que tudo se mistura Formação na área social foi fraca Na graduação o conhecimento de psicologia social e psicologia comunitária é bem raso, não dá o devido suporte teórico para dar conta da demanda Não dá a visão da realidade Não dá a visão de como é o trabalho na prática Não é preparado para atuar com a população Não se falou em Martin-Baró Não se falou em psicologia socio-histórica Não se falou em Vygotsky Não teve formação na área de legislação Não teve representação social Pós-graduação é mais específica

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a4) Recursos utilizados para atuação no CRAS

De acordo com os(as) psicólogos entrevistados, a formação, apesar de apresentar lacunas, fornece alguns recursos que são importantes para a atuação no CRAS. Tanto conceitos e teorias que fornecem instrumentos para o trabalho com a população, quanto formas de enxergar o próprio usuário.

Na formação enquanto psicóloga eu acabei, quando eu estava atuando mais com a parte da psicologia especificamente, a parte dos grupos, a parte das dinâmicas, né? essa parte que eu trouxe bastante da faculdade. [...]

Fora assim, essas questões éticas que a gente não pode deixar de, não tem como deixar de lado, isso é bem importante, a parte de relatórios (P1)

Então quando eu traba... quando eu converso com a família, me vem toda essa bagagem, né? é... quando eu vou trabalhar com grupos também me vem essa bagagem, né? de que temáticas que eu vou trazer pra trabalhar com o planejamento, digamos, vem essa bagagem da psicologia. (P3)

e grupo... a gente também tem uma formação de dinâmica de grupo, né? então eu acho que isso dá um diferencial. [...] psicologia jurídica, você aprende muita coisa aqui da parte da justiça, né? (P5)

eu utilizo bastante essa parte dos grupos, utilizo também dessa abordagem mesmo que eu elegi para a minha vida profissional, tanto no consultório quanto na vida mesmo que é a Gestalt terapia, essa visão que a Gestalt terapia fornece de ser humano, de mundo. (P6)

O que que eu utilizo da minha formação? Talvez toda essa minha experiência com pesquisa, esse contato com a psicologia sócio histórica, talvez isso auxilie, deve ser isso. (P7)

O quadro 22 apresenta os indicadores presentes nos discursos que compõem o conteúdo Recursos utilizados para a atuação no CRAS

Quadro 22 - Recursos utilizados para a atuação no CRAS

indicadores
A formação que teve permite uma atuação que não seja tendenciosa e preconceituosa
A parte de dinâmicas
A parte de grupos
Bagagem para trabalho em grupo: temáticas, planejamento
Dinâmica de grupo
Experiência com a pesquisa
Experiência com a Sócio histórica
Gostar do trabalho em grupo
Grupos
Olhar para a família como um todo
Psicologia jurídica
Questões éticas
Relatórios

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a5) Teorias e autores estudados

Os(as) participantes da pesquisa, indicam alguns atores e teorias que utilizam para a atuação no CRAS. Como autores os (as) psicólogos entrevistados apontam Lúria; Vygotsky; Martin-Baró; Silvia Lane; Quintal; Neuza Guareschi; Pedrinho Guareschi; Ana Maria Bock; Maria Lucia Afonso; Inara Barbosa Leão; Piaget; Wallon; Skinner; Pichon Riviére; Erik Erikson; Zimmermann.

As teorias que os(as) profissionais destacam como importantes para a prática no CRAS são: Comportamental; Desenvolvimento da criança e do adolescente; Dinâmica de Grupo; Família sistêmica; Gestalt Terapia; Oficina com família; Oficina de grupo; Psicologia do desenvolvimento; Psicologia Escolar; Psicologia Existencial Fenomenológica; Psicologia Social; Psicologia Social Comunitária; Psicologia Sóciohistórica; Psicopatologia; Teoria de grupo.

Um aspecto importante que os (as) participantes ressaltam é que nem todos os autores foram abordados ou aprofundados durante a graduação, alguns foram estudados para subsidiar a sua prática no CRAS, após a formação da graduação.

É possível identificar as teorias e autores estudados, bem como as lacunas da formação nos seguintes trechos das entrevistas:

mas eu sempre gostei muito da parte comportamental, então eu gostava muito de Skinner, então eu acho que até hoje eu levo o conhecimento dele, assim, para minha área de atuação. (P1)

Eu acho que na formação eu tive Psicologia Social, que a gente era... é psicologia socio-histórica, acho que não falava muito, mas puxava um pouquinho pra Vygotsky, Silvia Lane apresentou.(P2)

[...] os que eu mais sempre me dediquei, por exemplo, Vygotsky, Piaget, Wallon, é..... que deram a base, né? tanto do desenvolvimento da criança, do adolescente como do olhar pra família também, né? Ai depois tiveram vários autores mais nessa área de família sistêmica, mas agora não vou lembrar de nomes para te dizer... é, não vou lembrar agora, mas onde a gente tá o tempo todo utilizando e as vezes construindo projetos, projetos voltados pra uma atuação mais interna, né? assim, então também a gente pesquisa (P3)

Eu, particularmente, me identifico muito com a Psicologia Existencial Fenomenológica. É... Pichon Rivière pra mim é um dos autores que eu acho que mais traz subsídio pra gente entender desde um comportamento individual, até o porquê das relações acontecerem do modo como acontecem, né? É... Psicologia do Desenvolvimento, quando a gente estuda Erik Erikson lá no desenvolvimento moral, [...] a Própria Psicologia Social Comunitária ela tem, ela é, ela ajuda muito, dinâmica é... as dinâmicas de grupo hoje fundamental pra gente trabalhar com coletivo. (P4)

Na minha formação, olha uma das críticas que eu tenho à minha formação é que praticamente não se falou em Vygotsky, não se falou em psicologia sócio histórica, [...]Se citou Vygotsky brevemente na educação. Na área social não se falou. E é importante, entendeu? É... Silvia Lane, isso foi uma coisa que se passou na faculdade, mas eu confesso que eu tive muito mais contato com Silvia Lane nos congressos da ABRAPSO, [...] Pedrinho Guareschi também, esses outros teóricos mais assim, é... a Quintal, né? do mestrado que eu fui ter contato. [...] tem agora uns livros mais recentes que focam mais em CRAS, sabe? Esse aqui é muito bom, da Neuza Guareschi, também. Então eu to tendo coisas mais assim, recentes, mas na faculdade se citou Silvia Lane, Pedrinho Guareschi esse citou assim, Neuza Guareschi, que nem Martin-Baró da Psicologia da Libertação, Martin-Baró, [...] Bock, Ana Maria Bock, né? então leio algumas coisas dela, também já

ouvi falas dela em congresso que eu acho interessantes. Mas vou te ser sincera na minha formação foi muito pobre. (P5)

Então, da psicologia social, assim o que eu tive mais acesso e que tem uma visão interessante é a Silvia Lane, é Martin-Baró também, é um dos teórico que a gente teve acesso, que daí para mim, assim, também como ajudadores nesse processo, então as as principais teorias de grupo mesmo, né?, esse trabalho com família acho que é fundamental. Então, tem diversos aí é... autores que a gente estuda, Pichon Rivière é um deles, Zimmermann também, é...daí os pro, as pro, os próprios teóricos de oficina de grupo também, de oficina com família, dinâmica de grupo também favorece bastante, que eu tive contato na graduação, Maria Lucia Afonso, é uma delas, me identifiquei bastante com o trabalho dela, e lanço mão também na minha prática. (P6)

No quadro 23 é possível identificar os indicadores do conteúdo Teorias e autores estudados.

Quadro 23 - Teorias e autores estudados

indicadores
<p>Teorias: Comportamental; Desenvolvimento da criança e do adolescente; Dinâmica de Grupo; Família sistêmica; Gestalt Terapia; Oficina com família; Oficina de grupo; Psicologia do desenvolvimento; Psicologia Escolar; Psicologia Existencial Fenomenológica; Psicologia Social; Psicologia Social Comunitária; Psicologia Sócio-histórica; Psicopatologia; Teoria de grupo.</p> <p>Autores: Erik Erikson; Lúria; Quintal; Neuza Guareschi; Pedrinho Guareschi; Maria Lucia Afonso; Martin-Baró; Piaget; Pichon Rivière; Silvia Lane; Skinner; Ana Maria Bock; Inara Barbosa Leão; Vygotsky; Wallon; Zimmermann.</p>

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

B) Estágios

Os estágios realizados pelos(as) participantes da pesquisa também constitui um tema do eixo temático Educação, uma vez que os(as) profissionais entrevistados(as) apontam que os estágios realizados foram importantes para a compreensão da atuação no CRAS.

Esse tema é composto por quatro conteúdos referentes aos estágios realizados pelos(as) psicólogos participantes desse estudo. Assim, serão analisados na sequência os conteúdos: Áreas de atuação; Desafios produzidos pelos estágios; Impactos produzidos pelos estágios; e, Aprendizagens geradas a partir dos estágios

b1) Áreas de atuação

Os(as) psicólogos(as) entrevistados(as) apontam que os estágios que realizaram durante a graduação em psicologia foram nas áreas Clínica; Clínica ampliada, com grupos de pessoas hipertensas; Comunitário; Crianças autistas; De campo; Educação Infantil; Escolar; Estágio de social; Fundação ecumênica, com pessoas com deficiência; Guarda Mirim com criança e adolescente; Institucional; Instituição de acolhimento; Licenciatura; Organizacional; Psicologia Hospitalar; Psicologia Jurídica; Psiquiatria; Saúde; Unidade de saúde PSF.

Nas falas dos participantes, há os seguintes relatos.

[...] eu trabalhei com crianças autistas, né? foi feito estágio também na Fundação Ecumênica, com crianças especiais com PCDs, é... na parte de criança adolescente, eu lembro também na Guarda Mirim que foi feito. Mas, é... Ah, eu trabalhei também no último ano da faculdade foi na parte de da organizacional. (P1)

[...] (os estágios) eram os bem formais, né? que era clínica, na própria instituição, tinha o organizacional, que eu fiz numa, aí não lembro o nome da empresa, mas era uma automobilística [...]. aí teve escolar, que aí a gente teve o azar, ou não, a gente teve numa escola que foi assaltada, daí a gente parou de ir, e foi aquela questão, e acabamos fazendo um projeto mais de estudo dentro da clínica. Estágio que foi por conta, foi o Ministério Público, eu fiz na Vara Cível de família, e esse estágio que era numa unidade de saúde, que era PSF na época. (P2)

eu fiz estágio na área clínica e educacional, na época foi na educação infantil, [...] me deu bastante base pro trabalho que eu faço hoje. (P3)

[...] tinha escolar, tinha clínica, tinha organizacional, o institucional, os de campo, tinha todos, eu fiz todos. Eu não fiz hospitalar, que na época não tinha. [...] eu fiz comunitário, eu fiz escolar, eu fiz organizacional, eu fiz institucional, eu fiz os de campo, eu não fiz hospitalar, jurídico que eu nem sei se existe, [...]. Eu fiz licenciatura que ajudou bastante. (P4)

Fiz (estágio) no hospital, em clínica. É, o do último ano eu fiz em psicologia jurídica, gostei demais. Em clínica e daí eu estava por fora esse da área social né. Mas foi, e daí fiz o estágio do condomínio. E depois eu fiz no... No hospital eu fiz estágio e fui contratada depois. (P5)

Eu fiz estágio na área da saúde, fiz estágio na psiquiatria da Santa Casa, fiz estágio em psicologia hospitalar, que foi no HU, na clínica de nefrologia, com pacientes renais crônicos. Eu fiz também escolar, na escola Juliano Varela, com pessoas com síndrome de Down. É... escola municipal também. Psicologia Organizacional e do trabalho, em empresa trabalhando com recrutamento e seleção, aplicação de testes, avaliação psicológica, e com grupo também, que foi na UCDB, com clínica ampliada, eu trabalhava com grupo de pessoas hipertensas. São essas as experiências de estágio. (P6)

eu fiz estágio participando de uma pesquisa sobre [...] Uma pesquisa de presidio,[...]. E a outra foi sobre a questão da homofobia. Então presidio e homofobia. [...] Eu fiz estágio em um CAPS infantil, e eu fiz estágio em...

Não, eu fiz só esses dois, a pesquisa e no CAPS infantil, foram só esses dois, porque era obrigatório Saúde e Psicologia Social. (P7)

O quadro 24 apresenta os indicadores do conteúdo áreas de atuação

Quadro 24 - Áreas de atuação

indicadores
Clínica; Clínica ampliada, com grupos de pessoas hipertensas; Comunitário; Crianças autistas; de campo; Educação Infantil; Escolar; Estágio de social; Fundação ecumênica, com PCD; Guarda Mirim com criança e adolescente; Institucional; Instituição de acolhimento; Licenciatura; Organizacional; Psicologia Hospitalar; Psicologia Jurídica; Psiquiatria; Saúde; Unidade de saúde PSF

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

b2) Desafios produzidos pelos estágios

Os(as) participantes desse estudo consideram o estágio como uma etapa de conhecimento sobre as áreas de atuação da psicologia que permite identificar os desafios da prática, bem como as afinidades com cada fazer, e a partir dessas experiências definir uma área de atuação que irá ou não seguir.

Olha para mim a questão do estágio foi principalmente para definir a atuação que eu queria depois de formada mesmo, né? Então você já vivenciava, ou você gostava você não gostava, né? E o importante do estágio também, é porque às vezes você tem uma ideia errônea das coisas, né? Você entra na faculdade você quer uma coisa, aí de repente você desconhece outras possibilidades, né? Uma questão que na época eu lembro que eu desconhecia é da parte jurídica, então, nossa.... né? Existe isso também, então para mim foi bem importante nisso e pra isso, sabe? A parte do estágio. (P1)

Assim, você está com um profissional te orientando, você estar atuando, né? Então na clínica foi muito difícil pra mim, tanto que eu vi que na época, né? quando eu me formei, eu tive muito receio de atuar em clínica, por causa, talvez da minha experiência do meu estágio em clínica, eu me achei muito imatura, muito despreparada pra poder entrar numa clínica. É... na área educacional, já foi uma área que eu me senti mais confortável, lidando com criança, trabalhando a parte pedagógica, psicopedagógica, foi onde me interessou bastante. (P3)

Eu, por exemplo, sei que não conseguiria trabalhar com criança é... com câncer. Eu não conseguiria trabalhar em hospital. Não daria conta de trabalhar em hospital, sabe? Sofri muito nos primeiros anos da minha faculdade quando eu sai, porque eu fui trabalhar com crianças vítimas de abuso sexual, né? (P4)

No quadro 25 estão apresentados os elementos dos discursos dos(as) participantes que apontam para o conteúdo dos desafios produzidos pelos estágios.

Quadro 25 - Desafios produzidos pelos estágios

indicadores
Conhecer outras possibilidades Definir a atuação que queria Refletir sobre o que quer fazer ou não Saber identificar as áreas que mais gosta ou não Saber que algumas áreas não são para ela Vivência do que gosta e não gosta

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

b3) Impactos produzidos pelos estágios

Nas falas dos(as) entrevistados(as) chama a atenção a apresentação dos impactos que são produzidos a partir da experiência vivenciadas nos estágios. Para os(as) participantes, os estágios permitem o primeiro contato com a realidade social, proporcionando formas de pensar e entender o mundo. Tal como é possível identificar nas seguintes falas.

dá para dizer que eu fiz estágio social na faculdade ainda, então assim, respeitar as pessoas, e não foi tão chocante quando você che... né? chegar de cara, porque era aquilo, eu acho que eu já choquei um pouquinho antes. (P2)

Eu acho que eles facilitam que o susto inicial da realidade sejam quando você está dentro da academia. [...] É lá que você leva a primeira porrada, pow, desce da casinha, sai do castelinho, né? e vem sentir. Entendeu? Vem sentir, porque você vai... e pra cada dia você diz assim: “não, é... eu vou fazer um estágio em psicopatologia lá no hospital psiquiátrico” ali você leva a primeira porrada, pá, sabe? (P4)

acho que foi o primeiro choque de realidade, o primeiro choque de realidade foram os estágios, e aí a FAS também, foi um choque de realidade muito grande, assim. Eu confesso que eu tive que ser muito persistente, assim, pra continuar, no começo. (P5)

Pra mim é, como pessoa e como profissional os estágios me enriqueceram bastante mesmo, para a ampliação dessa visão de ser humano, de um mundo, é.. de como eu como profissional eu poderia atuar e ajudar essas pessoas né, através da minha profissão. Com certeza ampliou bastante, além de conseguir então, fazer essa aproximação da teoria com a prática e vice-versa também. Eu vejo estágio como um facilitador de disse e como um fator de desenvolvimento. Enquanto pessoa e enquanto profissional. (P6)

Me ajudou a pensar, a pensar o mundo. O mundo como eu vejo hoje, foi muito permeado por aquilo que eu fiz de prática. A minha forma de pensar o mundo, me ajudou com isso. (dá uma boa risada) É isso, me ajudou a pensar o mundo. (P7)

No quadro 26 é exposto os indicadores que compõem o conteúdo impactos produzidos pelos estágios.

Quadro 26 - Impactos produzidos pelos estágios

indicadores
Ajudou na forma de pensar o mundo Ampliação da visão de ser humano, de mundo Aprendizado pelo convívio com a realidade Chocar um pouco antes Enxergar a pessoa em situação de vulnerabilidade para além da situação em que ela está Primeiro choque de realidade Primeiro contato com a realidade Saber a situação social influencia nas condições de vida das pessoas Saber que a situação social é estrutural Ver outra realidade

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

b4) Aprendizagens geradas a partir dos estágios

Os estágios realizados nos cursos de graduação em psicologia são considerados, pelos(as) participantes dessa pesquisa, etapas na formação que contribuem para a atuação no CRAS ao proporcionarem elementos para atuar com os seres humanos.

e eu acho que nesse sentido foi um aprendizado pela experiência, pelo convívio, né? com essa realidade já, que na época da faculdade, que eu te falei, pra gente é tudo novidade, né? então você tem vontade de experimentar aquilo ali, e hoje na atuação você tem um outro olhar mas aquela sementinha já foi plantada lá atrás e a gente nem se dá conta, né? a gente consegue realmente pôr em prática de forma concreta com os nossos usuários. (P1)

Os meus estágios? Eu acho que, rede de proteção. Talvez, o do Ministério Público é aprender a escrever um pouquinho, né? mais sucinto, não colocando muito, colocar palavras mais leves, porque as vezes você põe “achei isso” aí vai lá e exagerou, não vai ficar legal. Os outros estágios? Ah, o clínico com certeza, acho que o clínico você tem uma visão clínica, muito encaminhamento você faz por aí, eu brinco que eu sou plantonista ali, você vê e encaminha porque tá ali, surge situações, né? não é porque não seja saúde que não vai surgir algumas questões assim. (P2)

E aí, quando eu entrei, fiz o concurso onde a gente atuava mais com criança e adolescente na época, não era com família, né? era mais voltado para criança e adolescente, onde eu trouxe bem essa experiência que eu tive da educação na época da educação infantil, depois eu até atuei 8 anos com a Educação Infantil dentro da prefeitura, foi bem rico, bem interessante, uma área muito boa pro psicólogo. Ali onde eu fui começar atend... entender mais a família, o desenvolvimento da criança e a família, a relação com a família. Então, ali que eu aprendi. (P3)

Eu fiz licenciatura que ajudou bastante. Era opcional na época e eu quis fazer, então essa coisa de estar com turma, de tá falando em público, de tá, né? somando com a dinâmica de grupo que eu fiz dois anos, é... ajuda a ter um pouco de desenvoltura pra superar a timidez, assim, e de conhecer práticas da própria licenciatura que te subsidiam num momento de uma apresentação, da condução de uma metodologia, sabe? Como é que você

organiza, que você tem que pensar o recurso, qual que vai ser a fala, por onde que você vai puxar. (P4)

eu me lembro de um que era Psicologia Comunitária que fica 40km da, da universidade que o ônibus chegava, a gente tinha que descer ônibus de linha mesmo, né? a gente tinha que descer e quando chovia tinha que levar uma bota na mochila porque não tinha asfalto e era um barro, menina, mas um barro que olha.. que a gente ficava atolado, às vezes, pra chegar na unidade de saúde. Na unidade de saúde, sabe? Ai diz assim: “Mas e como as pessoas acessam a saúde nessa condição?”, (P4)

[...] no começo eu me sentia muito mal quando a gente fazia uma reunião com um café pra chamar as pessoas, eu falei: não... a gente tem que conscientizar, as pessoas tem que vir porque é importante, elas não tem que vir pela comida, sabe aquela coisa bem idealizada, que ai eu fui ver, foi ali que eu aprendi que: cara, eu preciso que as pessoas estejam aqui pra gente poder promover uma sensibilização e conscientização, se não vem ninguém eu vou conscientizar quem?? E a gente não conscientiza ninguém, né? é um processo. [...] Taí uma coisa que eu nunca achei que psicólogo pudesse atuar, e a gente fez uma atuação tão bacana no condomínio, que a gente começou a fazer reuniões e ai, o próprio cond... os próprios moradores, porque assim, vinha os salões de festas cru, sem nada, né? os próprios moradores tiveram a ideia numa dessas reuniões de eles separarem o lixo e vender o lixo reciclável, e com a venda do lixo reciclável eles colocaram piso no salão de festa e compraram mesas, e era um movimento deles, que a gente só mediava, eles foram completamente autônomos, fizeram aquilo, sabe? E daí eu vi um pouco, é.. assim, a gente aprende na faculdade que a gente não é o detentor do poder e do conhecimento, mas a gente vai pra prática no começo assim... “eu sou psicóloga, eu sei o que é bom pra vocês” e ali na prática eu vi não... (risos) nada disso. (P5)

No quadro 27 é possível identificar os indicadores que permitiram a construção do conteúdo Aprendizagens gerada a partir dos estágios.

Quadro 27 - Aprendizagens geradas a partir dos estágios

indicadores
A experiencia do estágio contribui para a atuação; Aprender que para se trabalhar com as pessoas, promover sensibilização e conscientização, as pessoas precisam estar presentes; Aprendizado pela experiência; Atuar com criança e adolescente; Como poderia atuar e ajudar as pessoas através da profissão; Enriqueceram bastante; Entender a relação com a família; Entender o desenvolvimento da criança e adolescente; Entender que as pessoas que você atende passam por outros lugares também; Estágio social foi uma grande escola; Eu não vou conscientizar ninguém, é um processo; Experiencias com grupos; Fazer a aproximação teoria e prática; Fazer reuniões; Formas de escrever; Identificar que o trabalho na política pública não é isolado; Mediação para autonomia das pessoas; Modo de escrever; Perícia e sindicância; Permite entender como são os lugares que as pessoas que você atende frequentam; Respeitar as pessoas; Sensibilizar; Ter a visão clínica para fazer encaminhamentos; Trabalhar com famílias, seus dramas, dificultadores, aceitação; Vai colocando coisas na bagagem que uma hora serão usadas; Visita domiciliar

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

C) Aprendizagem para a atuação no CRAS

A partir da leitura e organização dos discursos presentes nas entrevistas realizadas, identificou-se que os(as) profissionais da psicologia que participaram da pesquisa, aprenderam a atuar no contexto do CRAS a partir das suas experiência, bem como com outros profissionais, estudos, capacitações e na busca por novas alternativas de atuação.

Assim, esses dados foram organizados no tema Aprendizagem para a atuação no CRAS, o qual apresenta os cinco conteúdos: Pela experiência; Com outros profissionais; Por estudo; Buscando novas alternativas; Por capacitações.

Na sequência serão apresentados os conteúdos e seus elementos indicadores.

c1) Pela experiência

Os(as) participantes do estudo apontam que aprenderam a realizar o trabalho que desenvolvem no CRAS na prática, no dia a dia, fazendo, errando e acertando, o que demonstra que a aprendizagem para o desenvolvimento de sua atuação se dá pela sua prática.

Para ser bem sincera, é... eu acho que na prática mesmo, no dia a dia porque a faculdade, é... ela não dá essa visão da realidade mesmo, como que é o trabalho na prática, sabe? Então, quando eu entrei eu não sabia que que eu vou fazer direito, né? E... claro que a gente tem uma noção teórica ali, mas assim, pode-se dizer que 80% foi, foi na prática ali (P1)

Como eu aprendi? Acho que vai, vai também de você pegando a experiência, vai de você conhecendo os órgãos, eu brinco: eu fiz estágio da FAS que precisava, eu passei por oito espaços em dez anos, então você vai aprendendo o que que existe de articulação (P2)

Ah, olha, eu aprendi fazendo, porque não tem muito ensinamento. Erros e acertos, muitas vezes errei, com certeza e errei com a família, errei, as vezes, deixando de dar um encaminhamento ali na hora que eu tinha que encaminhar. [...] mas ele é muito da prática, muito do dia a dia. [...] então, é muito da vivência, da prática. (P3)

a gente vai precisando e encontrando caminhos, abrir caminhos, sabe? Imagina uma mata fechada e a gente tem que andar, e você vai abrir caminhos, você vai cair no buraco, você vai sair do buraco, e você vai... e é assim mesmo, você pensar em desenvolver um determinado tipo de atendimento, de acompanhamento e vê que não deu certo e recuar, né? (P4)

Olha, é triste, mas eu aprendi fazendo. Porque, eu fico muito decepcionado, porque eu brincava com meus amigos engenheiro “cara, mas você sai da faculdade sabendo exatamente o que vocês fariam?” que eu saio da faculdade e tenho que aprender na prática o que eu tenho que fazer (P5)

E foi muito acertando e errando também. [...] e assim, a FAS tem coisa que são na prática, então por exemplo, território. Tem território que tem horário que você pode entrar, e você só vai descobrir isso atuando, fazendo vínculos com as famílias, eles vão te avisando. Chega um ponto que você tem um vínculo com o território que eles te avisam, você tá lá no grupo “olha, volta mais tarde?”, a gente ia embora tava alguma coisa lá, entendeu? Então muito na prática. (P5)

Esse trabalho ele vai se aperfeiçoando a partir dessa prática, desse dia a dia. (P6)

inicialmente foi observando, e lendo, né? só que a leitura me deixava um pouco, um pouco com dúvida em relação à prática que vinha sendo feita, então eu aprendi observando. (P7)

Também é possível perceber que há uma diferença do entendimento do trabalho do psicólogo neste contexto de acordo com o tempo de atuação, ou seja, alguns participantes relatam que o início de sua atuação como profissionais no CRAS é marcado por uma dificuldade do entendimento sobre o papel e o que deve ser feito.

Eu acho que falta muito, e que a gente que tá na prática também tem dificuldade porque a gente não tem tempo da interlocução teoria prática, entendeu? Hoje eu consigo fazer uma interlocução muito melhor que no começo assim, sabe? (P5)

Eu não sei... Talvez esse “não saber” também, por a equipe ser praticamente nova... eu não sei se posso falar pela equipe... Vou falar por mim então, mas se aplica as outras, por que dentro daquelas que estão hoje, assim como eu, são pessoas muito novas no serviço. Eu venho de uma coisa que não tem nada a ver com a política de assistência, a gente tem uma ex agente de saúde, uma outra que era ... Uma só que trabalho na política, que já tinha trabalhado. Então são assim, pessoas muito novas, então o fazer é muito novo, e isso por vezes, por a gente não estar sabendo ao certo o que fazer, por não ter clareza sobre o que está sendo feito isso também pode ser prejudicial. (P7)

No quadro 28 é possível identificar os indicadores presentes nos discursos dos(as) participantes que apontam para o conteúdo de aprendizagens pela experiência

Quadro 28 - Aprendizagem pela experiência

indicadores
Aprender o que existe de articulação; Conhecendo os órgãos; Erros e acertos; Fazendo; Na prática; No dia a dia; Passar por 8 espaços da assistência social em 10 anos; Pegando experiência; Vivência

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

c2) Com outros profissionais

A relação com outros profissionais, tanto da psicologia, quando de outras áreas, também é representado nos discursos dos(as) profissionais entrevistados(as) como um aspecto importante para a aprendizagem da atuação do psicólogo no CRAS. Assim, a partir dos seguintes falas apresentadas nas entrevistas é possível destacar os elementos que indicam o conteúdo de aprendizagem com outros profissionais.

[...] pode-se dizer que 80% foi, foi na prática ali, e na conversa tanto com os demais psicólogos, quanto com as pessoas que já está, assistentes sociais, pedagogos, enfim, todo mundo que está envolvido no trabalho do CRAS mesmo. (P1)

[...] eu passei por oito espaços em dez anos, então você vai aprendendo o que que existe de articulação, o que que as vezes vale a pena desistir e o que que as vezes não, vai tendo contato com outras pessoas. [...] e não precisaria nem estar, até ter estado neles, mas ter trocado, isso também a gente acaba ficando depois que conhece um pouco, fica mais em um lugar e não visita os parceiros, né? que isso é uma coisa interessante (P2)

É, né? primeira vez que eu entrei no trabalho, eu nunca tinha entrado, por exemplo, eu nunca tinha pisado numa, digamos, favela, né? então eu fui levada por um colega de trabalho, que ele me mostrou me contou como é que era aquela vida daquelas pessoas, e ali eu fui fazendo a minha experiência, né? (P3)

Então eu acho que foi a lida, não tem outra... as pessoas que a gente vai encontrando, os profissionais que você vai encontrando que muitas vezes não são do seu convívio, né? então, professores das universidades, consultores de carreira, e pessoas que vem pra trabalhar com a gente, né? a questão do autodesenvolvimento, do autoconhecimento, que vão fazendo com que a gente entenda que tem um movimento, sabe? (P4)

É... eu sinto muita falta, por exemplo, na clínica eu consigo recorrer uma supervisão, na área social é difícil, então o C. (psicólogo que foi funcionário da FAS) ele me ajudou muito, eu recorri muito à ele por ele também, ele menos ainda, coitado. Ele entrou quando quase não tinha psicólogo, e ele estudou muito por conta, então ele me ajudou muito no começo assim, de eu trocar experiência com ele “cara, e aí? Me ajuda”, e daí que ele me deu uma dica muito interessante: “tente preencher os buracos que ninguém tá preenchendo”. Então assim, ninguém tá fazendo o trabalho com a associação de moradores, faça um projeto e faça isso. Então, dá pra dizer que foi muito sozinha e com outros colegas da prática, não posso dizer que foi na faculdade, infelizmente. (P5)

O meu foi no caso com uma assistente social, porque quando eu cheguei não tinha, a psicóloga já tinha saído, então eu cheguei já não tinha mais psicólogo na unidade, tinha duas assistentes sociais, então, mas acaba que nosso trabalho fica sendo muito parecido, a gente acaba não tendo essa diferenciação, então foi com o assistente social que eu aprendi a prática. (P7)

No quadro 29 são apresentados os elementos indicadores do conteúdo.

Quadro 29 - Aprendizagem com outros profissionais

indicadores
Com a assistente social do CRAS; Construindo contato com outras pessoas; Na conversa com os demais profissionais do CRAS; Na conversa com os demais psicólogos; Quebrando a resistência de outros profissionais para a atuação; Relação com outros profissionais; Troca de experiências com outros psicólogos; Um colega de trabalho mostrou e contou como era a vida daquelas pessoas

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

c3) Por estudo

Os(as) profissionais da psicologia participantes dessa pesquisa apresentam o estudo como uma das formas que utilizam para o aprendizado sobre o trabalho que desenvolvem no CRAS. Assim, o estudo das teorias da psicologia, bem como a própria política podem auxiliar na atuação de psicólogos(as) no CRAS, como exemplifica os seguintes trechos das entrevistas.

Então, quando eu entrei eu não sabia que eu vou fazer direito, né? E... claro que a gente tem uma noção teórica ali. (P1)

E da Ação Social, e da Política da Assistência Social ela vai, ela vem um pouco da nossa formação, então eu tenho os meus limites, aonde que eu vou, né? onde eu sei, então, onde eu devo me comportar nesse trabalho. Tem os serviços que a própria política nos coloca, então, ali eu vou ler, vou aprender, vou entender o que eu tenho que fazer, né? (P3)

De você saber que você vai ter que pegar lá a cartilha dos benefícios e se inteirar sim, porque quando você tiver lá na casa das pessoas e o assistente social não tiver com você, vai ter que saber dos benefícios sim, sabe? (P4)

Então foi fazendo, foi fazendo e estudando, assim, questão da psicologia social, psicologia comunitária, sabe? Mas ainda considero que precisa estudar mais, eu até fui procurar pós. (P5)

e lendo, né? só que a leitura me deixava um pouco, um pouco com dúvida em relação à prática que vinha sendo feita, então eu aprendi observando, e agora está tendo essa mudança de perspectiva porque a gente está lendo mais, né? (P7)

O quadro 30 apresenta os indicadores do conteúdo aprendizagem por estudo.

Quadro 30- Aprendizagem por estudo

indicadores
Estudando; Estudar a cartilha de benefícios; Lendo; Ler, aprender e entender os serviços da própria política; Não tem muito ensinamento; Tinha uma noção teórica

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

c4) Buscando novas alternativas

Alguns profissionais entrevistados apontam que os casos que aparecem no cotidiano do CRAS demandam novas e diferentes formas de atuação com os(as) usuários(as), o que exige dos(as) profissionais a busca de alternativas para dar as respostas necessárias às diversas situações. Tal como é possível identificar nos seguintes fragmentos das entrevistas.

Então, é a demanda, a demanda exige. Ou você fica indiferente e você vai ser um profissional mediano, ou medíocre até, ou você vai dar resposta, e a medida que você vai respondendo você vai se vendo obrigado a buscar informação, conhecimento, a desenvolver uma habilidade profissional que você não tinha. (P4)

E aquilo, então, é quando descobre o interesse por pessoas, por essa realidade que cada um, cada família vivencia e poder disponibilizar algo que venha de encontro às essas dificuldades e possa promover algum tipo de mudança positiva, eu acho que fortalece o trabalho (P6)

então a prática mesmo que foi me desafiando a aprender mais e a buscar conhecimento para atender a demanda que aparecia aqui no dia a dia. (P6)

O quadro 31 apresenta os indicadores do conteúdo aprendizagem pela busca de novas alternativas.

Quadro 31 - Buscando novas alternativas

indicadores
A leitura profissional diante da situação; Busca de novas alternativas; Buscar conhecimento para atender a demanda que aparecia; Desenvolver novos e diferentes conhecimentos a partir das exigências das demandas

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

c5) Por capacitações

As capacitações também são processos apontados pelos(as) entrevistados(as) que proporcionam a aprendizagem para a atuação no CRAS, em relação a este conteúdo. Alguns participantes apontam os estágios, seminários, capacitações e treinamentos como parte do processo de aprender o trabalho do(a) psicólogo(a) no CRAS.

e existe, as vezes uma capacitação ou outra mais específica, existem seminários, existem conferências que a gente participa, vai acrescentar pra nossa atuação, né? (P3)

nos estágios que eu fiz, eu aprendi. Então, esse estágio que eu fiz nos condomínios da Caixa Econômica, que era na área social, eu aprendi ali. Eu acho que falta muito, e que a gente que tá na prática também tem dificuldade porque a gente não tem tempo da interlocução teoria prática, entendeu? (P5)

porque como está tendo esses treinamentos a gente está vendo que muito do que a gente praticava não é exatamente condizente com a legislação. (P7)

os indicadores do conteúdo sobre a aprendizagem para a atuação no CRAS por capacitações estão apresentados no quadro 32.

Quadro 32 - Por capacitações

indicadores
Capacitação mais específica; Com o estágio da faculdade; Conferências; Seminários; Treinamento

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

Eixo temático Percepções dos(as) Profissionais

O eixo temático Percepções dos(as) Profissionais apresenta algumas discussões sobre os conteúdos, apontados nos discursos dos(as) psicólogos(as) participantes desse estudo, sobre a atuação de profissionais de psicologia no CRAS com a comunidade. Para tanto, identificou-se os temas *Percepções dos(as) psicólogos(as) sobre os(as) usuários(as)*, o qual apresenta as compreensões desses profissionais sobre as características das pessoas atendidas, suas dificuldades e necessidades. E o tema *Percepções dos(as) psicólogos(as) sobre a comunidade*, o qual apresenta como tais profissionais caracterizam o território do CRAS, e a maneira que os(as) psicólogos(as) atuam com os integrantes da comunidade e como a comunidade percebe o CRAS.

Uma visão geral dos conteúdos e temas deste eixo aparecem no quadro 33

Quadro 33 - Eixo temático Percepções dos(as) profissionais

Tema	Conteúdo
A) PERCEPÇÕES DOS(AS) PSICÓLOGOS(AS) SOBRE OS(AS) USUÁRIOS(AS)	a1) Estigmatização da pobreza; a2) Estigmatização da mulher; a3) Estigmatização da pessoa com deficiência; a4) Estigmatização do idoso; a5) Dificuldades relacionadas à educação; a6) Dificuldades dos usuários
B) PERCEPÇÃO DOS(AS) PSICÓLOGOS(AS) SOBRE A COMUNIDADE	b1) Percepções sobre a região; b2) Percepções sobre a organização da comunidade; b3) O trabalho que o CRAS desenvolve na comunidade

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

A) Percepção dos(as) psicólogos(as) sobre os(as) usuários(as)

O tema Percepção dos(as) psicólogos(as) sobre os(as) usuários(as) é composto por seis conteúdos: Estigmatização da pobreza; Estigmatização da mulher; Estigmatização da pessoa com deficiência; Estigmatização do idoso; Dificuldades relacionadas à educação; e, Dificuldades dos usuários. Os conteúdos e seus indicadores serão apresentados a seguir.

a1) Estigmatização da pobreza

O conteúdo estigmatização da pobreza foi elucidado a partir das falas dos(as) participantes ao caracterizarem os(as) usuários(as). Percebe-se que há uma cristalização dos modos de percepção da pobreza, ou seja, um entendimento alicerçado em preconceitos sobre os modo de vida dos sujeitos, atrelando as pessoas atendida no CRAS à pobreza em todas as suas dimensões. Isso as considera como necessitando de ajuda para superar suas condições de vida, normatizando-as dentro de um padrão aceito socialmente.

Esse aspecto também é retratado no estudo de Andrade e Romagnoli (2010) no qual as autoras apontam que.

Constatamos que ainda persiste, na equipe do CRAS, a noção de família presa ao modelo instituído e dominante – a família nuclear – diferentemente

do que se apresenta na realidade. A família ideal, pais unidos em matrimônio e filhos decorrentes dessa união, ainda permanece como referencial para as intervenções do campo da Psicologia. Além disso, a família, ainda que seja o foco de ação dessa unidade, bem como dos profissionais que ali atuam, ao colocarem as dificuldades relacionadas a ela, o fazem culpabilizando-a (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010, p. 614)

Pereira e Guareschi (2017) em seu estudo com psicólogos nos CRAS do Rio Grande do Sul, também tem como resultado que o modelo normativo de família predomina entre os profissionais da psicologia. Como resultado, os autores apontam que,

O que se observa é que acaba vigorando um modelo normativo de família construído pelas profissionais, sendo que todas aquelas que divergem desse padrão, quando comparadas à norma, passam a ser consideradas problemáticas, de algum modo. As consequências dessa denominada desorganização, a partir de referenciais da própria psicologia, são intervenções no sentido de adequação dessas famílias a um padrão tido como funcional (PEREIRA; GUARESCHI, 2017, p. 6)

Esse fato chama atenção pois caracteriza uma falta de arcabouço teórico e prático para o trabalho com a pobreza. Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010) também apresentam em seu estudo sobre as produções científicas acerca da pobreza que,

As diferenças existentes entre o saber do psicólogo e as características da população atendida se colocam como entraves para a atuação do profissional. No entanto, percebe-se que o reconhecimento dessas dificuldades também aponta para a necessidade de uma aproximação maior das condições de vida da população atendida. Esse parece ser um avanço para a Psicologia. Embora não indiquem caminhos claros de intervenção, os artigos estudados questionam a inadequação de uma atenção que não considera as particularidades dessa população. (DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010, p. 109)

Nas falas dos participantes é possível identificar a culpabilização dos sujeitos por sua dificuldade de romper com os padrões de comportamento que os mantêm em condições de vulnerabilidade, bem como a percepção da baixa renda como sinônimo da violência, escassez de alimento, falta de acesso às políticas públicas e tráfico e uso de drogas. Tal como se destaca nos seguintes trechos das entrevistas.

Bom, população de baixa renda, né? é... com vulnerabilidade extrema, em todos os sentidos, na verdade, né? a questão de moradia, alimentação, é... a questão do meio onde eles vivem, que são de violência, né? Que muitas vezes não é... quando essa família chega aqui a gente desconhece, né? esse histórico de violência, a gente só sabe, é... apenas da realidade socioeconômica mesmo da família, né? E com o passar do tempo a gente vai vendo que existe muito mais coisa além dessa questão de vulnerabilidade socioeconômica. É a questão de tráfico também, né? e do uso de droga e também do tráfico de drogas, infelizmente a gente sabe que também é uma realidade daqui da área que eles residem. (P1)

eu digo que é estigmatizado, porque tem outras regionais, que é tráfico, uso e... abuso, né? no caso de droga, mas não é condensado, eu sinto que ali uma coisa bem condensada, então a pessoa tá envolvida ou sabe de alguém, o contexto ali é meio pesadinho. (P2)

Eu acho que, a falta de trabalho, tem bastante pessoas desempregadas, analfabetismo, [...] tem bastante envolvimento com droga sim. E, que mais? Criança fora da escola, que lá a dificuldade de dar limite pros filhos, então adolescente que não vai pra escola, daí você vê tá na rua, as vezes no tráfico, então essa questão bem forte, pra fazer retorno escolar, muito difícil. (P2)

[...] baixa renda muitas vezes se dá pelo desemprego, ou emprego informal, aqui nessa região tem muitos coletores de reciclável, ou, as vezes, até tem o emprego formal, mas as vezes até um integrante só da família trabalhando e uma composição familiar muito grande, muitas crianças, as vezes um idoso. Às vezes, a composição familiar, as vezes, até tem um casal, mas as vezes, só um trabalha o outro não, então essas variações que a gente encontra da baixa renda, digamos, né? Ai, as vezes, a gente tem uma vulnerabilidade, a família até tem uma renda, é... estável, digamos, suficiente para a família, mas existe alguma vulnerabilidade de... é... adolescente, que às vezes, estão numa situação vulnerável, é.. criança com alguma situação de deficiência, algum idoso que está dentro do BPC que é o Benefício de Prestação Continuada. Então, a gente olha, então, essa vulnerabilidade que, às vezes, não é a renda, pode ter essa vulnerabilidade, digamos, social. (P3)

[...] são usuários do CRAS praticamente todas as pessoas que estão na [...] praticamente de toda ordem, de todas as Políticas Públicas, de saneamento à cultura, sem exceção, sabe? Mas, não é a realidade de todos os equipamentos. Antes de vir pra cá eu trabalhei num equipamento que o número de pessoas referenciadas naquela área não demandava necessariamente a intervenção de todas as políticas, né? (P4)

[...] a gente tem começado a atender muitos homens. Com a crise econômica aumentou muito o número de homens que vem pedir atendimento aqui. E o perfil é bem diferente. (P5)

[...] então os usuários do CRAS são então... pessoas...e famílias, né, que se encontram em vulnerabilidade social, né? famílias inseridas no cadastro único, famílias beneficiárias dos programas Bolsa Famílias é.... do Benefício de Prestação Continuada, família então com renda zero, ou baixa renda (P6)

[...] problemas... eu acho assim, o principal deles é o desconhecimento dos direitos mesmo. [...] Então vêm de uma situação, é... de pobreza, né? muito grande, é, acho que até intergeracionalmente mesmo falando, uma repetição dessa pobreza que ele não consegue, então, se perceber como sujeito de direito. E tem outras também, outras situações de dificultadores como a dificuldade da criação de um projeto de vida, do rompimento desses desse ciclo de pobreza mesmo, ou até de inferioridade enquanto aos seus aspectos mais subjetivos mesmo, né? Então existe uma repetição ai, a gente vê isso muito claro ai, uma repetição das realidades familiares e olhar para isso, muitas das vezes se incomodar com isso é um processo que não é tão tranquilo tão fácil de ser percorrido por eles. (P6)

os usuários do CRAS são pessoas que, em sua grande maioria estão em situação de vulnerabilidade social que vivem em nosso território. Esses são nossos

usuários. Características: pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social. [...] Tem muitos desempregados, famílias grandes, com uma pessoa trabalhando, ou nenhuma, com muitas crianças (P7) Ao pensar na estigmatização da pobreza, considera-se que os comportamentos ou estruturas sociais que divergem do padrão estabelecido e aceito culturalmente devem ser alterados afim de se estabelecerem nas condições consideradas adequadas para os(as) profissionais, sem levar em consideração os aspectos particulares de cada sujeito. Accorssi, et al, (2012) realizam um estudo sobre a influência da ideologia neoliberal na formação do pensamento social sobre a estrutura socioeconômica e apontam que,

Ao analisar, portanto, o modo como a “pobreza” é retratada no mundo social, percebe-se a existência de uma espécie de corroboração contínua, vinda de diferentes atores sociais, dessa condição socioeconômica através da naturalização de práticas e discursos que favorece a aceitação e apatia social perante a problemática. Sabe-se que a pobreza política é a encarnação mais próxima dos efeitos de poder de uma sociedade opressiva. (ACCORSSI, et al, 2012, p. 544)

No quadro 34 é possível identificar os indicadores dos discursos dos(as) participantes do estudo que culminaram no conteúdo Estigmatização da pobreza.

Quadro 34 - Estigmatização da pobreza

Indicadores
Articulação de documentos que envolvem as embaixadas e centros de imigração; Aumentando o número de homens nos atendimentos devido à crise econômica; Baixa renda; Com vulnerabilidade extrema; Demanda de benefício socioassistencial; Desemprego ou emprego informal; Dificuldade de criar um "projeto de vida"; Dificuldade de romper o "ciclo da pobreza"; Dificuldade de se incomodar com a realidade; Dificuldades de todas as políticas públicas, de saneamento à cultura; Está precisando ser ouvida; Estigmatizados; Falta de emprego; Famílias beneficiárias de programas Bolsa Família, BPC; Famílias com renda zero ou baixa renda; Famílias grande com uma ou nenhuma pessoa trabalhando; Famílias inseridas no cadastro único; Pessoas e famílias em vulnerabilidade social; Pessoas que vivem no território em situação de vulnerabilidade social; Pobreza; Questão financeira; Só um integrante da famílias trabalhando e composição familiar muito grande; Todas as pessoas que estão na área de abrangência do CRAS; Trabalho; Violência; Vulnerabilidade de moradia; Vulnerabilidade de renda; Vulnerabilidade social; Vulnerabilidade socioeconômica

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a2) Estigmatização da mulher

Tal como a pobreza, percebe-se que os(as) psicólogos(as) entrevistados classificam a mulher por um modelo enraizado culturalmente, no qual o feminino é representado por uma posição de cuidado com a família, de submissão ao

masculino e a gravidez como um problema que necessita de atenção, tal como é colocado nas seguintes falas.

Os usuários a maioria são mulheres, né? Mãe, avó, tia, porque assim quando vão buscar espontaneamente para fazer o cadastro, porque daí sabem do serviço, ou algum outro entra pela rede de proteção. (P2)

a ONG que nos procura falando que, às vezes, que a mãe é negligente, que não leva, que as crianças ficam na rua, então vem esse, vem essa demanda. (P2)

mulheres que criam sozinhas seus filhos... é... então são diversas ordens da vulnerabilidade que a gente atende no CRAS. (P3)

A maioria são mulheres, mas a gente tem começado a atender muitos homens. Com a crise econômica aumentou muito o número de homens que vem pedir atendimento aqui. E o perfil é bem diferente. Porque a mulher ela essa coisa de “eu to aqui pela minha família” de vir atrás, o homem vem com muita vergonha, ele se sente humilhado. Então você vê no atendimento que eles se sentem humilhados de estar indo solicitar algum auxílio assim. Mas aumentou muito o número de homens pra gente atender. (P5)

então a gente chama essas famílias, a maioria são mulheres, né? e a gente trabalha com um tema específico. Fiz com ela, fiz com as outras assistentes sociais também que estavam aqui, né? e... a gente trabalha, olha... nesses grupos PAIF, quando tem mulheres, normalmente, o tema da violência doméstica ele surge espontaneamente delas, né? (P5)

Nossa mulher grávida, tem muita mulher grávida. (P5)

O papel de cuidado da família atribuído à mulher também foi identificado no estudo de Pereira e Guareschi (2017), ao realizarem um estudo com psicólogos de CRAS do Rio Grande do Sul que atuam em CRAS, no qual os autores apontam que

Uma das representações sobre as famílias compartilhadas pelas entrevistadas diz respeito ao que pode ser definido como uma “crise” dos homens, devido a sua não presença ou, quando presente, exercendo um papel secundário, pouco protagonista ou negligente, já que são as mulheres que costumam chefiar as famílias (PEREIRA; GUARESCHI, 2017, p.4)

No quadro 35 é possível identificar os indicadores do conteúdo Estigmatização da mulher

Quadro 35 - Estigmatização da mulher

indicadores
Mãe negligente; Maioria mulheres; Mulheres em situação de submissão e/ou dependência do companheiro ou ex-companheiro; Mulheres grávidas; Mulheres que criam os filhos sozinhas; Mulheres vítimas de violência

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a3) Estigmatização da pessoa com deficiência

Quando questionados sobre as dificuldades e/ou problemas dos usuários, a pessoa com deficiência é apresentada pelos(as) profissionais participantes desse estudo como população atendida pelo CRAS, o que demonstra que há uma compreensão de que a pessoa com deficiência necessita de um atendimento pelos(as) psicólogos(as) do CRAS, como é possível identificar nos trechos a seguir.

criança com alguma situação de deficiência (P3)

peçoas com deficiência, a gente atende bastante também. Tem uma demanda grande com relação a isso. Alguns casos que são casos encaminhamento para a saúde, de pessoas precisando de atendimento específico de médico, ou coisa assim, que eles acabam um pouco confundindo, a pessoa procura e aí a gente encaminha para a saúde. (P7)

O quadro 36 aponta os indicadores do conteúdo.

Quadro 36 - Estigmatização da pessoa com deficiência

indicadores
Criança com deficiência Pessoa com deficiência

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a4) Estigmatização do idoso

A pessoa idosa também é caracterizado com público de atendimento por profissionais da psicologia no CRAS, que podem culpabilizar o sujeito pelo envelhecimento por apresentar dificuldades sociais, assim, há uma estigmatização dos(as) idosos(as) que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que estão fora do mercado de trabalho, ou que necessitam de cuidados de familiares. Como é apresentado nos trechos das entrevistas.

As idosas têm uma ou outra que é aquele caso, [...] também tem suspeita de, de, de negligência, de violência com a idosa, mas aí não é mais oculto, assim, é mais, né? não... aquela idosinha que tem medo de falar, que a gente tem que ir na casa ver se é mesmo ou se não é, dificuldades... dificuldades, assim, você percebe que a pessoa não acompanha ela nos atendimentos de saúde.(P2)

mas as vezes até um integrante só da família trabalhando e uma composição familiar muito grande, muitas crianças, as vezes um idoso. [...]

algum idoso que está dentro do BPC que é o Benefício de Prestação Continuada. Então, a gente olha, então, essa vulnerabilidade que, às vezes, não é a renda, pode ter essa vulnerabilidade, digamos, social. (P3)

historicamente, tem um processo é.. de muito grupo de igreja que fazia,

tá vendo uma demanda, muitos idosos pedindo cesta básica, e são pessoas que o mercado de trabalho não vai absorver, são pessoas que as famílias tão negligenciando de uma certa forma, e a gente queria fazer um trabalho quinzenal ou mensal com esses idosos, e daí a gente tá planejando isso pro ano que vem, porque isso é uma demanda que tá surgindo bem forte. (P5)

Ah, a gente atende bastante idoso. Tem muitos casos de idosos também querendo saber a questão do benefício também, o BPC, pessoas idosas (P7)

Considerar a pobreza, a mulher, a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa de maneira estigmatizada, ou cristalizada em padrões sociais, é parte de um processo que exclui as diversas formas de ser dos sujeitos.

Freitas (2015) aponta que,

Quando se pergunta sobre que aportes teórico-epistemológicos são necessários para a formação em PSC, surgem preocupações ligadas a: como captar a vida real dos chamados excluídos que muitas vezes tornam-se “invisíveis” sociais para a investigação, visto que são considerados “pouco significativos” segundo os parâmetros científicos e estatísticos? Este é o caso, por exemplo, dos jovens pobres de periferia que sobrevivem psicossocialmente a despeito de todas as tragédias e adversidades cotidianas que enfrentam. É, também, o caso das pessoas velhas “ativas” que, por isso mesmo, fogem à regra de serem incapazes e decrépitas, uma vez que estão a realizar inúmeras atividades como qualquer pessoa de outra faixa etária menor, só que chegam a ser desconsideradas para estudos ou programas comunitários por não serem “representativas”. Instaura-se, assim, um desafio importante para o processo de formação no campo da PSC. Como compreender os diferentes atores sociais, dentro de sua própria realidade, sem se distorcer a concretude histórica de sua vida cotidiana, sem cair no paternalismo ou assistencialismo; e mantendo a coerência aos princípios da PSC na direção do fortalecimento e da construção de redes de convivência mais solidárias, justas e dignas no cotidiano das pessoas? (FREITAS, 2015, p.526)

No quadro 37 é possível identificar os indicadores presentes nos discursos dos participantes que caracterizam o conteúdo estigmatização do idoso

Quadro 37 - Estigmatização do idoso

Indicadores
Idoso
Idoso com BPC
Idoso fora do mercado de trabalho
Idoso negligenciado
Negligência com idoso
Violência com idoso

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a5) Dificuldades relacionadas à educação

Os participantes desse estudo também apontam que uma das dificuldades que os(as) usuários(as) do CRAS apresentam está relacionado à educação dessa população. Assim, aparece nas falas dos(as) entrevistados(as) o analfabetismo, dificuldade de aprendizagens, evasão escolar, falta de capacitações para os usuários e a necessidade de aumento de instituições escolares. Alguns fragmentos de entrevistas apresentam essas dificuldades.

o que a pessoa precisa, as vezes é um emprego, as vezes é analfabeta e não tem, então eu acho que é essa questão de quando não.. assim já encaminhou, já convidou e isso não anda, e isso me pega um pouquinho, mas a minha atuação com eles é mais isso, é tentar algum vínculo, é tentar conf..., né? tentar que eles confiem na gente pra contar as demandas. (P2)

Criança fora da escola, que lá a dificuldade de dar limite pros filhos, então adolescente que não vai pra escola, daí você vê tá na rua, às vezes no tráfico, então essa questão bem forte, pra fazer retorno escolar, muito difícil. (P2)

então, então a gente, então nesse ponto eu atendo a família, a gente entende o que que a família está precisando, né? o que que é mais importante para ele nesse momento se é uma capacitação, se é o trabalho, o retorno de escola, às vezes, se tá fora de escola, né? é... então nesse caso, a gente, em alguns momentos do ano a gente desenvolve grupo dentro do CRAS, ou só faz o encaminhamento. (P3)

é importante o aumento de escola, de creche, de atendimento de saúde, né? que sempre é pouco pra demanda. (P3)

eu pego muito caso de é... é... de crianças com problemas de aprendizagem que a família não tem ideia, e eu não vou tratar isso, mas por ser psicóloga eu identifico, e daí eu consigo fazer o encaminhamento, né? olha... é muito comum eu pegar adolescente que abandona a escola porque ele não consegue, ele tá com dificuldade, foi anos de dificuldade de aprendizado que não foi diagnosticado, não foi visto, e daí ele é visto como “ah ele não quer saber, ele é preguiçoso” daí dependendo eu chamo o adolescente, acabo identificando dificuldade de aprendizagem, e daí eu encaminho e faço a orientação. (P5)

famílias então, oriundas do conselho tutelar, em que crianças encontram-se em defasagem escolar. Ou mesmo em situação de abandono intelectual. (P6)

O quadro 38 apresenta os indicadores do conteúdo de dificuldades relacionadas à educação.

Quadro 38 - Dificuldades relacionadas à educação

indicadores
Analfabetismo
Aumento de escola/creche
Capacitação
Criança fora da escola
Dificuldade de aprendizagem
Evasão escolar
Famílias com crianças em defasagem escolar
Fora da escola
Retorno de escola

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

a6) Dificuldades dos usuários

O conteúdo dificuldades dos usuários foi evidenciado a partir das falas dos(das) profissionais entrevistados ao apontarem as dificuldades e/ou problemas das pessoas atendidas pelo CRAS, os quais classificam como situações relacionadas à emprego, saúde, moradia, violência, escassez de alimento, acesso aos direitos de cidadãos, comportamento classificados como indevidos de crianças e adolescente, e até mesmo trabalhos com reciclagem de materiais.

a criança as vezes está com alguma situação de, é... mais de vulnerabilidade, no sentido de estar passando necessidade por conta de alimento, né? alguma dificuldade financeira, a gente assiste essa família ou inclui a programa, a família em si em algum programa, mas que reflita na melhoria de condição para essa criança ou pro adolescente. (P1)

Só que assim, quando é crianças a queixa vem mais em relação às mães, comportamento, comportamento sexualizado, quando é adolescente, acho que é mais envolvimento com as drogas, acho que vem isso, ou dificuldade de aprendizagem, ou evasão escolar. (P2)

Então as famílias que tem uma vulnerabilidade, essa vulnerabilidade ela não é só de renda, ela pode ser de violência, de pessoas que estão num certo isolamento, é... mulheres que criam sozinhas seus filhos... é... então são diversas ordens da vulnerabilidade que a gente atende no CRAS. (P3)

E a gente tem atendido muito imigrante. teve uma época de atender muito haitiano, agora venezuelanos, e a gente tem atendido os cubanos. [...] População de rua que a gente não atende porque é do CREAS, então eles vêm, eles vem aqui, mas daí a gente chama o CREAS para atender, porque daí já é média complexidade, né? Mulheres vítimas de violência a gente acaba atendendo aqui. (P5)

Famílias que passaram por situação de violência familiar ou doméstica. Famílias também que possuem dependentes de substância psicoativas, ou mesmo álcool. Então são famílias que por algum motivo, quer dizer vários, os mais diversos motivos, né, encontram-se ali fragilizadas, com seus

vínculos fragilizados, ou com seus direitos tolhidos, ou não assegurados. (P6)

Então como eu disse para você, a solicitação da cesta básica é uma coisa que surge muito para gente, é por conta disso. Tem muitos desempregados, famílias grandes, com uma pessoa trabalhando, ou nenhuma, com muitas crianças, então essa situação da demanda da cesta básica, essa questão imediata. (P7)

O quadro 39 apresenta os indicadores do conteúdo dificuldades dos usuários.

Quadro 39 - Dificuldades dos usuários

indicadores
Adolescentes; Adultos; Atendimento de saúde; Casos que são para a área de saúde; Coletores de recicláveis; Comportamento sexualizado; Criança na rua; Crianças; Desconhecimentos dos direitos; Falta de alimento; Famílias com direitos não assegurados; Famílias em situação de violência doméstica; Famílias oriundas do conselho tutelar; Imigrantes Moradia; O profissional é o meio de acesso aos direitos; Pedido de cesta básica; Pessoas que estão em isolamento; População de rua; Saúde mental; Solicitação de cesta básica; Vulnerabilidade de alimentação

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

B) Percepção dos(as) Psicólogos(as) sobre a comunidade

O tema Percepção dos(as) psicólogos(as) sobre a comunidade foi composto por três conteúdos: Percepções sobre a região; Percepções sobre a organização da comunidade e O trabalho que o CRAS desenvolve na comunidade. Esses conteúdos e os indicadores serão analisados na sequência.

b1) Percepções sobre a região

O conteúdo Percepções sobre a região foi pensado a partir do que é apresentado pelos participantes da pesquisa sobre como estes percebem o território do CRAS, destacando os problemas e dificultadores encontrados na região, tais como pobreza e vulnerabilidade, casas populares, áreas de ocupação, violência, e tráfico de drogas. As falas dos participantes em que são apontados tais aspectos são.

a questão do meio onde eles vivem, que são de violência, né? [...] É a questão de tráfico também, né? e do uso de droga e também do tráfico de drogas, infelizmente a gente sabe que também é uma realidade daqui da área que eles residem. (P1)

é uma região que a gente chama prioritária de atendimento, [...] e ali, era uma região de extrema pobreza, extrema vulnerabilidade e risco social, né? [...] então ali saíram já casas populares, então sempre foi uma região

popular, né? mas que depois, ali, meados de 80, 90 houveram essas invasões onde formam bolsões de pobreza. (P3)

tem um predomínio de áreas de invasão, onde tem muitos imigrantes apátrida, a complexidade é muito grande, inclusive de articulação com o próprio com... documentação que envolve as embaixadas, os centros de imigração, ONGs que dão apoio. [...] (dificuldade) de acesso, né? uma linha, uma linha de ônibus principal, né? o quanto longe eles estão do centro, a própria questão de violência de como os moradores circulam aqui, horário, então cada CRAS tem a sua especificidade, sabe? Eu diria que neste há um predomínio de articulação com todas as políticas, de segurança, de alimentação, a própria SMAB, né? cultura, todas. (P4)

[...] o território, você tá na comunidade, no território é outra coisa. [...] e essa questão assim, aí você tá lá no espaço da pessoa, na comunidade e você começa saber o entorno, ah ela participa da igreja, do grupo da igreja que é aqui, tem a associação de moradores que é aqui, você começa a ver, porque assim, a comunidade, gente... faz parte da identidade da pessoa, o local que ela mora, as relações próximas, então estar em campo eu acho fundamental (P5)

No quadro 40 é possível identificar os indicadores do conteúdo percepções sobre a região

Quadro 40 - Percepções sobre a região

indicadores
Casa populares; Dificuldade de acesso; Extrema pobreza; Extrema vulnerabilidade; Horário de circulação de moradores; Invasões e construção de casa na beira do rio; Invasões formaram bolsões de pobreza; Longe do centro; Muitos imigrantes apátrida; Ocupação; Predomínio de área de invasão; Risco social; Tráfico de drogas; Uma linha de ônibus principal; Uso de drogas; Violência

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

b2) Percepções sobre a organização da comunidade

O conteúdo percepções sobre a organização da comunidade refere-se à maneira como os(as) profissionais entrevistados identificam as formas que a comunidade encontra para se organizar diante de alguma situação. Tal percepção pode ser identificada nas seguintes falas dos(as) entrevistados(as)

a gente teve um episódio que foi um incêndio um incêndio, em uma das áreas de ocupação [...] dentre essas famílias tem as que não foram atingidas pelo fogo, né? que não entraram em situação de desabrigo, mas que pela, pela dinâmica do território também sofreram com isso, né? tem famílias que relatam que foram saqueadas, que tiveram seu fogão, seus alimentos saqueados pelas pessoas que precisavam e que queriam comer, [...] Então, mesmo que elas não tenham sido atingidas pelo fogo há todo um movimento ali, né? eles não têm água, eles não têm luz, então, isso faz com que mesmo que o fogo não tenha atingido, essas pessoas vêm, e muitas delas receberam os vizinhos. Então, elas, a gente não gostaria que elas deixassem de receber por falta de recurso, então todas as doações que

foram chegando pela comunidade, é... de roupa, de colchão, utensílio de casa, tudo que a gente pode alcançar pra quem acolheu alguém, nós alcançamos, né? para que ele pudesse fazer a permanência e a pessoa não precisasse sair, ou fazer um movimento de rua, né? e as pessoas, as famílias que demandaram acolhimento foram acolhidas na ONG.(P4)

eu tinha uma definição dele (Karl Marx) de comunidade tão bacana que é assim: "comunidade é aquele local que você é chamado pelo nome", uma definição simples e diz tudo. (P5)

tá bem, a família protetora. Pera aí, e aí, se essa família não é protetora. A gente vê muitas vezes a comunidade protegendo aquela criança, não a família. A comunidade protegendo aquela família. A comunidade dando o suporte. (P5)

O quadro 41 apresenta os elementos indicadores do conteúdo percepções sobre a organização da comunidade.

Quadro 41 - Percepções sobre a organização da comunidade

indicadores
A comunidade dá o suporte Algumas famílias foram acolhidas por ong Comunidade é aquele local que você é chamado pelo nome Em um caso de incêndio na área algumas famílias entraram em situação de desabrigo Famílias relatam que foram saqueadas Muitas pessoas recebem os vizinhos que foram atingidos Muitas vezes não é a família que é protetora, é a comunidade

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

b3) O trabalho que o CRAS desenvolve na comunidade

O conteúdo o trabalho que o CRAS desenvolve na comunidade foi identificado a partir das reflexões dos(as) profissionais entrevistados sobre o seu trabalho na política de assistência social. De acordo com os participantes, a Assistência Social tem como foco é a família, o que dificulta a atuação e o entendimento de se trabalhar com os sujeitos em comunidade. Os(as) participantes apontam também que atuam com os usuários na perspectiva de promover a autonomia dos sujeitos, participando de audiência públicas e acessando seus direitos. Tal como é possível identificar nos seguintes trechos de entrevista.

[...] o foco de olhar pra família, que esse é o foco da Assistência Social, ela é voltada pra família. (P3)

[...] (O CRAS) é um organismo vivo, como é a própria sociedade, né? (P4)

E claro, a gente tem limite institucional, porque a gente é uma instituição, mas a gente aqui, eu e a (assistente social) a gente é meio rebelde, então a

gente vai trabalhar a autonomia dessa população, a gente faz a população participar de audiência pública pra reclamar os direitos, entendeu? Que muitas vezes, a instituição não vê com bons olhos, mas a gente tem que aproveitar nossa estabilidade de servidor público pra fazer o trabalho que tem que ser feito, porque eu acho que é isso, o trabalho comunitário é esse, é aquela comunidade se apropriar dessa comunidade, dos seus direitos, e ter essa autonomia de ir lá e dizer “olha, a gente precisa disso, eu sou um cidadão, eu tenho direitos e eu posso estar aqui reivindicando isso”, então esse trabalho que a gente faz. (P5)

a política tem foco em família, eu acho que o foco deveria ser em comunidade. Claro que se você for um bom profissional você vai entender que essa família vai estar inserida em uma comunidade, Para desenvolvimento comunitário, e eu acho que o foco da política deveria ser esse[...]. O problema da política é o foco familista, [...] A família, eu não acho que a gente tenha que ignorar a família, mas é... se o foco fosse maior em comunidade a gente conseguiria acho que ter um coletivo de profissionais que está vendo essa família inserida nessa comunidade. Mas daí eu vejo numa questão mais ampla. Qual o interesse de um fortalecimento comunitário para uma política? De ter pessoas ali lutando pelos seus direitos, até que ponto é interessante? (P5)

a gente trabalha mesmo no esclarecimento, nas informações desses direitos, nos encaminhamentos que forem pertinentes para que essa família possa então acessar então as políticas públicas e os direitos delas. Já no acompanhamento familiar é que a gente consegue se aproximar um pouco mais dessa família e formar esse vínculo também com essa família. Com o empoderamento a gente consegue com que elas percebam todo esse movimento em que elas estão inseridas, ou todo esse contexto quem que elas estão inseridas e consegue mostrar um pouco mais desse contexto, através então de uma problematização desta realidade que ela vivencia. Então a gente amplia um pouquinho mais esse universo dela para além daquela situação familiar. Uma, uma ampliação no sentido de ela conseguir ver outras possibilidades que não só aquela que ela está inserida. A partir disso então, eu acho que emergem aí, outros elementos encorajadores, digamos assim, né? que fomentam então, uma, um despertar para algo além daquilo que elas vivenciam. (P6)

Considerando tais apontamentos dos(as) participantes, é possível perceber que o entendimento dos(as) psicólogos(as) entrevistados(as) sobre o trabalho desenvolvido no CRAS permitem aos usuários(as) novas formas de organização de suas vidas. Resultado semelhante foi encontrado no estudo de Andrade e Romagnoli (2010), no qual as autoras apontam que,

A respeito dos impactos do CRAS na comunidade estudada, psicólogos e assistentes sociais percebem que essa unidade cumpre com seus objetivos e promove, para os usuários, novos devires. (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010, p.615)

No quadro 42 está apresentado os indicadores do conteúdo O trabalho que o CRAS desenvolve na comunidade.

Quadro 42 - O trabalho que o CRAS desenvolve na comunidade

indicadores
A comunidade considera positiva e busca para resolver problemas; Distribuição das doações que foram chegando pela comunidade para as famílias que necessitavam; O CRAS é um organismo vivo, como a própria sociedade; Faz a população participar de audiência pública para reclamar os direitos; Fez um trabalho de aproximação das entidades sociais e associações de moradores; O foco da assistência social é voltado para a família; O foco da política deveria ser a comunidade e não a família, para enxergar a família inserida na comunidade; O trabalho comunitário é a comunidade se apropriar dessa comunidade; Trabalha a autonomia da população

Fonte: Aquino e Freitas (2019)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou apresentar as atividades que profissionais da psicologia desenvolvem no CRAS e as características centrais dessa prática, bem como, teve a pretensão de identificar como esses profissionais aprenderam a desenvolver suas práticas nesse ambiente, para, por fim, relacionar esta prática com o trabalho proposto pela Psicologia Social Comunitária.

Conforme já mencionado anteriormente, os CRAS são unidades públicas estatais responsáveis pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica prevista no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Os resultados apontam que a prática que os profissionais da psicologia desenvolvem no CRAS estão voltadas para atendimentos individuais e/ou em grupo dos(as) usuários(as) do CRAS, acompanhamento destes, e realização de encaminhamentos desses sujeitos para outras políticas públicas conforme cada necessidade. As ações burocráticas também permeiam o fazer do(a) psicólogo(a) no CRAS.

Percebe-se, a partir dos resultados alcançados, que existem lacunas na compreensão sobre o papel do(a) psicólogo(a) na área de atuação. E essas dificuldades podem estar relacionadas às críticas que os(as) profissionais fazem da formação em psicologia. Para estes profissionais, a formação apresenta uma perspectiva, prioritariamente, voltada para a atuação clínica da psicologia, distante da realidade social e com pouca ênfase em psicologia social.

Os relatos dos(as) participantes da pesquisa indicam haver alguma 'mistura teórica' na atuação dos(as) profissionais de psicologia do CRAS, visto que, diversas teorias são utilizadas em sua prática, podendo indicar baixas condições para que exista uma reflexão a respeito bases epistemológicas dessas teorias, que, por consequência, podem produzir formas distintas de atuar nos contextos comunitários.

Os(as) profissionais apontam que aprenderam a realizar o trabalho no âmbito do CRAS a partir da sua prática e em seu cotidiano, e que a relação com outros profissionais, seja da psicologia ou de outras áreas, bem como os aprendizados nos estágios realizados na graduação permitiram primeiro contato com a realidade social, contribuindo para a atuação. Depreende disto que a atividade é um elemento que contribui para a compreensão do fazer do(a) psicólogo(a) no CRAS.

A partir dos resultados deste estudo é possível perceber que os(as) profissionais da psicologia não romperam com a concepção clínica e terapêutica desta ciência, ao identificar que as atividades desenvolvidas pelos(as) profissionais estão voltadas para o atendimento individual e a um olhar para a subjetividade e doenças psíquicas dos(as) usuários(as), com tendência à patologização destes, e há uma normatização de comportamentos que não atendem a um padrão estabelecido socialmente.

Ao desenvolver as atividades em grupos, estas são voltadas para uma atividade lúdica, e que não inclui os membros do grupo no desenvolvimento do planejamento das atividades a serem realizadas, ou seja, para a maioria dos(as) profissionais entrevistados(as), os temas a serem discutidos são previamente estabelecidos pelos profissionais, a partir do que estes acreditam ser relevante para o grupo.

Os resultados alcançados neste estudo apontam também para uma relação hierarquizada entre profissionais e usuários(as), no qual é apresentada uma estrutura pré-definida acerca dos sujeitos que são atendidos pelos(as) profissionais, ou seja, uma estigmatização dos(as) usuários(as) quando estes(as) apresentam comportamentos que são divergentes do padrão social, tal como pessoas fora do mercado de trabalho, mulheres, mulheres que criam seus filhos sozinhas ou que estão em um relacionamento em que há a submissão destas, idosos(as), pessoas com deficiência.

Os discursos dos(as) profissionais entrevistados(as) que divergem da ação proposta pela Psicologia Social Comunitária. Tal teoria considera-se que o trabalho com a comunidade deve ter como foco principal a comunidade e as ações das próprias pessoas desta comunidade, os agentes internos. Deve-se ter a cutela e a atenção de não cair na armadilha de vitimizar as pessoas e membros da comunidade, responsabilizando-as pelas suas condições de vida e considerando-as incapazes de perceberem o que é melhor para elas mesmas, e de acreditar que os profissionais que ali atuam são os que possuem a competência para decidir por aqueles da comunidade.

Um conceito importante dentro deste campo é a noção de fortalecimento comunitário, que Montero (2003, p. 59) assinala como *“una de las vías fundamentales para alcanzar el desarrollo y la transformación de las comunidades que tiene la psicología comunitaria”*.

Montero (2003) também apresenta outros conceitos fundamentais que envolvem o processo de fortalecimento comunitário. Tais conceitos referem-se a) a participação: ação dos membros internos da comunidade sobre os objetivos identificados a partir das necessidades definidas coletivamente; b) a consciência, ou conscientização: que consiste no desenvolvimento de uma consciência crítica, desalienação, desideologização, compreensão do caráter histórico dos fenômenos que ocorrem na comunidade; c) controle: autocontrole da pessoas do grupo comunitário ou que exercem liderança; d) poder: o poder social que pode exercer a comunidade; e) politização: desenvolvimento da cidadania, cumprimento dos deveres, exercícios de direitos e espírito crítico; f) autogestão: autonomia das ações e na tomada de decisões sobre as necessidades da comunidade; g) compromisso: sentimento de obrigação para com a comunidade, resultando no envolvimento nas ações de benefícios para o coletivo; h) desenvolvimento e expressão de capacidades individuais: desenvolvimento e melhoramento de recursos pouco, ou nunca, usados, manejo das tensões sociais, sentimento de competência e capacidade para planejar estratégias e soluções. (MONTERO, 2003)

O trabalho comunitário deve ser definido por uma meta, uma proposta e uma finalidade do projeto, no entanto estes devem ser estabelecidos tanto pelos membros da comunidade a partir de suas necessidades, bem como coletivamente.

Rivera, et al (2012) salientam que,

el objetivo primordial de la Acción Comunitaria desde la Psicología Social Comunitaria es contribuir en el proceso de refortalecimiento con las personas y las comunidades, nos hemos dado a la tarea de problematizar nuestras intervenciones basándonos en las nuevas realidades sociales que emergen en los escenarios donde trabajamos. (RIVERA, et al, 2012, p. 258)

Os autores apresentam a concepção de fortalecimento como uma ferramenta para o trabalho comunitário, apresentando-o como,

una estrategia de acción, pero también una herramienta de interpretación y transformación que implica la metamorfosis de un paradigma de las debilidades y el déficit a uno de las relaciones de fuerza y fortalezas, de un paradigma de la dependencia a un paradigma de autonomía, autogestión y redes de relaciones. (RIVERA, et al, 2012, p. 258)

Essa ferramenta tem como propósito as próprias pessoas como construtores ativos de sua realidade social e cultural, entendendo-se e percebendo-se como sujeito históricos e sociais. (RIVERA, et al, 2012)

Considerando as discussões até aqui apresentadas, é preciso pensar as organizações governamentais e não governamentais criticamente, e analisar as suas reais intenções com a transformação social, identificar a serviço de quem e de que essas instituições e profissionais estão. As políticas públicas são sim uma conquista social - desde que não se perca as suas ideias e bandeiras iniciais - mas a forma como são pensadas, planejadas, estabelecidas e executadas atende as necessidades do público a que se destina? As políticas públicas são suficientes para o avanço social, garantindo equidade e contribuindo para a erradicação das desigualdades sociais?

Freitas (2006) em seus estudos chama a atenção para o seguinte,

No mundo contemporâneo o que nos chama atenção e, em parte, traz-nos alguma preocupação, é o fato de que a chamada exclusão aconteça, exatamente, em um tempo em que se faz o estrondoso anúncio por uma sociedade em busca de oportunidades igualitárias e democráticas de inserção sociais. O caráter de sociedade aberta, em parte, vem da possibilidade de que existem mudança e mobilidade sociais, ou seja de que as pessoas poderiam se deslocar e mudar sua condição social e sua forma de sobrevivência, em outras palavras, poderiam ascender, socialmente falando. Todavia, não é isto o que acontece e nem da maneira que aparece colocada nas discussões sobre exclusão. (FREITAS, 2006, p. 107)

Não se pode falar de exclusão sem falar de participação, e vice-versa, mas, “a mesma sociedade que exclui acaba criando formas de participação que em sua maioria, são desumanas. Falar isto, significa dizer que deveríamos fazer a análise considerando o fenômeno da participação, e não o da exclusão” (FREITAS, 2006, p. 108).

Para contextualizar o que se entende por participação Montero (1996) apresenta um elenco de aspectos que devem ser considerados. Para ela participação envolve os seguintes elementos:

*Es la actuación conjunta de un grupo que comparte los mismos objetivos e intereses.

*Es un proceso que reúne al mismo tiempo aprendizajes y enseñanza (Montero, 1993), pues todos los participantes tienen algo que aportar y algo que recibir en tal sentido.

*Es a la vez una acción concientizadora y socializante (Salas, 1984), pues produce una movilización de la conciencia respecto de las circunstancias de vida, de sus causas y de sus efectos, a la vez que transmite patrones de comportamiento y nuevas formas de aprehender esas circunstancias.

*Esa actuación va acompañada de colaboración. Co-labor, es decir, trabajo compartido en diferentes grados de intensidad e implicación.

*La co-relación (relación compartida) se refiere no sólo a acción física, sino además a aportes de ideas, de recursos materiales y espirituales (p.e.: utensilios, herramientas, dinero, en el primer caso y apoyo moral, palabras de felicitación, de consuelo, de ánimo, en el segundo).

*Organización, dirección, ejecución y toma de decisiones compartidas o aceptadas por las personas que forman el grupo involucrado en la acción participativa. Las actividades destinadas a lograr las metas comunes son desarrolladas a partir de esa organización (Montero, 1993).

*Se generan formas de comunicación horizontal entre los participantes, que estimulan el intercambio de conocimientos e información.

*Capacidad y acción de examinar conjuntamente el trabajo ejecutado, las decisiones tomadas, las necesidades sentidas, los papeles desempeñados por cada uno de los miembros del grupo o comunidad. Es decir, lo que se conoce como reflexión, que algunos autores llaman “reflexividad” (Smith, 1994; Parker, 1994).

*Solidaridad e intercambio de servicios, consejos, ayudas, entre los miembros del grupo participe, definido tanto en sentido estricto (quienes dirigen, quienes más actúan y tienen mayor compromiso), cuanto en sentido lato (toda la comunidad, quienes circundan al grupo anterior).

*Diversos grados de compromiso en relación con las modalidades de participación.

*El surgimiento, instauración y aceptación de reglas que regirían esas formas de co-laborar, de co-reflexionar.

*Ser parte, tener parte, tomar parte (Hernández, 1994). Tres condiciones que resumen la involucración, el compromiso y sentido de identidad a ella relacionado, la co-gestión o colaboración y el beneficio tanto individual cuanto colectivo.

*A esto debemos agregar el carácter a la vez centrípeto y centrífugo de la participación, ya que a la vez que se «toma parte» en algo, obteniendo ventaja de ello, sacando, se aporta también al cooperar, es decir, dando (Limbo, 1986:9). (MONTERO, 1996, p. 8-9)

Uma maneira de pensar o trabalho comunitário é pensá-lo a partir do cotidiano das relações concretas da vida das pessoas. Para Freitas (2014, p. 66), a prática da Psicologia Social Comunitária compreende “uma ação de politização na vida cotidiana, que pode contribuir para a construção de políticas públicas comprometidas com uma vida social mais digna e justa”. Para tanto, a Psicologia Social Comunitária “tem uma tarefa importante a cumprir, no momento em que toma como matriz principal, nos trabalhos comunitários, os cotidianos e existências das pessoas e as redes de convivência comunitária que constroem” (FREITAS, 2014, p. 67)

Nesse sentido, Freitas (2014) ainda acrescenta sobre o trabalho comunitário que

Na relação entre ‘significado das atividades’ e ‘possibilidade de ganhos’ é que se encontra uma primeira dimensão da interação de três fatores: significados do trabalho, sentido de comunidade e possibilidades de avanço do trabalho. Os valores e significados atribuídos, em cada um dos polos desta relação, àquilo que consideram com *necessidade* – real e valorizada – e à *ação* implementada, são aspectos importantes que contribuem para o tipo de trabalho a ser realizado e para o conteúdo político que o mesmo adquire no cotidiano dos envolvidos no projeto comunitário. Neste sentido, pode-se afirmar que os trabalhos de intervenção comunitária têm uma tal complexidade que permite afirmar que não basta a garantia das condições objetivas para que o trabalho caminhe na direção proposta. Por isto, os processos psicossociais, relativos à interação profissional e comunidade,

deveriam ser considerados para uma compreensão das dimensões subjetivas da vida cotidiana que levem ao entendimento das razões para os retrocessos ou avanços das práticas comunitárias. (FREITAS, 2014, p. 80)

Atualmente muito se fala em trabalho comunitário, no entanto é preciso pensar quais os impactos da prática. Como Freitas (1998b, 2005, 2012, 2014) já indicou em trabalhos relativos a outros contextos, poderíamos, aqui, no que tange ao trabalho específico do psicólogo no CRAS, pensar em fazer as mesmas perguntas que seriam: “a função e o tipo de compromisso dessa chamada psicologia comunitária” (FREITAS, 1998b, p.91); “com que setores da sociedade [a psicologia] se compromete e a quem seus serviços estão colaborando” (FREITAS, 1998b, p.99); “em que medida as ações comunitárias estão, coerentemente, sendo contempladas nos diferentes projetos políticos ligados ou voltados para este tipo de trabalho?” (FREITAS, 2005, p. 48); “esto significa conocer las relaciones psicosociales que se desarrollan en estas intervenciones. ¿Qué tipo de participación e establece? ¿Quiénes la protagonizan? ¿En qué dimensiones dela vida y de las relaciones sociales acontece?” (FREITAS, 2012, p. 174); “como ajudar a tornar o mundo mais justo e digno, permitindo a convivência das diversidades e diferenças e enfrentando os preconceitos e iniquidades vividos cotidianamente?” (FREITAS, 2014, p. 67)

Talvez não seja apropriado associar o trabalho comunitário exclusivamente às políticas públicas. Estas são resultados de anos de história e de luta de reivindicações. Por sua vez os trabalhos comunitários promovidos por movimentos sociais, entidades, associações e grupos em diversas comunidades, dirigidos às reivindicações junto aos órgãos governamentais para conseguirem que suas necessidades fossem atendidas, foram realizados antes mesmo de tais políticas.

O trabalho comunitário tem um caráter educacional, na medida em que é a própria população ou grupo comunitário quem guia e estabelece as ações, e suas relações são estabelecidas horizontalmente (FREITAS, 2011; FREITAS, 2014; FREITAS, 2015; MONTERO, 1996; MONTERO, 2003).

Já as políticas Públicas possuem normas e diretrizes que guiam os trabalhos a serem realizados com a população e as formulações das ações e planejamento e organização são estabelecidas hierarquicamente.

Nos seguintes trechos das entrevistas, é possível identificar que a atuação de profissionais está limitada ao que é definido pela política de assistência social, e não ações desenvolvidas com a comunidade.

eu falo em metas é aquilo, as vezes nem é demanda deles e tem que fechar, tem que estar ali, hoje a gente tem o Família Paranaense que é um programa estruturado, só que a gente vê que assim, as famílias não entendem muito bem o que é o programa. (P2)

Então, da FAS como um todo, que manda ações e determinações para a gente ir direcionando esse trabalho, esse trabalho. É... então, eu não faço por conta aqui, eu não desenvolvo da minha cabeça uma atividade. (P3)

Eu como psicóloga atuo dentro dos serviços que o CRAS oferece, né? eu não vou criar da minha cabeça um atendimento para essa população, eu não posso. Eu estou dentro de um sistema pu, pu, público, e dentro de um sistema de uma política pública, então eu vou atuar dentro do que é pré-estabelecido. (P3)

É por que é complicado o serviço que a gente está tentando estruturar, mas quando eu cheguei, a gente estava com 81 usuários e era assim, a política diz que você tem fazer grupos de até 30 pessoas e não era a prática que estava sendo feita. (P7)

Essas considerações tem a intenção de reflexão sobre a atuação com a comunidade, e não significa que não possa ser realizado um trabalho comunitário nas instituições governamentais e não governamentais, mas sim, que é importante reavaliar a forma como as políticas públicas e as ações estão se estabelecendo no âmbito comunitário.

Este estudo teve a pretensão de discutir a atuação de profissionais da psicologia no âmbito do CRAS. As análises realizadas a partir dos relatos dos(as) participantes do estudo indicam a necessidade de estudos que identifiquem as relações entre a prática realizada e as suas bases teóricas, permitindo compreender as possíveis razões políticas dessa atuação. Assim, ainda são necessários outros estudos que possam subsidiar a atuação de psicólogos(as) no trabalho comunitário, bem como estudos que discutam uma formação crítica e mais próxima da realidade social.

REFERÊNCIAS

ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Pedrinho. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000300007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000300007>.

ANDRADE, Laura Freire de; ROMAGNOLIS, Roberta Carvalho. O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 604-619, Sept. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000300012>.

ANSARA, Soraia; DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 95-103, Apr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000100012>.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BENEDICTO, Marcelo. Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018. Disponível <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018>> Acesso em 25 de nov. 2018.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, Dec. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>.

BRASIL, Lei n. 11.712, de 27 de abril de 2006. Curitiba, PR, 2006

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB – SUAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**: passo a passo. Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução n. 17, de 20 de junho de 2011. Diário Oficial da União. Seção 1, n. 118, terça-feira, 21 de junho de 2011.

COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único da Assistência Social – SUAS: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. In. CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (orgs.). Políticas Públicas e Assistência Social: diálogos com as práticas psicológicas. 5. ed. 2ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016

DANTAS, Candida Maria Bezerra; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 104-111, Apr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000100013>.

FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH Anotada e Comentada. Brasília, DF: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** - Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 e 90, no Brasil. In CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vazes, 1996.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 11, núm. 1, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 1998a.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Novas práticas e velhos olhares em psicologia comunitária: uma conciliação possível ?. In: Lídio de Souza; Maria de Fatima Quintal de Freitas; Maria Margarida Pereira Rodrigues. (Org.). **Psicologia: Reflexões (im)pertinentes**. 1ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998b, v. 1, p. 83-110.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologias Sociais da Liberdade e Comunitária. **Revista Psico**, v. 36, n. 1, pp. 47-54, jan./abr. 2005

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Dimensões da Exclusão e da Participação na Vida Cotidiana: Perspectiva da psicologia Social Comunitária Latino-Americana. In SCHMIDT, M.A. & STOLTZ, T. (orgs.) **Educação, Cidadania e Inclusão Social**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Construcción y Consolidación de la psicologia social comunitária en Brasil: conocimientos, prácticas y perspectivas. (pp. 91-114. In: Maritza Montero, Irma Serrano-Garcia (comps).. (Org.). **História de la Psicología**

Comunitária em América Latina? Participación y transformación -. 1ed. Buenos Aires: Paidós - Tramas Sociales 64, 2011, v. 1, p. 91-114.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Práticas de intervenção comunitária y políticas públicas: aproximaciones y límites desde la perspectiva de la Psicología Social Comunitaria latinoamericana. In: Alipio Sanchez; Jaime Alfaro; Alba Zambrano. (Org.). **Psicología Comunitaria y Políticas Sociales - Reflexiones y experiencias**. 1ed. Buenos Aires: Paidós, 2012, v. 1, p. 173-200.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Psicologia Social Comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade. In: Stella, C. (Org.), **Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 32, n. 3, p. 521-532, Sept. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000300521&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000300017>.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Psicologia Social Comunitária como Educação Política: resistência e afirmações no cotidiano. **Teoría y Crítica de la Psicología**, vol. 11, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4ed, São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2012

GONÇALVES, Maria da Graça M.. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. ed. 1. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Sociais Mínimos**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17374-indicadores-sociais-minimos.html?=&t=resultados>> .Acesso em 25 nov. 2018a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017**. <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017>> . Acesso em 25 nov 2018b.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vazes, 1996

MACEDO, Orlando Júnior Viana et al. Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 809-823, Sept. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300809&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001632013>.

MARTIN-BARO, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, June 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTERO, Maritza. La participación: Significado, alcances y límites. En E. Hernández (Coord.), **Participación. Ámbitos, retos y perspectivas**(pp. 7-20). Caracas, Venezuela: Cesap, 1996.

MONTERO, Maritza. **Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad**. 1ª. ed., Buenos Aires: Paidós, 2003.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de et al. Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 103-112, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000600011>.

PAIVA, Ilana Lemos de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor". **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 15, n. 2, p. 153-160, Aug. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2010000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2010000200004>.

PEREIRA, Vinicius Tonollier; GUARESCHI, Pedrinho A.. A PSICOLOGIA NO CRAS: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, e119584, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100200&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. Epub Mar 23, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29119584>.

RIVERA, Carlos Vázquez; MONTALVO, Aracelis Escabí; SUREDA, Sylmarie Quiñones; BOU, Wanda Pacheco. El refortalecimiento como una herramienta de trabajo comunitario: Reflexiones desde la comunidad. In: CONSTANZO, A. Z.;

TORRES, H. B. (comps). **Teoría y práctica de la acción comunitaria**: Apostes desde la Psicología Comunitaria. Chile: Ril editores; 2012.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. RELAÇÕES MACROPOLÍTICAS E MICROPOLÍTICAS NO COTIDIANO DO CRAS. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 151-161, Apr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000100151&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p151>.

SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 293-299, Aug. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>.

SOUZA, Celina. Política Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, n.16, p.20-45, jun/dez. 2006.

WEILAND, Renate Lizana. Relações entre projetos comunitários e música na perspectiva de profissionais da área musical em Curitiba. Algumas contribuições da psicologia social comunitária e da educação, 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

APÊNDICE 1

REFERÊNCIAS - LEVANTAMENTO DE PUBLICAÇÕES

- ABREU, Samia; MIRANDA, Ana Aparecida Vilela; MURTA, Sheila Giardini. Programas Preventivos Brasileiros: Quem Faz e como É Feita a Prevenção em Saúde Mental?. **Psico-USF**, Itatiba, v. 21, n. 1, p. 163-177, Apr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712016000100163&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712016210114>.
- ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Pedrinho. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000300007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000300007>.
- AFONSO, Maria Lucia Miranda et al. A methodological approach for working with families in suas: a critical reading through the lens of citizenship. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. spe, p. 80-90, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000500010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000500010>.
- ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et al. O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 558-573, set. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000300010&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018.
- ALBERTO, Maria Fatima Pereira. Pensamento crítico, formação de psicólogo e atuação junto à infância e juventude. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 17, n. 3, p. 421-426, Dec. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300010>.
- ALCALDE, Elisângela de Aguiar; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre; CASTILHO, Maria Augusta de. O papel dos agentes na comunidade de artesãos em Três Lagoas-MS, como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 8, n. 2, p. 223-234, Sept. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122007000200009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122007000200009>.
- ALVES, Zélia M. M. Biasoli. Professores de escolas públicas: formação e atuação profissional. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 8-9, p. 17-36, Aug. 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

863X1995000100003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1995000100003>.

AMARAL, Marília dos Santos; GONCALVES, Cristiane Holzschuh; SERPA, Monise Gomes. Psicologia Comunitária e a Saúde Pública: relato de experiência da prática Psi em uma Unidade de Saúde da Família. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 484-495, 2012. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000200015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000200015>.

AMENDOLA, Marcia Ferreira. Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma Perspectiva. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 4, p. 971-983, Dec. 2014. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000400971&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-370001762013>.

ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araujo de. Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 378-392, June 2017. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000200378&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001412016>.

ANDRADE, Juliane Fernandes Simões de Mattos; SIMON, Cristiane Paulin. Psicologia na atenção primária à saúde: reflexões e implicações práticas. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 43, p. 167-175, ago. 2009. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2009000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 fev. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000200005>.

ANDRADE, Laura Freire de; ROMAGNOLIS, Roberta Carvalho. O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 604-619, Sept. 2010. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000300012>.

ANDRADE, Viviane Milan Pupin; CARDOSO, Cármen Lúcia. Visitas Domiciliares de Agentes Comunitários de Saúde: Concepções de Profissionais e Usuários. **Psico-USF**, Itatiba, v. 22, n. 1, p. 87-98, Apr. 2017. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000100087&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712017220108>.

ANSARA, Soraia; DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 95-103, Apr. 2010. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

71822010000100012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000100012>.

ARAUJO, Eliezer Magno Diógenes; GALIMBERTTI, Percy Antonio. A colaboração interprofissional na estratégia saúde da família. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 461-468, 2013. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000200023&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018.

ARAUJO, Eliezer Magno Diógenes; GALIMBERTTI, Percy Antonio. A colaboração interprofissional na estratégia saúde da família. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 461-468, 2013. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000200023&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018.

ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de; ARRAES, Elaine Lima Machado. Necessidades e expectativas de atuação do psicólogo em cirurgia e procedimentos invasivos. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 64-73, abr. 2000. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2000000100006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2000000100006>.

ARNDT, Andressa Dias; CUNHA, Rosemyriam; VOLPI, Sheila. ASPECTOS DA PRÁTICA MUSICOTERAPÊUTICA: CONTEXTO SOCIAL E COMUNITÁRIO EM PERSPECTIVA. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 387-395, Aug. 2016. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000200387&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p387>.

AVELLAR, Luziane Zacche. Atuação do psicólogo nos hospitais da grande Vitória/ES: uma descrição. *Psicologia em Estudo (Impresso)*, v. 16, p. 491-502, 2011.

AZAMBUJA, M. P. R. et al. Relato de experiência: o acolhimento em grupo como uma estratégia para a integralidade. *Psico-USF, Itatiba*, v. 12, n. 1, p. 121-124, 2007. Disponível em
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712007000100014>. acesso em 26 nov. 2018.

AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos; CREPALDI, Maria Aparecida. A Psicologia no hospital geral: aspectos históricos, conceituais e práticos. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 33, n. 4, p. 573-585, Dec. 2016. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2016000400573&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000400002>.

BARBOSA, Cleonice de Faria; MENDES, Iranilde J. Messias. Concepção de promoção da saúde de psicólogos no serviço público. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 31, p. 269-276, Aug. 2005. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2005000200014&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2005000200014>.

BARROS DA CUNHA, Ana Cristina; BENEVIDES, Julita PRÁTICA DO PSICÓLOGO EM INTERVENÇÃO PRECOCE NA SAÚDE MATERNO-INFANTIL **Psicologia em Estudo**, vol. 17, núm. 1, enero-marzo, 2012, pp. 111-119

BAZON, Marina Rezende. Dinâmica e sociabilidade em famílias de classes populares: histórias de vida. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 18, p. 40-50, jul. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2000000100004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2000000100004>.

BAZON, Marina Rezende. Psico-educação: um projeto visando aumentar a eficiência das intervenções sociais junto às crianças e adolescentes em situação de risco psico-social em Ribeirão Preto-S.P. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 12-13, p. 29-38, Aug. 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1997000100003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1997000100003>.

BENELLI, Silvio José. As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 31, n. 2, p. 269-287, June 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000200012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2014000200012>.

BENELLI, Silvio José. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: uma análise crítica. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 33, n. 4, p. 735-745, Dec. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2016000400735&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000400016>.

BENELLI, Silvio José; COSTA-ROSA, Abílio da. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 283-301, June 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000200015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200015>

BENELLI, Silvio José; COSTA-ROSA, Abílio da. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 28, n. 4, p. 539-563, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000400014&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400014>.

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 21-25, Aug. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000200004>.

BERNARDES, Anita Guazzelli; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Práticas psicológicas: enfrentamentos entre saúde pública e saúde coletiva. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 15, n. 3, p. 269-276, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2010000300006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300006>.

BITTENCOURT, Rosane Aparecida do Amaral; MATEUS, Marina Lopes Fontoura. Possibilidades de atuação do psicólogo no programa saúde da família: a experiência de Bonito-MS. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 328-343, June 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200014&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000200014>.

BOARINI, Maria Lucia; BORGES, Roselania Francisconi. O Psicólogo na atenção básica à saúde. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 602-613, set. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000300013&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, Dec. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>.

BOING, Elisangela; CREPALDI, Maria Aparecida. Reflexões Epistemológicas sobre o SUS e Atuação do Psicólogo. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 745-760, Sept. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000300745&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001052013>.

BOTELHO, Adriana Pedreira; SILVA, Samantha Lemos Ferreira da; KASSAB, Marina Janzen e LEITE, Ligia Costa. Meninos de rua: desafiados em busca de saúde mental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 361-370, abr./jun. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a19v13n2>>. acesso em 26 Nov. 2018.

BRIGAGAO, Jacqueline Isaac Machado; GONCALVES, Roselane. Oficinas de promoção de saúde: discutindo os dilemas do cotidiano de um grupo de agentes comunitárias de saúde. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 44, p. 387-393, Dec. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2009000300013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000300013>.

BURRONE, María Soledad et al. Análisis de situaciones familiares relacionadas a la salud mental de niños escolarizados en una comunidad del interior de la Provincia de Córdoba, Argentina. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 453-459, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

462X2012000400008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-462X2012000400008>.

BURTON, Mark. Liberation psychology: a constructive critical praxis. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 249-259, June 2013. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000200011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200011>.

CABRAL, Estela; SAWAYA, Sandra Maria. Concepções e atuação profissional diante das queixas escolares: os psicólogos nos serviços públicos de saúde. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 6, n. 2, p. 143-155, 2001. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2001000200003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2001000200003>.

CAMARGO-BORGES, Celiane; CARDOSO, Cármen Lúcia. A psicologia e a estratégia saúde da família: compondo saberes e fazeres. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 26-32, ago. 2005. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200005&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000200005>.

CAMBUY, Karine; AMATUZZI, Mauro Martins. Experiências comunitárias: repensando a clínica psicológica no SUS. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 674-683, 2012. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000300020&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000300020>.

CAMPOS JUNIOR, Ailson; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Estudo sobre práticas de cuidado em saúde mental na Atenção Primária: o caso de um município do interior do estado do Rio de Janeiro. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 425-435, Dec. 2015. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000400425&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201500040226>.

CARDOSO, Claudia Lins. A inserção do psicólogo no Programa Saúde da Família. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 2-9, Mar. 2002. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000100002>.

CARDOSO, Claudia Lins. Psicoterapia de grupo com pacientes diabéticos e hipertensos em centros de saúde pública. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 5-15, Aug. 1999. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X1999000200001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X1999000200001>.

CARVALHO, Liliane Brandão; BOSI, Maria Lúcia M.; FREIRE, José Célio. A prática do psicólogo em saúde coletiva: um estudo no município de Fortaleza (CE), Brasil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 60-73, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932009000100006>.

CASAS, Ferrán. Desafios atuais da psicologia na interenção social. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 42-49, Aug. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000200007>.

CELA, Mariana; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. O psicólogo no Núcleo de Apoio à saúde da Família: articulação de saberes e ações. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 20, n. 1, p. 31-39, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2015000100031&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.5935/1678-4669.20150005>.

CINTRA, Marcela Spinardi; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 4, p. 883-896, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000400883&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000832017>.

CONTI, Santiago. TERRITORIO Y PSICOLOGÍA SOCIAL Y COMUNITARIA, TRAYECTORIAS/IMPLICACIONES POLÍTICAS Y EPISTEMOLÓGICAS. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 484-493, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000300484&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p484>.

CORDEIRO, Mariana Prioli; SATO, Leny. Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado". **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 34, n. 1, p. 41-52, Mar. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2017000100041&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752017000100005>.

COSTA, Liana Fortunato; BRANDAO, Shyrlene Nunes. Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 33-41, Aug. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000200006>.

COSTA, Simone de Melo et al. Práticas de trabalho no âmbito coletivo: profissionais da equipe Saúde da Família. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 292-299, Sept. 2014. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2014000300292&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201400030011>.

CRUZ, Lílian; HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 42-49, Dec. 2005. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000300006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000300006>.

CUNHA, Beatriz Belluzzo Brando; BETINI, Gilmar. Psicologia e educação no contexto das secretarias municipais: algumas contribuições para novas práticas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 42-49, set. 2003. Disponível em
 <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 nov. 2018.

DADICO, Luciana; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Atuação do psicólogo em organizações não governamentais na área da Educação. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 114-131, mar. 2010. Disponível em
 <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100009&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 nov. 2018.

DANTAS, Candida Maria Bezerra; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 104-111, Apr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000100013>.

DE TILIO, Rafael. "A querela dos direitos": loucos, doentes mentais e portadores de transtornos e sofrimentos mentais. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 37, p. 195-206, Aug. 2007. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2007000200004>.

DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 3, n. 1, p. 53-81, June 1998. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1998000100004>.

DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 5, n. 1, p. 95-121, June 2000. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2000000100006>.

DIMENSTEIN, Magda. A reorientação da atenção em saúde mental: sobre a qualidade e humanização da assistência. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 24, n. 4, p. 112-117, Dec. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000400013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932004000400013>.

DIMENSTEIN, Magda. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 57-63, jul./dez. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a08>>. acesso em 25 Nov. 2018.

DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 232-245, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500017&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500017>.

DIOGENES, Juliana; PONTES, Ricardo José Soares. A Atuação do Psicólogo na Estratégia Saúde da Família: Articulações Teóricas e Práticas do Olhar Gestáltico. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 158-170, Mar. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000100158&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001702014>.

EIDELWEIN, Karen. A psicologia em projetos sociais de educação e trabalho. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 62-66, Dec. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000300009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000300009>.

FARAJ, Suane Pastoriza; SIQUEIRA, Aline Cardoso; ARPINI, Dorian Mônica. O atendimento psicológico no Centro de Referência Especializado da Assistência Social e a visão de operadores do direito e conselheiros tutelares. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 33, n. 4, p. 757-766, Dec. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2016000400757&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000400018>.

FARIA, Jeovane Gomes de; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. O perfil dos usuários do CAPSad-Blumenau e as políticas públicas em saúde mental: the effectiveness of the public policies for mental health. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 324-333, Dec. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300005>.

FEIJO, Marianne Ramos; MACEDO, Rosa Maria Stefanini de. Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 193-202, June 2012. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000200005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2012000200005>.

FERNANDES, Maria Esther. As representações de escolares de bairros periféricos sobre o espaço onde vivem. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 29, p. 337-345, dez. 2004. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000300009&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2004000300009>.

FERRARINI, Norma da Luz; CAMARGO, Denise de. O sentido da psicologia e a formação do psicólogo: um estudo de caso. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 710-719, 2012. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000300024&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000300024>.

FERREIRA NETO, João Leite. Intervenção psicossocial em saúde e formação do psicólogo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 62-69, Apr. 2008. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000100007>.

FIGUEIREDO, Vanda Valle de e RODRIGUES, Maria Margarida Pereira. Atuação do psicólogo nos CAPS do Estado do Espírito Santo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 173-181, mai./ago. 2004. Disponível em
 <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n2/v9n2a04.pdf>>. acesso em 25 Nov. 2018.

FIORATI, Regina Célia. Acompanhamento terapêutico, clínica e atenção psicossocial: uma relação possível? Reflexão crítica segundo a hermenêutica dialética de Jürgen Habermas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. spe2, p. 82-89, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000600011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000600011>.

FRANCO, Anamélia; MOTA, Eduardo. Distribuição e atuação dos psicólogos na rede de unidades públicas de saúde no Brasil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 50-59, Sept. 2003. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000300008>.

FREIRE, Francisca Marina de Souza; PICHELLI, Ana Alayde Werba Saldanha. Princípios norteadores da prática psicológica na atenção básica: em busca da integralidade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 4, p. 840-853, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000400013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000400013>.

FREIRE, Francisca Marina de Souza; PICHELLI, Ana Alayde Werba Saldanha. O Psicólogo apoiador matricial: percepções e práticas na atenção básica. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 162-173, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000100013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000100013>.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 32, n. 3, p. 521-532, Sept. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000300521&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000300017>.

FRIZZO, Katia Regina; SARRIERA, Jorge Castellá. Práticas sociais com crianças e adolescentes: o impacto dos conselhos tutelares. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 198-209, June 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000200004>.

FUENTES-ROJAS, Marta. Psicologia e saúde: a terapia comunitária como instrumento de sensibilização para o trabalho com comunidades na formação do Psicólogo. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 420-439, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200016&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200016>.

GALLO, Alex Eduardo. Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: a experiência do Canadá. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 327-334, abr./jun. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a15v13n2.pdf>>. acesso em 26 Nov. 2018.

GAMA, Carlos Alberto Pegolo da; KODA, Mirna Yamazato. Psicologia comunitária e programa de saúde da família: relato de uma experiência de estágio. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 418-429, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000200015&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018.

GESSER, Marivete. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. spe, p. 66-77, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000500008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.

GILBERT, Jean Louis. Arena - uma experiência de intervenção em um meio comunitário: alguns elementos de generalização. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 17, p. 69-78, Dec. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1999000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1999000200008>.

GOMES, Jerusa Vieira. Vida familiar e trabalho de crianças e de jovens pobres. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 14-15, p. 45-61, Aug. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1998000100005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1998000100005>.

GONCALVES, Mariana Alves; PORTUGAL, Francisco Teixeira. Alguns apontamentos sobre a trajetória da Psicologia social comunitária no Brasil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 138-153, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500010>.

GONCALVES, Mariana Alves; PORTUGAL, Francisco Teixeira. ANÁLISE HISTÓRICA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NO BRASIL. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 562-571, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000300562&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p562>.

GRANJA, Edna; MEDRADO, Benedito. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 25-34, Apr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100004>.

GUEDES, Carina Ferreira; SCARCELLI, Ianni Regia. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, p. 58-67, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000500007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500007>

GUIMARAES, Shyrley Bispo; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. As práticas dos psicólogos em ambulatórios de saúde mental. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 664-673, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000300020&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000300020>.

HUNING, Simone Maria; SILVA, Aline Kelly da; SILVA, Wanderson Vilton Nunes da e LESSA, Flávia Maria Santos. Formação para o SUS nos cursos de psicologia em Alagoas. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 157-167, jan./mar. 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v18n1/v18n1a15.pdf>>. acesso em 25 Nov. 2018.

JAPUR, Marisa. Formação em psicologia: análise dos aspectos estruturais de um curso de graduação. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 10-11, p. 131-148, Aug. 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

863X1996000100010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1996000100010>.

JURDI, Andrea Perosa Saigh; AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes. Cuidados com a infância e a adolescência por meio de brinquedoteca comunitária. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 29, supl. 1, p. 769-777, Dec. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000500013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500013>.

KAFROUNI, Roberta. The role of subjectivity category in understanding the community context and the transforming intervention. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 121-129, Mar. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000100013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000100013>.

KODA, Mirna Yamazato et al. Grupo com agentes comunitárias: a construção de novas possibilidades do cuidar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 506-515, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000200017&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000200017>.

LACAZ, Alessandra Speranza; LIMA, Silvana Mendes; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. JUVENTUDES PERIFÉRICAS: ARTE E RESISTÊNCIAS NO CONTEMPORÂNEO. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 58-67, Apr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000100058&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p058>.

LAMB, Marly; PINTO, Meyre Eiras de Barros e CNOP, Jeanette Monteiro de. Um olhar para mulheres idosas: relato de uma experiência de intervenção. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 5 n. 1 p. 105-113 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n1/v5n1a07.pdf>>. acesso em 25 Nov. 2018.

LAPERRIERE, Hélène; ZUNIGA, Ricardo. Cuando la comunidad guía la acción: hacia una evaluación comunitaria alternativa. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 39-45, Dec. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000300007>.

LARA JUNIOR, Nadir; RIBEIRO, Cynara Teixeira. Intervenções psicossociais em comunidades: contribuições da psicanálise. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 91-99, Apr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100011>.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini; CARVALHO, Júlia Dutra de; BECKER, Julia Lângaro. Acompanhando micropolíticas juvenis: estratégias clínico-

institucionais. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. spe2, p. 55-64, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000600008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000600008>.

LEMOS, Adriana Guerra Abreu et al. Evasão nas unidades de acolhimento: discutindo seus significados. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 594-602, Dec. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000300008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000300008>.

LIMA, Mônica. Atuação psicológica coletiva: uma trajetória profissional em unidade básica de saúde. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 431-440, set./dez. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a10>>. acesso em 25 Nov. 2018.

LIMA, Renato Sampaio. A Psicologia comunitária no Rio de Janeiro entre 1960 e 1990. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 154-165, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500011&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500011>.

LIMA, Rita de Cássia Pereira. Mudança das práticas sócio-educativas na FEBEM-SP: as representações sociais de funcionários. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 56-62, Apr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100008>.

LIMA, Vinicius Cesca de; SOUZA, Régis de Toledo. Formação humana e competências: o debate nas diretrizes curriculares de psicologia. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 792-802, Dec. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000300027&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000300027>.

LISBOA, Aline Vilhena et al. Escuta de famílias em domicílio: ação do psicólogo na Estratégia de Saúde. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 748-761, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000400007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000400007>.

LOPES, Leidiane Pereira; NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do. O QUE FAZ UMA PSICOLOGIA SOCIAL? INTERVENÇÃO NA PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 14-25, abr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000100014&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 nov. 2018. Epub 15-Set-2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015aop002>.

LOURENCO, Lélío Moura et al. Crenças dos profissionais da Atenção Primária à Saúde de Juiz de Fora em relação à violência doméstica contra idosos. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 427-436, Sept. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000300012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2012000300012>.

LUMERMAN, Jose; CONOVER, Sarah. Development of a sustainable community mental health program in a remote region: the Austral Institute for Mental Health. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 80-84, Mar. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2013000100012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-462X2013000100012>.

MACARINI, Samira Mafioletti; MARTINS, Gabriela Dal Forno; VIEIRA, Mauro Luis. Promovendo saúde e desenvolvimento na educação infantil: uma atuação da Psicologia. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 43, p. 231-237, Aug. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2009000200011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000200011>.

MACEDO, Joao Paulo et al. O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 479-489, Sept. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 22 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000300015>.

MACEDO, Orlando Júnior Viana et al. Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 809-823, Sept. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300809&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001632013>.

MACEDO, Orlando Júnior; PESSOA, Manuella Castelo Branco; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Atuação dos Profissionais de Psicologia Junto à Infância e à Adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 916-931, Sept. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300916&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000922014>.

MACERATA, Iacã Machado; PASSOS, Eduardo. INTERVENÇÃO COM JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: PROBLEMATIZANDO CUIDADO E CONTROLE. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 537-547, Dec. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000300537&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p537>.

MACHADO, Vera Lúcia Sobral et al. Psicólogo Escolar, Orientador Educacional e Assistente Pedagógico na escola: um trabalho em cooperação?. **Paidéia (Ribeirão**

Preto), Ribeirão Preto, n. 4, p. 45-63, July 1993. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1993000100006>.

MARTIN-BARO, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, June 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>.

MARTINS, João Batista. A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 39-45, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a04.pdf>>. acesso em 25 Nov. 2018.

MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 201-217, Jan. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000100011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822003000100011>.

MENDOZA, Carmem E. Flores. Estudo exploratório sobre a atuação dos psicólogos escolares que trabalham com populações especiais em Mato Grosso do Sul. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 71-82, Apr. 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X1997000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X1997000100007>.

MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa; GUZZO, Raquel Souza Lobo. The educator and violent situations experience by student: Coping strategies. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 37-47, Mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000100037&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000100004>.

MINOLETTI, Alberto; ROJAS, Graciela; HORVITZ-LENNON, Marcela. Salud mental en atención primaria en Chile: aprendizajes para Latinoamérica. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 440-447, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2012000400006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-462X2012000400006>.

MINOZZO, Fabiane; COSTA, Ilene Izídio da. Apoio matricial em saúde mental entre CAPS e Saúde da Família: trilhando caminhos possíveis. **Psico-USF**, Itatiba, v. 18, n. 1, p. 151-160, Apr. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000100016&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712013000100016>.

MIRON, Alessandra Xavier; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 349-362, June 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000200349&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000952014>.

MONTE, Franciela Félix de Carvalho et al. Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 125-134, Apr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100014&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000952014>.

MONTERO, Maritza. De la otredad a la praxis liberadora: la construcción de métodos para la conciencia. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 141-149, Mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000100141&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000100013>.

MORAIS, Normanda Araujo de et al. Promoção de saúde e adolescência: um exemplo de intervenção com adolescentes em situação de rua. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 507-518, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000300011>.

MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; SPERANCETTA, Andressa. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 519-528, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000300012>.

MORE, Carmen Ojeda Ocampo; LEIVA, Aída C.; TAGLIARI, Luciana Vilela. A representação social do psicólogo e de sua prática no espaço público-comunitário. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 21, p. 85-98, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2001000200010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2001000200010>.

MOREIRA, A. P. G.; GUZZO, R. S. L. Violência e prevenção na escola: as possibilidades da psicologia da libertação. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. 1-10, 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e141683.pdf>>. acesso em 25 Nov. 2018.

MOREIRA, Maria Inês Badaró; CASTRO-SILVA, Carlos Roberto de. Residências terapêuticas e comunidade: a construção de novas práticas antimanicômias. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 545-553, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000300011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000300011>.

71822011000300012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000300012>.

MORTADA, Samir Pérez. Formação do psicólogo: experiências de militantes estudantis. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 414-433, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000300007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932005000300007>.

MOTTA, Roberta Fin; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. A psicologia na assistência social: transitar, travessia. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 230-239, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000100025&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000100025>.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa do; JUSTO, José Sterza. Andarilhos de estrada e os serviços sociais de assistência. **Psico-USF**, Itatiba, v. 19, n. 2, p. 253-263, Aug. 2014a. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712014000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712014019002002>.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa do; JUSTO, José Sterza. Assistência social e práticas institucionais no atendimento a andarilhos de estrada. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 31, n. 4, p. 573-582, Dec. 2014b. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000400011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2014000400011>.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa; JUSTO, José Sterza. ANDARILHOS DE ESTRADA SEGUNDO OS RELATOS DE TRABALHADORES ASSISTENCIAIS. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 221-230, Apr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000100221&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p221>.

NASCIMENTO, Maria Livia do; MANZINI, Juliane Macedo; BOCCO, Fernanda. Reinventando as práticas psi. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 15-20, Apr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100003>.

NUNES, Joyce Mazza; OLIVEIRA, Eliany Nazaré; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Grupo de mulheres na comunidade: (re)construindo saberes em saúde. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 253-259, Sept. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2013000300004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-462X2013000300004>.

OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto de; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 623-635, Dec. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000400005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000400005>.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de et al. Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 103-112, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000600011>.

PAIVA, Ilana Lemos de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor". **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 15, n. 2, p. 153-160, Aug. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2010000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2010000200004>.

PATIAS, Naiana Dapieve; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. IMAGENS SOCIAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS E SUAS FAMÍLIAS. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, e131636, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100203&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. Epub Mar 23, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i31636>.

PAULA, Weslla Karla Albuquerque Silva de et al. Orientação comunitária e enfoque familiar: avaliação de usuários e profissionais da estratégia saúde da família. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 242-248, Apr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2017000200242&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. Epub July 10, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201700020113>.

PEDRAZA, Dixis Figueroa; SANTOS, Iná. Perfil e atuação do agente comunitário de saúde no contexto da Estratégia Saúde da Família em dois municípios da Paraíba. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 18, n. 3, p. 97-105, Sept. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000300097&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i3.1507>.

PEDROSA, Claudia Mara. A construção de uma ferramenta social para promoção da saúde e dos direitos das mulheres. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 123-129, Apr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2009000100015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000100015>.

PEREIRA, Mayara Carneiro Alves; BARROS, João Paulo Pereira. PÚBLICOS MASCULINOS NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: ESTUDO QUALITATIVO

EM PARNAÍBA-PI. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 587-598, Dec. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000300587&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p587>.

PEREIRA, Vinicius Tonollier; GUARESCHI, Pedrinho A.. A PSICOLOGIA NO CRAS: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, e119584, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100200&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. Epub Mar 23, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i119584>.

PERUCCHI, Juliana et al. Psicologia e Políticas Públicas em HIV/AIDS: algumas reflexões. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. spe, p. 72-80, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000400010>.

PETERS, Salete; GONCALVES, Gustavo; TIZZEI, Raquel. Uma experiência em psicologia, educação e comunidade. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 82-87, Dec. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000300012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000300012>.

PINHEIRO, Ricardo Lana; GUANAES-LORENZI, Carla. Funções do agente comunitário de saúde no trabalho com redes sociais. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 19, n. 1, p. 48-57, Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2014000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2014000100007>.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto; CASSEPP-BORGES, Vicente; SANTOS, Janielly Gonçalves dos. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 124-131, jun. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000200124&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201500020062>.

PITIA, Ana Celeste de Araújo. Acompanhamento terapêutico e ação interdisciplinar na atenção psicossocial. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. spe2, p. 73-81, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000600010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000600010>.

PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F. Atendimento psicológico e a secretaria de políticas para as mulheres. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 567-576, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

71822012000300010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000300010>.

PRETTE, Almir Del. O ensino da Psicologia Social: a opção preferencial pela concomitância teoria-prática. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 1, p. 53-59, Aug. 1991. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1991000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1991000100007>.

PUPIN, Viviane Milan; CARDOSO, Cármen Lúcia. Agentes Comunitários de Saúde e os sentidos de "ser agente". **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 13, n. 2, p. 157-163, Aug. 2008. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2008000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2008000200008>.

RAMMINGER, Tatiana. Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 42-45, Mar. 2001. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932001000100005>.

RAMOS, Conrado; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia comunitária. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 174-180, Aug. 2008. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000200004>.

RASERA, Emerson F.; ISSA, Carmem Lucia Graminha. A atuação do psicólogo em ONG/AIDS. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 566-575, Sept. 2007. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000300015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000300015>.

RASERA, Emerson Fernando e ROCHA, Rita Martins Godoy. Sentidos sobre a prática grupal no contexto de saúde pública. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 35-44, jan./mar. 2010. Disponível em
<http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n1/a05v15n1.pdf>>. acesso em 25 Nov. 2018.

REIS, Carolina dos et al. A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 31, n. 4, p. 583-593, Dec. 2014. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000400012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2014000400012>.

ROCHA, Tatiana Gomes da; KASTRUP, Virginia. Partilha do sensível na comunidade: interseções entre psicologia e teatro. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 13, n. 2, p. 97-105, Aug. 2008. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2008000200001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2008000200001>.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. RELAÇÕES MACROPOLÍTICAS E MICROPOLÍTICAS NO COTIDIANO DO CRAS. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 151-161, Apr. 2016. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000100151&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p151>.

RUSCHEINSKY, Aloisio; MARTINEZ, David. Riesgos sociales en América Latina y políticas publicas: actores políticos y prácticas operativas. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 121-133, jun. 2014. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122014000100012&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122014000100012>.

SALES, André Luis Leite de Figueiredo e DIMENSTEIN, Magda. Psicólogos no processo de reforma psiquiátrica: práticas em desconstrução? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 277-285, abr./jun. 2009.. Disponível em
 <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n2/v14n2a07.pdf>>. acesso em 25 Nov. 2018.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; CASTRO, Edson Olivari de. Demanda por grupos, psicologia e controle. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 325-331, Aug. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000200013>.

SANTOS, Keli Lopes; HECKERT, Ana Lucia Coelho; CARVALHO, Silvia Vasconcelos. FAMÍLIA E MULHER COMO INSTRUMENTOS DE GOVERNO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, e158080, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100225&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. Epub July 10, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i158080>.

SANTOS, Leandro Alves Rodrigues dos. O psicólogo e sua prática na escola pública: apontamentos para uma reflexão sobre a criticidade, a ousadia e a angústia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 2-7, Sept. 2002. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000300002>.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, Dec. 2009. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>.

SCARCELLI, Ianni Regia; JUNQUEIRA, Virgínia. O SUS como desafio para a formação em Psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 340-357, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200011&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200011>.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Psicologia social comunitária profissional. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, p. 100-108, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500025&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500025>.

SENN, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 293-299, Aug. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>.

SEQUEIRA, Vânia Conselheiro; MONTI, Manuela; BRACONNOT, Fernando Marques Oliveira. Conselhos tutelares e psicologia: políticas públicas e promoção de saúde. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 861-866, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000400022&lng=en&nrm=iso>. acesso em 22 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000400022>.

SILVA NETO, Walter Mariano de Faria; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Internship in School Psychology: Education and practice of the supervisor. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 33, n. 2, p. 213-224, June 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2016000200213&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000200004>.

SILVA, Carlos Roberto Castro e et al. Participação social e a potência do agente comunitário de saúde. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 113-123, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000600012>.

SILVA, Caroline Lima; SARRIERA, Jorge Castellá. PROMOVER A JUSTIÇA SOCIAL: COMPROMISSO ÉTICO PARA RELAÇÕES COMUNITÁRIAS. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 380-386, Aug. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000200380&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. Epub Sep 15, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015aop003>.

SILVA, Clarissa de Andrade e; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 4, p. 824-839, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

98932013000400005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000400005>.

SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. spe, p. 12-21, 2011. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000400003>.

SILVA, Juliana Catarine Barbosa da; OLIVEIRA FILHO, Pedro de. Produções discursivas sobre o trabalho em equipe no contexto da reforma psiquiátrica: um estudo com trabalhadores de Centros de Atenção Psicossocial. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 30, n. 4, p. 609-617, Dec. 2013. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000400014&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000400014>.

Silva, R. B., & Carvalhaes, F. F. (2016). Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247-256, 2016. Disponível em
 <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n2/1807-0310-psoc-28-02-00247.pdf>>. acesso em 25 nov. 2018.

SILVEIRA, Silvia Maria; NARDI, Henrique Caetano. Formação em psicologia e vulnerabilidade social: um estudo das expectativas de inserção profissional de formandos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 228-243, 2008. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932008000200002>.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 262-271, Aug. 2011. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000200007>.

SOARES, Teresa Cristina. "A vida é mais forte do que as teorias" o psicólogo nos serviços de atenção primária à saúde. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 590-601, 2005. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000400008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932005000400008>.

SOBRAL, Marcela Flores Cardoso; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Representando as práticas e praticando as representações nos CRAS de Sergipe. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 630-645, 2013. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000300009>.

SOUZA, Ligia Claudia Gomes de; SOUZA FILHO, Edson Alves de. O lugar de psicologia social na formação dos psicólogos. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 383-390, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300012&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300012>.

SOUZA, Luana Alves de; COSTA, Liana Fortunato. A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. **Psico-USF**, Itatiba, v. 18, n. 2, p. 277-287, Aug. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000200011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712013000200011.0.1590/S0102-71822011000100014>.

STASTNY, Peter. Introducing peer support work in Latin American mental health services. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 473-481, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2012000400011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-462X2012000400011>.

TAVARES, Gilead Marchezi et al. A produção de meninos de projeto e acontecimentos no percurso. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 94-102, Apr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100011>.

TAVARES, Gilead Marchezi Sobre olhares e práticas psicológicas na assistência social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 449-457, jul./set. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n3/a10v19n3.pdf>>. acesso em 26 Nov. 2018.

TEIXEIRA, Paulo André Sousa; VILLACHAN-LYRA, Pompéia. SENTIDOS DE DESACOLHIMENTO DE MÃES SOCIAIS DOS SISTEMAS DE CASAS LARES. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 199-210, Apr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000100199&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p199>.

THIENGO, Daianna Lima et al. Satisfação de familiares com o atendimento oferecido por um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) da cidade do Rio de Janeiro. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 298-308, set. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000300298&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201500030172>.

TINOCO, Valéria; FRANCO, Maria Helena Pereira. O luto em instituições de abrigo de crianças. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 28, n. 4, p. 427-434, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

166X2011000400003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400003>.

TONETTO, Aline Maria; GOMES, William Barbosa. A prática do psicólogo hospitalar em equipe multidisciplinar. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 89-98, Mar. 2007. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000100010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2007000100010>.

TRAVERSO-YEPEZ, Martha A.; PINHEIRO, Verônica de Souza. Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 133-147, Dec. 2002. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000200007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822002000200007>.

VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mario. The meanings of rural community according to nature of community livelihood in Brazilian Amazonia. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 18, n. 2, p. 21-30, Apr. 2017. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000200021&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i2.1545>.

VASCONCELOS, Queila Almeida; YUNES, Maria Angela Mattar; GARCIA, Narjara Mendes. Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 43, p. 221-229, Aug. 2009. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2009000200010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000200010>.

VIEIRA FILHO, Nilson Gomes. A prática complexa do psicólogo clínico: cotidiano e cultura na atuação em circuito de rede institucional. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 301-308, Sept. 2005. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000300008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2005000300008>

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza et al. Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 231-238, Sept. 2015. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000300231&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201500030118>.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 395-406, Dec. 2015. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-

70122015000200395&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/151870122015214>.

YAMAMOTO, Kátia et al. Como atuam psicólogos na educação pública paulista? um estudo sobre suas práticas e concepções. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 4, p. 794-807, 2013. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000400003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000400003>.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; CAMARA, Rosa Angélica; SILVA, Fabiana Lima e DANTAS, Candida Maria B.. Espaços, práticas: o que há de novo na psicologia no Rio Grande do Norte? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 2, p. 65-72, jul./dez. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v6n2/v6n2a09.pdf>>. acesso em 25 Nov. 2018.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; SIQUEIRA, Gilmara da S.; OLIVEIRA, Samantha C. da Costa. A Psicologia no Rio Grande do Norte: caracterização geral da formação acadêmica e do exercício profissional. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 2, n. 1, p. 42-67, June 1997. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100004>.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 30-37, Apr. 2007. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005>.

ZAGO, Nadir. Quando os dados contrariam as previsões estatísticas: os casos de êxito escolar nas camadas socialmente desfavorecidas. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 18, p. 70-80, July 2000. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2000000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2000000100007>.

ZANELLA, Andréa Vieira. Reflexões sobre a atuação do(a) psicólogo(a) em contextos de escolarização formal. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 68-75, Sept. 2003. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000300010>.

ZURBA, Magda do Canto. Contribuições da psicologia social para o psicólogo na saúde coletiva. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. spe, p. 5-11, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000400002>.

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Prof^a Dr^a Maria de Fátima Quintal de Freitas, orientadora, e Gabriela Lopes de Aquino, aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você, profissional da Psicologia que atua no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) a participar de um estudo intitulado “Atuação de psicólogos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): contribuições da Psicologia Social Comunitária”. Esse estudo visa conhecer como profissionais da psicologia estão atuando nos CRAS, afim de identificar as possíveis contribuições da Psicologia Social Comunitária para tal atuação.

a) O objetivo desta pesquisa é analisar a prática do psicólogo inserido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Curitiba-PR.

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário responder a uma entrevista com um roteiro semiestruturado que contém questões sobre a sua atuação no CRAS. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 1 hora. Caso você autorize, sua entrevista será gravada e posteriormente transcrita para a realização da análise dos dados.

c) Para tanto você deverá comparecer no local a ser escolhido por você para a realização da entrevista, desde que seja um local confortável para você, onde não tenha a presença de outras pessoas no mesmo ambiente, e não haja interrupções durante a entrevista, afim de garantir o sigilo das suas respostas. A entrevista levará aproximadamente 1 hora.

d) É possível que você experimente algum desconforto com algumas questões, nesse caso, não é obrigatório responde-las.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser de caráter emocional ou de constrangimento durante a realização da entrevista, nesse caso você poderá não responder a questão, interromper a entrevista, ou até mesmo desistir da participação da pesquisa. f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são identificar diferentes formas de atuação de psicólogos no CRAS e as possíveis contribuições da Psicologia Social Comunitária para a atuação de profissionais da psicologia nos CRAS.

g) A pesquisadora Gabriela Lopes de Aquino poderá ser encontrada pelo e-mail, ou pelo telefone. As pesquisadoras deste estudo, estarão disponíveis de segunda a sexta-feira em horário comercial para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

Rubrica:

Participante da Pesquisa:

Quem aplicou o TCLE:

Orientador:

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, ou seja, pelas pesquisadoras Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas e Gabriela Lopes de Aquino. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade**.

j) O material obtido das suas respostas à entrevista será utilizado unicamente para essa pesquisa e será mantido em segurança pelas pesquisadoras durante a realização da pesquisa e após o seu término. E será destruído e apagado dentro de 5 (cinco) anos.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

m) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

n) Autorizo (), não autorizo (), o uso do áudio de minhas respostas à entrevista para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito à transcrição a ser realizada pelas pesquisadoras Gabriela Lopes de Aquino e Profª Drª Maria de Fátima Quintal de Freitas, e posteriormente ser descartado excluindo definitivamente o arquivo do áudio.

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, PR, ____ de _____ de ____

Assinatura do Participante de Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora Responsável ou quem aplicou o TCLE

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I Dados pessoais

Sobre a sua formação em Psicologia,

Qual instituição se formou? _____ Em que ano se formou? _____

Em qual cidade/UF? _____

Possui outra graduação? () Não () Sim, qual/quais? _____

Possui pós-graduação? () Não () Sim, qual/quais? _____

Sobre o seu trabalho no CRAS,

Há quanto tempo você trabalha em CRAS? _____

Quantas horas por semana você trabalha no CRAS? _____

Qual período você trabalha? _____

Qual o tipo de contrato de serviço (vínculo empregatício)? _____

Exerce outra ocupação? () Não () Sim: Qual: _____

Sobre a sua composição da renda familiar,

Quem mora com você? _____

Destas, quantas pessoas trabalham? _____

Quantos salários mínimos compõem a renda familiar? _____ Salários Mínimos

Qual a sua idade? _____ anos Sexo: () Masculino () Feminino () Outro: _____

II Aspectos da atuação no CRAS

Pensando na sua atuação no CRAS

- 1) Você poderia me contar o que você faz no CRAS?
- 2) E como você faz cada uma dessas atividades?
- 3) Quem são os usuários do CRAS? Poderia contar sobre eles?
- 4) Que dificuldades ou problemas esses usuários possuem?
- 5) Como você atua com esses usuários?

III Aspectos do trabalho no CRAS

E sobre o trabalho que você desenvolve no CRAS

- 6) O que você gosta de fazer no seu trabalho no CRAS? Por quê?
- 7) O que não gosta? Por quê?
- 8) Na sua opinião, quais os pontos positivos do trabalho do psicólogo no CRAS? Por quê?
- 9) E os pontos negativos do trabalho do psicólogo no CRAS? Por quê?
- 10) Como você aprendeu a fazer esse trabalho que você desenvolve hoje aqui no CRAS?

IV Formação Profissional

Sobre a sua formação profissional

- 11) Quais autores e teóricos, estudados na sua formação, você considera importante para o seu trabalho no CRAS? Por quê?
- 11.a) Que estágio você fez na sua formação? Poderia me contar sobre eles?
11. b) Que contribuições esses estágios trouxeram para você?
11. c) Quais contribuições produziram para seu trabalho no CRAS?
- 12) O que você utiliza da sua formação no seu trabalho no CRAS? Por quê?

V Atuação e papel do psicólogo no CRAS

Sobre a atuação e o papel do psicólogo no CRAS

- 13) Na sua opinião, o que um psicólogo do CRAS deve fazer? Por quê?
- 14) Na sua opinião, você mudaria algo no trabalho do psicólogo no CRAS? Por quê?

15) Para você, se não houvesse psicólogos no CRAS, faria alguma diferença? Qual ou quais? Por quê?

16) Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?